



centro de estudos
de comunicação
e sociedade

PUBLICAÇÃO

DESAFIOS METODOLÓGICOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Atas das IX Jornadas Doutorais do CECS

Elsa Costa e Silva, Manuela Laranjeira, Pedro Portela & Vítor de Sousa (Eds.)

A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:
www.cecs.uminho.pt

Título	Desafios Metodológicos em Ciências Sociais. Atas das IX Jornadas Doutorais do CECS
Editoras	Elsa Costa e Silva, Manuela Laranjeira, Pedro Portela & Vítor de Sousa
ISBN	978-989-53435-8-4
Capa	Foto: VICTOR CHARLIE (Unsplash) Composição: Pedro Portela & Sofia Gomes
Formato	eBook, 153 páginas
Data de Publicação	2023, dezembro
Editora	CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho Braga . Portugal
Coordenação Editorial	Rosa Cabecinhas
Revisão Formal	Sofia Salgueiro
Formatação Gráfica e Edição Digital	Sofia Salgueiro



© CECS/Autores 2023

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença,
visite <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Esta publicação é financiada por por fundos nacionais através da FCT – Fundação
para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020
(financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

SUMÁRIO

Desafios Metodológicos e Concetuais em Ciências Sociais: Os Projetos de Doutorado à Luz do Processo de Investigação	4
Elsa Costa e Silva, Manuela Laranjeira, Pedro Portela & Vítor de Sousa	
Investigação-Ação e Análise de Redes. Uma Reflexão Sobre a Pluralidade Metodológica	8
Paulo Ferreira & Helena Sousa	
Projeto <i>EMaDeS</i>: Um Estudo de Caso Sobre a Transferência de Conhecimento Entre a Universidade e a Empresa	24
Carla Sofia Barreira de Sousa & Anabela Maria Gradim Alves	
Objetificação em Revistas de Estilos de Vida: Uma Abordagem Metodológica	39
Pedro Ribeiro & Rosa Cabecinhas	
O Impacto da Cor e das Emoções na Avaliação da Mensagem Política	57
Pedro Moço, Cláudia Álvares & Filipe Montargil	
Devoração Método, Devoração <i>Ethos</i>: Prescrições Antropofágicas Para a Comunicação Contemporânea	78
Felipe Melhado, Jean-Martin Rabot, Moisés de Lemos Martins & Norval Baitello Junior	
Lugares da Memória — O Património dos <i>Brasileiros de Torna-Viagem</i>	100
Alda Neto	
Porosidade da Fronteira Terrestre Moçambicana — Impacto na Imigração Indocumentada Sob a Perspetiva da Segurança Nacional. Caso da Fronteira de Moçambique com a Tanzânia	114
Joel António Lameco & Maria José Caldeira	
Legitimidade – A Essência da Autoridade: Processo de Democratização de Moçambique	126
Jorge Rafael Martins Garrido	
Notas Biográficas dos Autores	147

**ELSA COSTA E SILVA¹, MANUELA LARANJEIRA^{1,2},
PEDRO PORTELA¹ & VÍTOR DE SOUSA^{1,3}**

elsa.silva@ics.uminho.pt; manuela.laranjeiro@geografia.uminho.pt;
pedroportela@ics.uminho.pt; vitorsousa@utad.pt

¹ Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal | ² Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal | ³ Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Escola de Ciências Humanas e Sociais, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal

DESAFIOS METODOLÓGICOS E CONCETUAIS EM CIÊNCIAS SOCIAIS: OS PROJETOS DE DOUTORAMENTO À LUZ DOS PROCESSOS DE INVESTIGAÇÃO

As ciências sociais constituem um campo vasto de conhecimento que continuamente interpela os investigadores a procurar novas explicações, propostas de compreensão e questionamento dos fenómenos sociais. Nesta obra, propõe-se o olhar de oito jovens investigadores ainda a desenvolver o seu doutoramento sobre a realidade social, a partir de diferentes campos disciplinares, a saber, ciências da comunicação, estudos culturais, geografia e sociologia. Os objetos de estudo são vastos, desde comunidades potencialmente marginalizadas em Portugal às zonas de fronteira em Moçambique, mas há um ponto comum em todos: proporcionar novas abordagens e perspetivas para avançar no conhecimento.

Este conjunto de textos resulta da participação nas “IX Jornadas Doutorais do CECS”, que decorreram entre os dias 14 e 15 de outubro de 2022, em Braga, no Campus de Gualtar da Universidade do Minho. Esta é uma organização anual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, em articulação com as direções dos cursos de doutoramento, que está aberta à participação de estudantes que desenvolvem projetos de investigação ou de intervenção-ação no âmbito de um doutoramento e pós-doutoramento.

Com o objetivo de robustecer o caminho de investigação nestas áreas das ciências sociais, ao mesmo tempo que procura dar nova visibilidade a encontros interdisciplinares, o evento promove espaços de diálogo e de debate e fomenta a troca de experiências, assim como o confronto crítico das perspetivas. Nesse sentido, a chamada de trabalhos interpelava os participantes

a proporem uma reflexão e suscitarem o debate em torno de questões relacionadas com o caminho metodológico e ético de seu percurso — um eixo transversal a qualquer projeto de doutoramento em ciências sociais que favorecia assim o diálogo entre diferentes campos de saber.

Os estudantes foram então convidados a pensarem os seus projetos à luz das problemáticas que envolvem a formulação de uma pergunta de partida, das discussões concetuais que enformam o objeto do estudo ou, ainda, a coerência epistemológica e metodológica, não esquecendo a dimensão ética da investigação em ciências sociais, assim como as questões relacionadas com a divulgação dos resultados do trabalho efetuado. À semelhança das edições anteriores, este livro reúne contributos selecionados de estudantes oriundos de diversas universidades, que foram sujeitos a revisão científica. A obra foi organizada sob a temática “Desafios Metodológicos e Concetuais em Ciências Sociais” que, em grande parte, deu o enquadramento geral da chamada de trabalhos e foi o chapéu sob o qual se desenvolveram as Jornadas.

A proposta de Paulo Ferreira e da sua orientadora Helena Sousa centra-se na análise das vantagens de um desenho metodológico que, recorrendo a metodologias mistas, procura investigar a influência das desigualdades sociais com as relações de poder entre plataformas e utilizadores, designadamente aqueles que pertencem a comunidades vulneráveis. Neste âmbito, procura conjugar metodologias para investigações em pequena escala, como é o caso da investigação-ação, com a análise de redes sociais, baseada em interações e grandes quantidades de dados.

Abordando a experiência da transferência de conhecimento entre investigadores e empresas da região Centro, Carla Sousa e sua orientadora Anabela Gradim discutem os desafios e dificuldades do estudo de caso como abordagem metodológica. A adequação da metodologia aos objetivos de investigação justifica a escolha do método, assim como das técnicas do inquérito e entrevista semi-dirigida. As autoras refletem ainda sobre os vários constrangimentos que podem ser enquadrados, assim como sobre a necessidade de encontrar soluções que permitam à investigação avançar.

Pedro Ribeiro e Rosa Cabecinhas discutem as capas de revistas masculinas e femininas, combinando as contribuições da semiótica social e dos estudos críticos do discurso com uma abordagem interseccional. O propósito é investigar a objetificação do corpo humano a partir de três perspetivas que, sendo de carácter interpretativo e crítico, podem permitir ao investigador o acesso à exploração do detalhe, interrogando e desenvolvendo reflexões críticas, para assim, desse modo, identificar desigualdades.

Indo das capas para outras montras públicas, Pedro Moço, acompanhado dos orientadores Cláudia Álvares e Filipe Montargil, analisa cartazes eleitorais, propondo uma ponte entre os estudos de comunicação e a utilização de tecnologias usadas na área da neurociência. Com o propósito de estudar o impacto da cor em comunicação política, este estudo exploratório quer avaliar campanhas eleitorais procurando compreender o papel da cor e das emoções, através, também, de uma abordagem semiótica. Para tal, o projeto vai combinar diferentes metodologias, nomeadamente análise documental, entrevistas exploratórias, inquérito por questionário, assim como experiências quasi-laboratoriais, procurando nessa triangulação chegar a novos conhecimentos no âmbito da comunicação política.

Felipe Melhado, juntamente com Jean-Martin Rabot, Moisés de Lemos Martins e Norval Baitello Junior, apresenta, num texto algo provocador e desafiante, a ideia de antropofagia como um caminho metodológico que permite uma apropriação e digestão de conceitos, considerando que a teoria é uma “caixa de ferramentas”. Na perspetiva dos autores, o investigador deve assim, de forma seletiva, apropriar-se, desconstruir ideias e teorias alheias de forma a construir algo novo, sem ficar preso ao que já foi dito, mas sim encontrando novos vetores de pensamento.

O património arquitetónico construído pelos *brasileiros torna-viagem* é o mote do trabalho de Alda Neto. A autora apresenta uma reflexão sobre a relevância desta temática, apontando dificuldades causadas pela falta de informação e pela, por vezes, inadequação dos registos, assinalando assim como o percurso de investigação é marcado por constrangimentos e pela necessidade de antecipar caminhos alternativos.

Joel Lameco e Maria José Caldeira exploram os conceitos de “porosidade” e de “fronteira”, discutindo de que modo as metodologias qualitativas, como observação, entrevistas e grupos de foco, se adequam à exploração do objeto de estudo. A relevância destes métodos é justificada pela natureza do objeto, já que o aprofundamento que permitem abre caminho a perceber o “como” e o “porquê” da construção social por detrás dos espaços de fronteira.

Também a partir do território de Moçambique, Jorge Garrido desenvolve um projeto de investigação à volta do processo de democratização no país, no âmbito do qual discute o modo como o conceito de “legitimidade” pode abrir diferentes caminhos conceituais. A discussão teórica é um passo essencial no desenvolvimento de qualquer trabalho desta natureza e é sobre esse eixo que o autor ancora a sua contribuição para esta obra,

explorando os elementos de ligação entre legitimidade, autoridade, construção do Estado moçambicano e o seu processo de democratização.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

Citação:

Silva, E. C. e, Laranjeira, M., Portela, P., & Sousa, V. de. (2023). Desafios metodológicos e concetuais em ciências sociais: Os projetos de doutoramento à luz do processo de investigação. In E. C. e Silva, M. Laranjeira, P. Portela, & V. de Sousa (Eds.), *Desafios metodológicos em ciências sociais. Atas das IX Jornadas Doutorais do CECS* (pp. 4–7). CECS.

PAULO FERREIRA & HELENA SOUSA

pferreira200870@gmail.com; helena@ics.uminho.pt

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

INVESTIGAÇÃO-AÇÃO E ANÁLISE DE REDES. UMA REFLEXÃO SOBRE A PLURALIDADE METODOLÓGICA

RESUMO

Este artigo procura discutir as vantagens de um desenho metodológico que, recorrendo a metodologias mistas, permita perceber a forma como as desigualdades sociais desequilibram as relações de poder entre plataformas e utilizadores, designadamente aqueles que pertencem a comunidades vulneráveis. Vemos na junção entre a “epistemologia da prática” (investigação-ação) e a escalpelização das interações sociais que ocorrem nos média sociais (análise de redes) um modo eficaz de incentivar o agenciamento dos atores sociais alvo da incivilidade digital. Colocar as ideias em ação, avaliar os desequilíbrios nas relações de poder causadas pelas desigualdades sociais e acentuar a dimensão politicamente implicada da investigação: eis os motivos por que a pluralidade metodológica suscita reflexão.

PALAVRAS-CHAVE

média sociais; investigação-ação; análise de redes; comunidades vulneráveis

INTRODUÇÃO: DAS MARGENS AO CENTRO

Interface cujo poder e alcance não tem precedente histórico, os média sociais¹ suscitaram o aparecimento de uma espécie de “lei da complexidade crescente”: ao mesmo tempo que se alarga até ao infinito a proliferação de vozes, as falas das populações desfavorecidas são empurradas para as margens e crescentemente visadas (Bem-David & Matamoros-Fernández, 2016; Cohen-Almagor, 2011; Silva, 2021; Tontodimamma et al., 2021) por uma espécie de veneno de ação lenta (Waldron, 2012), a que convencionou chamar-se “discurso de ódio”². Acresce que o que acontece nas redes não permanece nas redes: vagueia pelas infraestruturas eletrónicas, numa travessia com escassas barreiras regulatórias e formatada por insondáveis algoritmos que, a partir do passado, determinam apenas o presente, nunca o futuro.

Incontornáveis produtores do “social”, os média sociais colocam, por isso, importantes desafios à democracia, desde logo por tocarem em vários dos seus pilares básicos: robustez do espaço público, liberdade de expressão, respeito pelos direitos dos outros, defesa das populações mais vulneráveis, intromissão da tecnologia nas nossas liberdades, desequilíbrio das relações de poder entre quem pode muito (as plataformas) e quem pouco pode (o cidadão).

Interessa, portanto, no caso das comunidades mais expostas a uma crescente vulnerabilidade (e incivilidade) digital, procurar o tipo de cruzamento metodológico adequado ao entendimento de *como* é que as coisas acontecem, maneira de ultrapassarmos a tentação de apenas descrevermos *o que* está a acontecer.

¹ Redes sociais podem referir-se tanto “às interações de natureza online como as baseadas na experiência observada do quotidiano. A explicação para a visão tecnicista do conceito de redes advém principalmente do facto de que, ao falar-se em redes sociais, muitos são levados a crer que estamos a falar de plataformas como Facebook, Twitter, Instagram e, por isso mesmo, atribuem uma conotação mais voltada para a tecnologia do que aquela que o termo realmente indica” (Conrado Filho & Santos, 2018, p. 184). Por isso, para ultrapassar eventuais equívocos, usaremos a expressão “mídia social” sempre que nos referirmos às redes sociais online.

² Usada pela primeira vez por Mari Matsuda (1989), no seu artigo seminal “Public Response to Racist Speech: Considering the Victim’s Story” (Reação do Público a Discursos Racistas: Considerando a História da Vítima), a expressão “discurso de ódio” permanece um conceito equívoco, para o que concorre decisivamente o delicado equilíbrio entre a liberdade de expressão e a garantia dos mais básicos direitos nas sociedades democráticas. A Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância define-o assim: “o uso de um ou mais modos particulares de expressão – nomeadamente, a defesa, a promoção, ou o incitamento à discriminação, ódio ou desrespeito a uma pessoa ou grupo de pessoas, assim como qualquer forma de assédio, insulto, estereótipo, estigmatização ou ameaça a essa pessoa ou grupo de pessoas – que sejam baseados numa lista não exaustiva de características pessoais ou estatutos que incluem ‘raça’, cor, língua, religião ou crença, nacionalidade ou origem étnica ou nacional, bem como ascendência, idade, deficiência, sexo, género, identidade de género e orientação sexual” (European Commission against Racism and Intolerance, 2016, p. 16).

Os escassos cruzamentos referenciais entre a investigação-ação (I-A) e a análise de redes (AR) não eliminam, antes incentivam, o avanço para uma reflexão robusta sobre as vantagens de um desenho metodológico plural aplicado ao estudo das relações/desequilíbrios de poder entre os omnipresentes média sociais e as comunidades vulneráveis. Aparentemente distantes (a I-A tende a colocar o foco em investigações de pequena escala, recorrendo tradicionalmente a métodos qualitativos; a AR, sustentada na análise de grandes quantidades de dados, prioriza o uso de métodos quantitativos), os dois eixos, se devidamente conjugados, podem ter a virtude de nos ajudar a trazer para o centro o que foi empurrado para as margens.

Sabendo embora que as metodologias são (sempre) instrumentais, interessa-nos perceber se a pluralidade metodológica é o caminho mais adequado para entender o real alcance do que nos interessa estudar. A partir do campo de discussão a que alguns autores chamam de “humanidades digitais” (Arthur & Bode, 2014), resultado do *computational turn*³ das ciências sociais e do *social turn* das ciências da computação, procuramos sublinhar o que, parecendo uma verdade insofismável, é tantas vezes esquecido: a ciência existe para provocar mudança social, ou, no mínimo, para informar e capacitar aqueles que podem ser os atores dessa mudança, conferindo sempre predominância à prática, à participação e à reflexão crítica.

Este texto está dividido em três partes. Depois de assinalarmos as principais características da I-A e da AR, proporemos, de seguida, um exercício prático em que emergem as vantagens da conjugação das duas metodologias. Concluiremos propondo o recurso às metodologias mistas enquanto (poderoso) instrumento para estudar em profundidade os modos mais adequados de trazer as comunidades vulneráveis para o centro das democracias deliberativas.

INVESTIGAÇÃO-AÇÃO: DO NOME AO VERBO

Na exata medida em que se aplica a vários contextos de investigação, a expressão “investigação-ação”, cunhada por Kurt Lewin (1946) no artigo seminal “Action Research and Minority Problems”⁴ (Investigação-Ação e Problemas das Minorias), é incompatível com uma definição unívoca e incontestada. Ainda assim, é possível apontar-lhe um conjunto de

³ O uso de rastreadores (*crawlers*), software para análise de redes, APIs (*application programming interfaces*) e outras ferramentas e técnicas digitais para a coleta e tratamento de dados são exemplos deste *computational turn* (Lomborg & Bechmann, 2014).

⁴ Nos documentos escritos entre 1944 e 1946, Lewin já expressava uma profunda preocupação com a urgência em encontrar métodos científicos capazes de lidar com problemas sociais críticos como o fascismo, o antisemitismo, a pobreza, os conflitos intergrupais e as comunidades minoritárias (Susman & Evered, 1978).

características próprias: toda a I-A deve ser situacional (procura diagnosticar e solucionar um problema num contexto social específico), interventiva (age-se para mudar o *status quo*), participativa (baseia-se num processo de cocriação em que os intervenientes participam ativamente na investigação) e autoavaliativa (o movimento da investigação faz-se em espiral: as alterações detetadas em cada ciclo vão sendo avaliadas, de modo a informar e/ou alterar o rumo do projeto). Trata-se, portanto, de tirar uma primeira “fotografia” ao problema social sob investigação para, no final, percorridas todas as etapas do percurso, voltar a “fotografá-lo”, assinalando as diferenças entre os dois momentos e os resultados alcançados (mudanças sociais ocorridas).

Resumidamente, o “pai-fundador” da I-A entendia esta abordagem metodológica como “uma investigação comparativa sobre as condições e efeitos de várias formas de ação social” (Lewin, 1946, pp. 202–203), que justamente reclamam a concretização de um conjunto de atividades conducentes à mudança.

McNiff e Whitehead (2017) põem a questão nestes termos: olhando para o problema a partir de fora, o investigador “tradicional” tende a perguntar: “o que estão aquelas pessoas a fazer? Como devemos entender e explicar o que estão a fazer?”. Ao invés, na I-A, os investigadores veem-se como parte do contexto que estudam e, nessa medida, perguntam-se: “está o meu/nosso trabalho a decorrer como previ/mos? Como o podemos melhorar, se necessário?”. O tipo de teoria que produzem é dinâmico, incremental e comunicado através de ações e palavras.

Fazedores (Brydon-Miller et al., 2003), os investigadores entram num processo de aprendizagem contínuo em que adquirem e partilham o conhecimento alcançado com aqueles que dele podem beneficiar (Koshy et al., 2011). Não se trata de projetos bicéfalos, mas sim de conjugar/congregar duas ordens de preocupações e, muitas vezes, de agentes/atores. Assim, “a orientação de um projeto de I-A implica entrosar metodologias de investigação com praxologias de ação, sem esquecer a viabilidade da execução do projeto no seu conjunto, tendo em conta as contingências e constrangimentos inerentes a qualquer intervenção” (Almeida, 2001, p. 176).

Na verdade, se as práticas sociais resultam da interação entre as pessoas, então a sua alteração é sempre um processo social que, tendo a I-A como pano de fundo, resulta de uma aprendizagem colaborativa feita por grupos de pessoas que decidem juntar-se para alterarem essas mesmas práticas. Estamos perante um

processo de aprendizagem cujos frutos são alterações reais e materiais nos seguintes aspetos: o que as pessoas fazem;

como interagem com o mundo e com os outros; o que querem dizer e o que valorizam; os discursos através dos quais percebem e interpretam o mundo. (Kemmis & McTaggart, 2005, p. 279)

O pessoal é político, portanto.

Latorre (2005), por seu turno, centra o propósito da I-A não tanto na produção de conhecimento, mas antes na capacidade para interrogar as práticas sociais e os valores que as enformam. Usado devidamente, este poderoso instrumento permite reconstruir práticas e discursos, empoderando dessa forma os atores que participem no projeto de investigação. “A investigação-ação não é bem investigação nem ação, nem a interseção de ambas, mas antes o ciclo recursivo e retroativo da investigação e da ação” (Latorre, 2005, p. 27). Uma espécie de “vaivém” entre investigação e ação (a chamada “espiral dialética”), em que ambos os momentos se integram e/ou complementam. O processo é flexível e interativo em todas as fases do ciclo.

Daqui nasce a necessidade de entabular um diálogo permanente entre o chão teórico e a ação concreta, uma espiral em que ação e reflexão se complementam num processo sequencial: planificação, ação, observação, avaliação e reflexão. Ou, como explica Rapoport (1970), naquela que é uma das definições mais citadas na literatura sobre a matéria, a I-A “visa contribuir tanto para as preocupações práticas das pessoas numa situação problemática imediata, como para os objetivos das ciências sociais, através da colaboração conjunta dentro de um quadro ético mutuamente aceitável” (p. 499).

Na verdade, a I-A “não começa com o desejo de mudar os outros ‘lá fora’, embora possa eventualmente ter esse resultado; em vez disso, começa a partir de uma orientação para uma mudança *com* os outros” (Reason & Bradbury, 2008, p. 1). Tal orientação assenta, segundo os mesmos autores, em cinco estacas, a saber:

- Um conjunto de práticas que respondem ao desejo das pessoas de agir criativamente diante de questões práticas e prementes suscitadas pelas organizações e comunidades em que trabalham e vivem;
- Um apelo ao envolvimento das pessoas em relações de colaboração, abrindo novos espaços de comunicação em que o diálogo e o desenvolvimento devem florescer;
- A aquisição de múltiplas formas de conhecimento, resultantes das evidências geradas pela investigação e pela sua disseminação junto de públicos mais amplos;

- A aposta nos valores, abordando questões de real importância para as pessoas, para as comunidades e para o ecossistema social em que participam; e
- Um processo ativo que não pode ser predeterminado, mas que muda e se fortalece à medida que os envolvidos aprofundam a compreensão das questões abordadas e desenvolvem capacidades enquanto “coinvestigadores”, individual e coletivamente considerados.

Ação e reflexão. Teoria e prática. Participação com os outros. Busca de soluções práticas. Empoderamento de indivíduos e comunidades. A I-A não é um nome — é um verbo.

ANÁLISE DE REDES: DO CONTEÚDO ÀS PESSOAS

Talvez nunca como hoje tenhamos ouvido falar de forma tão constante, ubíqua quase, de redes sociais. Há para isso várias explicações, mas uma destaca-se: uma fatia bastante generosa do poder⁵ já não se encontra nos Estados, nas instituições que compõem a estrutura social e nas grandes corporações. Está nas redes sociais. Essa circunstância, que corre a par com o desmembramento da esfera pública tal como a conhecíamos, reclama um olhar atento sobre a estrutura das relações sociais em que a nova sociabilidade se constrói. É esse o fito da AR: descortinar os atores e as relações que entre eles se estabelecem num contexto social específico (Serrat, 2017), desde os conhecimentos casuais até aos laços mais estreitos. Trata-se de mapear e medir as relações formais e informais para perceber o que facilita, ou impede, a existência de circuitos de conhecimento que ligam unidades em interação: quem conhece quem, quem partilha com quem que tipo de informação e através de que meio de comunicação?

Estamos perante uma espécie de raio-x em que, através dos conteúdos, procuramos as pessoas. Serrat (2017) assinala que uma rede social é constituída por

nós de indivíduos, grupos, organizações e sistemas relacionados que se entrelaçam através de um ou mais tipos de interdependência, sejam eles valores partilhados, visões e ideias, contactos sociais, parentesco, conflito, transações comerciais, trocas, associação conjunta em organizações, participações de grupos em eventos, entre inúmeros outros aspetos das relações humanas. (p. 39)

⁵ Aderimos aqui ao conceito *weberiano*: tem poder quem é capaz de impor a sua vontade aos demais, seja pela força física, estatal, legal ou simplesmente pela autoridade que possui (Moreira, 1989).

A força deste instrumento metodológico está na construção empírica, quantitativa e qualitativa, que permite verificar padrões de comportamento (e teorizar sobre eles) a partir da observação sistemática dos fenómenos que nos propomos estudar. “Estudar redes sociais é estudar os padrões de conexões expressos no ciberespaço. É explorar uma metáfora estrutural para compreender elementos dinâmicos e de composição dos grupos sociais” (Recuero, 2011, pp. 21–22).

Na verdade, não trabalhamos com atores sociais de carne e osso, mas com uma espécie de avatares que se apresentam através de *tweets*, perfis, *weblogs*... Trabalhamos com representações de atores sociais em espaços de interação, que são sempre lugares de fala, onde se expressam elementos constitutivos de personalidades e identidades, tantas vezes insuflados pelo “imperativo de visibilidade” (Sibilia, 2003, p. 5), reclamado por uma sociedade em que só existe quem aparece.

“Por não ser exclusivamente um método, mas uma abordagem na visão dos grupos sociais, a opção pela análise de redes sociais pressupõe a perceção do grupo social como uma rede” (Recuero, 2017, p. 9), sendo que a posição “atores” é, simultaneamente, produto e produtora de interações. Quer dizer: a rede⁶ influencia e é influenciada pela posição dos seus usuários. É por isso que, para se entender a dinâmica dos grupos, o foco é colocado na estrutura social.

A observação dos atores e do modo como interagem ajuda a entender não apenas o tipo de relações e de laços sociais que estruturam o grupo, mas também que posição (mais ou menos relevante, mais ou menos influente) tem cada um dos elementos dentro desse mesmo grupo. Sendo embora verdade que da AR resulta apenas uma fotografia da rede, tirada num determinado momento, não é menos certo que a soma de várias fotografias permite retratar a dinâmica da estrutura que queremos analisar. Num momento em que a aceleração dos fluxos comunicacionais, tributária da complexificação do nosso entorno social, transforma os objetos de estudo em verdadeiros alvos em permanente evolução e movimento⁷, poder

⁶ Jacob Moreno, “pai” da sociometria, foi o primeiro autor a usar, na década de 30 do século passado, o termo “redes” no livro *Who Shall Survive* (Quem Sobreviverá), para com isso se referir às redes de relações interpessoais entre indivíduos. Para o desenvolvimento da análise de redes foram igualmente decisivos os contributos do antropólogo Radcliffe-Brown (Scott, 1991/2000).

⁷ Em tempo: Amazon, Twitter, HP e Meta (dona do WhatsApp, Facebook e Instagram) anunciaram o despedimento de milhares de engenheiros de uma só vez. Só no mês de novembro de 2022, mais de 45.000 profissionais de tecnologia perderam o trabalho. “Novembro foi o pior mês de sempre até agora” (Pequenino, 2022, para. 4), partilhou com o jornal *Público* o programador Roger Lee, matemático de formação e criador do site *Layoffs.fyi*, que monitoriza despedimentos coletivos de tecnológicas globais. Na verdade, as últimas informações sobre as chamadas “big tech” não permitem ainda perceber se estamos perante uma revolução das plataformas ou uma revolução nas plataformas. Certo é que também este “alvo” está em permanente movimento.

contar com uma ferramenta de carácter tipicamente empírico é, do ponto de vista metodológico, bastante útil.

Inicialmente aplicada ao estudo de pequenos grupos, a AR socorreu-se, mais recentemente, das novas ferramentas digitais de comunicação e dos métodos computacionais cada vez mais apurados para alargar a pesquisa a grandes grupos, dando dessa forma o empurrão inicial ao já referido *computational turn* das ciências sociais.

Interessa termos sempre presente que redes sociais e *sites* de redes sociais não são uma e a mesma coisa. Enquanto uma rede social “está relacionada com a percepção de um grupo social determinado pela sua estrutura (a ‘rede’), que é geralmente oculta, pois só está manifesta nas interações, as ferramentas sociais na internet são capazes de publicitar e influenciar essas estruturas sociais” (Recuero, 2017, p. 12). O Facebook, por exemplo, não tem redes sociais. Mas o modo como os utilizadores o usam, permite descobrir redes que existem ou se baseiam em estruturas sociais entretanto criadas por essas mesmas pessoas. São os utilizadores, portanto, que criam as redes posteriormente exibidas — e apropriadas — pelo Facebook.

Para definir barreiras, Boyd e Ellison (2007) criaram o conceito de “*site* de rede social”, apontando-lhe três características: possibilita aos usuários a criação de perfis públicos ou semipúblicos; facilita a conexão entre atores; e permite que os atores possam visualizar e/ou navegar por entre as conexões criadas. “O *site* de rede social é, assim, diferente da rede social, pois aquele representa esta” (Recuero, 2017, p. 13).

Para o que aqui nos ocupa, interessa ter em conta, seguindo o conceito de “públicos em rede” de Boyd e Ellison (2010), as quatro mais salientes características dos *sites* de redes sociais: a persistência (os conteúdos permanecem acessíveis por tempo indeterminado); a replicabilidade (estando muito tempo online, as interações entre utilizadores podem ser replicadas vezes sem conta); a escalabilidade (justamente por serem replicados, os conteúdos conseguem tornar-se virais); e a rastreabilidade (estando, potencialmente, em todo o lado e a todo o tempo, as interações podem ser captadas com bastante facilidade).

Sendo as comunidades vulneráveis o foco deste texto, percebemos com relativa facilidade a importância destas características estruturais, que, de resto, são decisivas para analisarmos as redes sociais. A título de exemplo: como circula a informação e quais são os atores mais influentes dentro de um determinado grupo que, recorrendo a uma dada rede social, propaga discursos de ódio visando comunidades vulneráveis?

Antes de avançarmos para qualquer tipo de análise de redes é fundamental assegurar a sua exequibilidade, tendo, por um lado, a certeza de que “o objeto pode ser mapeado e compreender como essa estrutura será ‘vista’ (ou seja, quais serão os nós⁸ e conexões da rede⁹)” e, por outro lado, que “o estudo em questão [se] foque em dados que possam ser acedidos pelo pesquisador” (Recuero, 2017, p. 17). É que grandes quantidades de dados não significam, por si só, melhores dados (Bruns, 2018; Bruns & Burgess, 2016).

DA TEORIA À REALIDADE

Para percebermos as potencialidades do cruzamento entre a I-A e a AR, propomos aqui um (curto) exercício prático. Suponhamos que, a partir da crescente e incontornável importância dos média sociais no nosso quotidiano, pretendemos interrogar as causas e os efeitos do desequilíbrio nas relações de poder entre as plataformas e os utilizadores que pertencem à comunidade LGBT. Como combinar as duas metodologias? Que resultados podemos esperar?

É (quase) consensual, entre os vários autores com trabalho no campo da I-A, a circunstância de o trabalho se desenvolver em espiral. Ainda assim, são de índole vária os modelos possíveis. Latorre (2005) faz deles um profícuo resumo. Para este exercício, optámos pelo modelo de Susman e Evered (1978; Figura 1). No caso das plataformas, tomámos o Twitter¹⁰ como exemplo.

⁸ Todas as redes sociais são constituídas por nós que podem representar um indivíduo ou grupos de indivíduos.

⁹ As conexões, também chamadas de “arcos”, permitem perceber que tipo de relação social (interação, amizade, conversa, pertencimento) existe entre os nós. Em certo sentido, as conexões são o principal foco do estudo das redes sociais, na medida em que é a sua variabilidade que determina as estruturas dos grupos.

¹⁰ No projeto de investigação que temos em curso, no âmbito do doutoramento em ciências da comunicação, recorremos ao método de amostragem “bola de neve”, para saber em que rede social a comunidade LGBT portuguesa se move com mais frequência.

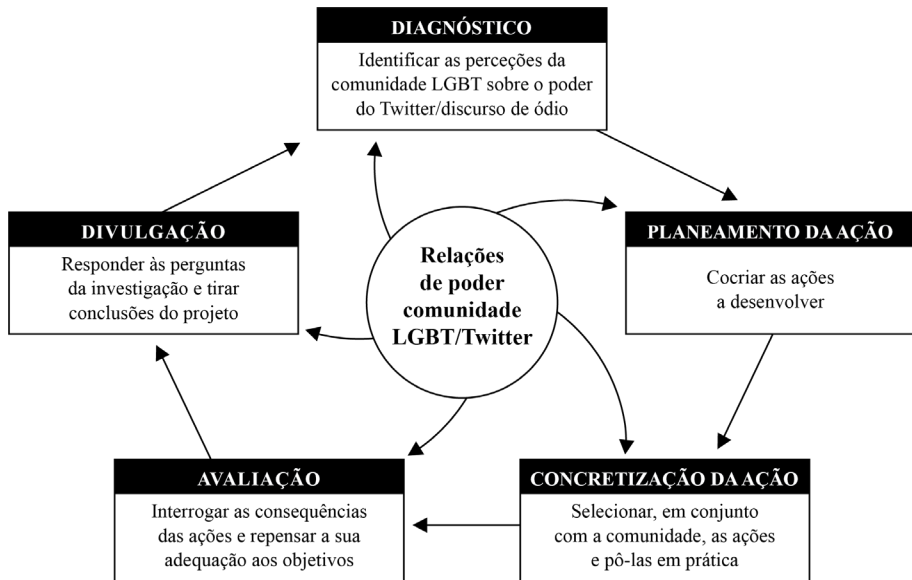


Figura 1. O processo cíclico da investigação-ação
Nota. Adaptado de Susman e Evered, 1978, p. 588

Os cinco momentos iniciais da espiral são claros: diagnóstico, planeamento da ação, concretização da ação, avaliação e divulgação.

Na fase de diagnóstico, dizem Susman e Evered (1978), deve ser identificado e definido o problema (no caso, o desequilíbrio nas relações de poder entre o Twitter e a comunidades LGBT). Depois de uma análise quantitativa aos resultados devolvidos pelo Twitter, utilizando as expressões presentes na HateBase¹¹ que mais se aproximem do jargão utilizado no nosso país para injuriar os membros da comunidade LGBT, podemos aplicar um inquérito aos participantes¹², no sentido de avaliar, designadamente, que percepção têm sobre o poder do Twitter no que ao discurso de ódio diz respeito; práticas e comportamentos nos média sociais; tempo ali passado; e que tipo de expressões ligam diretamente ao discurso de ódio.

¹¹ A HateBase (<https://hatebase.org/>) foi construída, em 2013, para ajudar empresas, agências governamentais, organizações não governamentais e organizações de investigação a moderar conversas online e para identificar discursos de ódio que possam conduzir a atos de violência. Desenhada pelo *Sentinel Project for Genocide*, uma organização não governamental canadiana, a plataforma tinha, à data da apresentação deste texto, identificado 3.894 termos em 98 línguas usadas em 176 países.

¹² Coutinho (2021) explica que, apesar de o número não ser o elemento decisivo de uma amostra, há uma espécie de número mágico: amostras inferiores a 30 têm pouca probabilidade de refletirem fielmente os traços da distribuição de uma dada população, podendo comprometer os resultados da investigação.

Os resultados obtidos na fase de diagnóstico formarão a base do planeamento das atividades a desenvolver, sendo que a definição de tais ações terá que ser sempre coconstruída com os participantes no trabalho, de modo a erigir estratégias de calibragem das relações de poder entre a comunidade e o Twitter. Podemos, nesta fase, sugerir aos participantes a criação de uma primeira base de dados com expressões por eles identificadas como discurso de ódio. Tais expressões serão posteriormente colocadas no Twitter, para uma segunda análise quantitativa. Objetivo: perceber se os resultados devolvidos são, ou não, distintos dos primeiros (uso de expressões constantes da HateBase).

Avançamos para a terceira fase: concretização da ação. Além de dar corpo às ações identificadas pelos participantes na fase de planeamento, podemos, por exemplo, organizar *workshops* para capacitar os intervenientes, no sentido de identificarem as situações em que se deparam com discursos de ódio, mas também para conhecerem o que podem (devem) fazer para as denunciar. Talvez mereça a pena, ainda, desenhar ações de formação que permitam aos participantes conhecer melhor o intrincado mundo dos média sociais e esclarecê-los sobre os instrumentos de regulação que enquadram as relações de poder entre os média sociais e os usuários. Se quisermos ser mais arrojados, podemos estabelecer as bases para a construção de uma HateBase com expressões ligadas ao discurso de ódio apenas em português.

A quarta fase (avaliação) pode ser constituída por dois momentos: aplicação à amostra de um segundo questionário, com o intuito de perceber se o trabalho até aqui desenvolvido alterou as perceções sobre o poder dos média sociais e sobre a identificação das expressões relacionadas com o discurso de ódio; e auscultação de todos os participantes, para avaliar o real impacto das ações tomadas. É mandatário perceber, nesta altura, se os objetivos iniciais foram alcançados, ou se o projeto deve ser reformatado, de acordo com as regras da espiral.

A divulgação, última fase do exercício, resultará das ideias recolhidas junto dos participantes. Podemos, por exemplo, elaborar um relatório prévio que, depois de devidamente validado pelos participantes, possa ser partilhado com as associações e/ou organizações que pugnam pelos direitos da comunidade LGBT. A possibilidade de organizar um evento em que seja possível juntar responsáveis das associações LGBT, académicos e líderes de empresas digitais, de modo a alargar e aprofundar a discussão, é outro exemplo das inúmeras possibilidades que temos ao nosso alcance.

Eis como, de forma necessariamente sucinta, podemos entabular uma profícua “conversa” entre metodologias quantitativas e qualitativas, de modo a empoderar os membros da comunidade LGBT.

CONCLUSÃO: DO ARCO À PONTE

Ao longo deste artigo, procurámos assinalar as vantagens que advêm do recurso a metodologias mistas, nos casos em que o objetivo passa por empoderar populações vulneráveis, como a comunidade LGBT, tomando boa nota de que as metodologias estão indelevelmente ligadas ao percurso¹³ que nos propomos fazer, garantindo-nos que “o caminho percorrido não nos leva a ilusões, mas à ‘certeza’ do conhecimento adquirido” (Pato, 2009, p. 2).

A partir do exercício prático que propusemos, tomamos como válida a circunstância de que, estando esbatido e desacreditado (Teddlie & Tashakkori, 2003) o acérrimo e histórico debate entre a investigação de tipo qualitativo e de tipo quantitativo — “a guerra dos paradigmas”, como lhe chama Bryman (2006) —, dos métodos mistos resultam quatro notórias vantagens, a saber:

- a análise do problema é feita a partir de duas perspetivas distintas, uma sustentada em dados fechados (quantitativos), outra em dados abertos (qualitativos);
- a capacidade mais aprofundada para compreender o fenómeno em causa;
- o uso de experiências pessoais para lançar luz sobre a informação quantitativa; e
- a robustez dos instrumentos quantitativos a utilizar é fortalecida pela exploração preliminar de histórias individuais (Creswell, 2009, 2015).

Resume Coutinho (2021):

em estudos MM [metodologias mistas], a adição de vertentes QUAL [qualitativas] e QUANT [quantitativas] melhora a compreensão do fenómeno e procura dar resposta às questões iniciais, sugerindo modificações em questões pontuais ou mesmo um novo design, no sentido de providenciar novas hipóteses que permitam explorar o que está por detrás das razões e significados ou mesmo das conclusões de uma etapa anterior. (p. 360)

¹³ Etimologicamente, a palavra “método” significa “caminho para”.

Na verdade, a avaliação computacional e quantitativa de grandes quantidades de dados pode (e deve) ser utilizada para identificar subconjuntos específicos de dados submetidos posteriormente a uma análise qualitativa adicional (uma segunda e ainda mais atenta leitura dos *tweets*, entrevistas em profundidade com participantes-chave, por exemplo). Alternativamente: uma investigação qualitativa inicial de fenómenos específicos dos média sociais pode fornecer as bases para o estabelecimento de um *corpus* de termos-chave, ou uma população de contas-alvo, cujos percursos nos média sociais são rastreados e analisados usando métodos quantitativos em larga escala. No melhor desses projetos, “big data” de abordagens computacionais e dados profundos de fontes mais convencionais são integrados para formar estruturas de dados híbridas que podem fornecer *insights* consideravelmente mais valiosos do que as partes constituintes são capazes de fazer por conta própria (Bruns, 2018).

Este posicionamento quadra com uma aproximação ao modelo de pesquisa participativa ancorada na comunidade que decidimos estudar — os membros dessa mesma comunidade são parte ativa em várias fases do trabalho, “ajudando a determinar o problema, ajudando no desenho das questões da investigação, colaborando na coleta e análise de dados e ajudando a disseminar os resultados” (Creswell, 2015, p. 17).

Concluimos: apesar de potente e poética, a fantasia de uma plataforma verdadeiramente aberta é insustentável. “Guardiães da internet” (Gillespie, 2018, p. 5), as plataformas mostraram-se, até agora, incapazes de contrariar os tangíveis, concretos e danosos discursos de ódio que nelas pululam (Cohen-Almagor, 2011). Onde: a obrigação que recai sobre os investigadores para encontrarem as metodologias mais capazes de prover soluções que, no mínimo, minorem o problema é diretamente proporcional à gravidade do problema.

O que se joga no campo do desequilíbrio das relações de poder entre plataformas e comunidades vulneráveis é demasiado importante para que, parafraseando a conversa entre Marco Polo e o Imperador Kubklai Khan no livro *As Cidades Invisíveis*, de Italo Calvino (1972/1990), possamos ficar pela discussão sobre o arco que sustém a ponte, quando é cada uma das pedras que interessa, porque sem elas não há arco, nem ponte.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

REFERÊNCIAS

- Almeida, J.-C. F. de. (2001). Em defesa da investigação-ação. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (37), 175–176.
- Arthur, P. L., & Bode, K. (Eds.). (2014). *Advancing digital humanities: Research, methods, theories*. Palgrave Macmillan.
- Bem-David, A., & Matamoros-Fernández, A. (2016). Hate speech and covert discrimination on social media: Monitoring the Facebook pages of extreme-right political parties in Spain. *International Journal of Communication*, 10(2016), 1167–1193.
- Boyd, D., & Ellison, N. (2007). Social network sites: Definition, history and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(1), 210–230. <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>
- Boyd, D., & Ellison, N. (2010). Social network sites as networked publics: Affordances, dynamics and implications. In Z. Papacharissi (Ed.), *A networked self: Identity, community and culture on social network sites* (pp. 39–58). Routledge.
- Bruns, A. (2018). Big social data approaches in internet studies: The case of Twitter. In M. M. Allen, L. Klastrup, & J. Hunsinger (Eds.), *Second international handbook of internet research* (pp. 1–17). Springer.
- Bruns, A., & Burgess, J. (2016). Methodological innovation in precarious spaces: The case of Twitter. In H. Robert, C. Snee, Y. Morey, & H. Watson (Eds.), *Digital methods for social science* (pp. 17–33). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-94-024-1202-4_3-1
- Brydon-Miller, M., Greenwood, D., & Maguire, P. (2003). Why action research? *Action Research*, 1(1), 9–27.
- Bryman, A. (2006). Paradigm peace and the implications for quality. *International Journal of Social Research Methodology*, 9(2), 111–126. <https://doi.org/10.1080/13645570600595280>
- Calvino, I. (1990). *As cidades invisíveis* (J. C. Barreiros, Trad.). Editorial Teorema. (Trabalho original publicado em 1972)
- Cohen-Almagor, R. (2011). Fighting hate and bigotry on the internet. *Policy & Internet*, 3(3), Artigo 6. <https://doi.org/10.2202/1944-2866.1059>
- Conrado Filho, F., & Santos, L. A. (2018). Potencialidades e limitações da metodologia de análise de rede: Um modelo teórico voltado para as ciências sociais. *Comunicação e Sociedade*, 33, 83–198. [https://doi.org/10.17231/comsoc.33\(2018\).2913](https://doi.org/10.17231/comsoc.33(2018).2913)

- Coutinho, C. P. (2021). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática*. Almedina.
- Creswell, J. (2009). *Research design. Qualitative, quantitative and mixed methods approaches*. SAGE.
- Creswell, J. (2015). *Concise introduction to mixed methods research*. SAGE.
- European Commission against Racism and Intolerance. (2016). *General policy recommendation n.º 15 on combating hate speech*. <https://www.coe.int/en/web/european-commission-against-racism-and-intolerance/recommendation-no.15>
- Gillespie, T. (2018). *Custodians of the internet. Platforms, content moderation and the hidden decisions that shape social media*. Yale University Press.
- Kemmis, S., & McTaggart, R. (2005). Participatory action research. Communication and the public sphere. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *The SAGE handbook of qualitative research* (3.^a ed., pp. 559–603). SAGE.
- Koshy, E., Koshy, V., & Waterman, H. (2011). *Action research in healthcare*. SAGE.
- Latorre, A. (2005). *La investigación-acción. Conocer y cambiar la práctica educativa*. Graó.
- Lewin, K. (1946). Action research and minority problems. *Journal of Social Issues*, 2(4), 34–46. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1111/j.1540-4560.1946.tb02295.x>
- Lomborg, S., & Bechmann, A. (2014). Using APIs for data collection on social media. *The Information Society*, 30(4), 256–265. <https://doi.org/10.1080/01972243.2014.915276>
- Matsuda, M. (1989). Public response to racist speech: Considering the victim's story. *Michigan Law Review*, 87(8), 2320–2381.
- McNiff, J., & Whitehead, J. (Eds.). (2017). *Action research: All you need to know*. SAGE.
- Moreira, A. (1989). *Ciência política*. Almedina.
- Pato, M. V. (2009). *Métodos de investigação. Introdução à análise de dados quantitativos*. Instituto de Ciências Sociais.
- Pequenino, K. (2022, 27 de novembro). Ondas de despedimentos ofuscam brilho das Big Tech. *Público*. <https://www.publico.pt/2022/11/27/tecnologia/noticia/ondas-despedimentos-ofuscam-brilho-big-tech-2029299>
- Rapoport, R. (1970). Three dilemmas of action research. *Human Relations*, 23(6), 499–513. <https://doi.org/10.1177/001872677002300601>

- Reason, P., & Bradbury, H. (Eds.). (2008). *The SAGE handbook of action research. Participative inquiry and practice*. SAGE.
- Recuero, R. (2011). *Redes sociais na internet*. Sulina.
- Recuero, R. (2017). *Introdução à análise de redes sociais na internet*. EDUFBA.
- Scott, J. (2000). *Social network analysis. A handbook*. SAGE. (Trabalho original publicado em 1991)
- Serrat, O. (Ed.). (2017). *Knowledge solutions*. Springer.
- Sibilia, P. (2003). Os diários íntimos na internet e a crise da interioridade psicológica. In *Anais do 12.º Encontro Anual da COMPÓS* (pp. 1–11). Galoá.
- Silva, M. (Ed.). (2021). *Discurso de ódio, jornalismo e participação das audiências*. Almedina.
- Susman, G., & Evered, R. (1978). An assesement of the scientific methods of action research. *Administrative Science Quarterly*, 23(4), 582–603. <https://doi.org/10.2307/2392581>
- Teddlie, C., & Tashakkori, A. (Eds.). (2003). *Handbook of mixed methods in social and behavioural research*. SAGE.
- Tontodimamma, A., Nissi, E., Sarra, A., & Fontanella, L. (2020). Thirty years of research into hate speech: Topics of interest and their evolution. *Scientometrics*, 126, 157–179. <https://doi.org/10.1007/s11192-020-03737-6>
- Waldron, J. (2012). *The harm in hate speech*. Harvard University Press.

Citação:

Ferreira, P., & Sousa, H. (2023). Investigação-ação e análise de redes. Uma reflexão sobre a pluralidade metodológica. In E. C. e Silva, M. Laranjeira, P. Portela, & V. de Sousa (Eds.), *Desafios metodológicos em ciências sociais. Atas das IX Jornadas Doutorais do CECS* (pp. 8–23). CECS.

CARLA SOUSA & ANABELA GRADIM

carlasbsousa@gmail.com; anabela.gradim@labcom.ubi.pt

LabCom - Comunicação e Artes, Faculdade de Artes e Letras,
Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal

PROJETO *EMaDeS*: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO ENTRE A UNIVERSIDADE E A EMPRESA

RESUMO

A transferência de conhecimento e tecnologia entre universidades e empresas é uma temática ampla e com um elevado nível de complexidade, que exige a adoção de uma metodologia que permita estudar o assunto em profundidade e no seu contexto real. No processo de investigação, a metodologia ocupa um papel fundamental que permite testar todo o corpo teórico. Assim sendo, o presente artigo pretende descrever o procedimento metodológico, bem como os seus desafios de implementação, usado numa investigação que tem como objetivo avaliar o processo comunicacional estabelecido entre os investigadores do projeto de investigação *EMaDeS* — *Energia, Materiais e Desenvolvimento Sustentável* e as empresas da região Centro, durante a transferência de conhecimento. A metodologia utilizada foi o estudo de caso e os métodos de recolha de dados foram a entrevista semidirigida aos coordenadores de cada linha de investigação do *EMaDeS* e às empresas da região Centro que participaram no projeto, e o inquérito por questionário aos investigadores do *EMaDeS*, com o propósito de obter um diagnóstico das principais dificuldades sentidas para comunicar ciência — aquela que eles próprios produzem — e um manual de boas práticas para a transferência de conhecimento e tecnologia.

PALAVRAS-CHAVE

transferência de conhecimento; estudo de caso; metodologia; *EMaDeS*;
investigação

INTRODUÇÃO

Nos últimos 20 anos, a transferência de conhecimento entre a universidade e a empresa tem vindo a intensificar-se (Mendes & Mendes, 2006, p. 54). No entanto, esta relação é pautada por inúmeras dificuldades, que advêm do facto de estas instituições possuírem culturas organizacionais, missões, objetivos e formas de atuação distintas (Moraes & Stal, 1994, p. 100). Esses obstáculos podem ir desde a ausência de uma comunicação eficaz até às perspetivas, prioridades, valores e horizontes temporais diferentes, passando pela desconfiança entre os parceiros institucionais (Barnes et al., 2002, p. 278). Consequentemente, a transferência de conhecimento e tecnologia entre universidades e empresas não é um processo simples. É fundamental que essa parceria esteja assente na flexibilidade, diálogo e negociação contínuos (Lockett et al., 2009, p. 279). A existência de uma comunicação adequada é apontada como um elemento facilitador que contribui para minimizar ou solucionar algumas das barreiras detetadas no decorrer da transferência de conhecimento (Cruz & Segatto, 2009, p. 436).

Neste sentido, o trabalho aqui apresentado retrata parte de uma investigação, efetuada no âmbito de uma tese de doutoramento, que ambiciona compreender de que forma os investigadores que participaram no projeto *EMaDeS — Energia, Materiais e Desenvolvimento Sustentável*, que foi desenvolvido, de 2017 até 2021, na Universidade da Beira Interior, comunicaram para o tecido empresarial e industrial da região Centro de Portugal o resultado da investigação científica desenvolvida no decurso daquele projeto. Este artigo debruça-se, em particular, sobre os procedimentos metodológicos que contribuíram para alcançar aquele desiderato, nomeadamente o estudo de caso, a entrevista semiestruturada e o inquérito por questionário.

Face à complexidade do assunto abordado optou-se por uma metodologia que permita estudar a temática em detalhe, no seu contexto real e que se adequa aos objetivos da investigação, de forma a manter a coerência epistemológica e metodológica. Se o corpo teórico se revela fundamental para desenhar os instrumentos de recolha de dados, estes últimos possibilitam que se teste a teoria. Tanto o estudo de caso, como a entrevista semidirigida e o inquérito por questionário são amplamente utilizados nas ciências sociais (Ventura, 2007, p. 384). Estes métodos de recolha de dados combinados (qualitativos e quantitativos) tornam a investigação mais abrangente e propiciam a triangulação.

Este texto inicia-se com uma breve contextualização do projeto *EMaDeS*; seguidamente, descreve-se a metodologia adotada, o estudo de caso, para dar resposta aos objetivos de investigação; explicam-se as etapas

seguidas para implementar os métodos de recolha de dados, a entrevista e o questionário; apresentam-se os desafios na aplicação da metodologia, os resultados esperados e notas finais, agradecimentos e referências bibliográficas.

PROJETO *EMaDeS*: ÁREAS DE ATUAÇÃO

O *EMaDeS* é um projeto de investigação na área de engenharia, que foi desenvolvido na Universidade da Beira Interior, entre os anos de 2017 e 2021. Teve dois objetivos: aumentar, através de processos altamente inovadores, o conhecimento científico nas áreas relacionadas com a energia, materiais e desenvolvimento sustentável e transferir o saber gerado para o tecido empresarial da região Centro, numa tentativa de contribuir para melhorar a produtividade e a competitividade das empresas desta zona do país.

Este projeto assenta em três linhas de investigação, nomeadamente “melhoria da eficiência energética em máquinas e sistemas”, “materiais avançados” e “otimização do produto e inovação tecnológica incluindo recursos endógenos”. Na primeira área de atuação, pretendeu-se melhorar a produção de energia de forma sustentável, contribuindo para a redução do seu consumo. Já no caso da segunda, a finalidade passou por desenvolver materiais nano-estruturados, otimizando as suas propriedades de forma a aumentar o seu desempenho e durabilidade, mesmo quando expostos a condições de operação severas. Em relação à terceira, procurou-se reduzir os custos e otimizar a produção, tanto no que diz respeito aos produtos como nos processos, dando especial ênfase à inovação tecnológica e à utilização racional dos recursos naturais, incluindo água e floresta.

Para além disso, englobou, ainda, um outro eixo de pesquisa designado “comunicação e disseminação”, no qual a nossa investigação esteve integrada, e cuja ação se desenvolveu através de duas vertentes, uma mais instrumental e outra orientada para a pesquisa. À primeira coube a responsabilidade de divulgar, a partir de variadas plataformas, os objetivos, atividades, progressos e resultados do *EMaDeS* junto de três públicos-alvo (comunidade científica, indústria e população em geral). Quanto à segunda, teve a missão de, através da investigação, estudar o processo comunicacional estabelecido entre a universidade e a empresa aquando da transferência de conhecimento e tecnologia. As ações de disseminação visaram dar a conhecer a inovação efetuada no meio académico, promover o uso dos resultados e melhorar os canais de transferência de investigação e desenvolvimento nas três áreas de investigação do projeto (energia, materiais e desenvolvimento sustentável).

Neste projeto estiveram envolvidos investigadores de três unidades de investigação da Universidade da Beira Interior, respetivamente o Centre for Mechanical and Aerospace Science and Technologies, o Fiber Materials and Environmental Technologies e o LabCom — Comunicação e Artes. O *EMaDeS* foi apoiado por verbas comunitárias inscritas no Portugal 2020.

METODOLOGIA: ESTUDO DE CASO

Para se estudar a transferência de conhecimento e tecnologia entre a universidade e a empresa, a metodologia que serviu de base foi o estudo de caso. Pelo facto de a investigadora estar integrada neste projeto, que propunha transferir o saber gerado para as empresas da região Centro, permitindo um estudo do processo comunicacional aquando da transferência de conhecimento e tecnologia em contexto real, e com acesso facilitado aos investigadores do *EMaDeS*, esta abordagem metodológica revelou-se, desde o início, a melhor escolha para o desenvolvimento desta investigação. Além disso, como a transferência de conhecimento e tecnologia entre a universidade e a empresa é um processo complexo (Lipinski et al., 2008, p. 118; Schofield, 2013, p. 40), necessitava-se de uma metodologia que permitisse estudar o caso em profundidade, algo que o estudo de caso proporciona. Desta forma, procurou-se adequar a metodologia aos objetivos da investigação.

Marie-Fabienne Fortin et al. (2005/2006) definem o estudo de caso como o “exame detalhado e completo de um fenómeno ligado a uma entidade social. A entidade pode ser um indivíduo, um grupo, uma família, uma comunidade ou uma organização” (p. 241). Esta metodologia visa dar resposta às questões *como* e *porquê*, sendo frequentemente utilizada quando o investigador possui “pouco controlo sobre os acontecimentos” e o foco se encontra nos “fenómenos contemporâneos dentro do contexto da vida real” (Yin, 1984/2001, p. 10). O estudo de caso tem sido usado na investigação “de fenómenos das mais diversas áreas do conhecimento”, tornando-se, no caso das ciências sociais e humanas, numa das metodologias de pesquisa qualitativa a que os investigadores mais recorrem para desenvolver os seus estudos (Ventura, 2007, p. 384). Também tem sido amplamente utilizado nos trabalhos que se dedicam à investigação na área da transferência de conhecimento e tecnologia entre universidade e empresa, de que é exemplo a pesquisa desenvolvida por Segatto (1996, p. 33).

Tal como sugere António Carlos Gil (2002), depois de definida a questão de estudo de caso, foi traçado um plano de investigação de estudo de caso com quatro fases, respetivamente a delimitação da unidade-caso; recolha de

dados; seleção, análise e interpretação dos dados; e elaboração do relatório. Na primeira etapa, delimitou-se a unidade que constitui o caso, tentando compreender os dados necessários para entender o objeto como um todo. Assim sendo, para garantir uma coerência epistemológica e metodológica, começou-se a preparar a teoria preliminar relacionada com a temática em estudo. No seguinte item, realizou-se a recolha dos dados através da entrevista semidirigida aos coordenadores de cada linha de investigação do *EMaDeS* e do inquérito aos investigadores do projeto. Este ponto implicou uma preparação prévia, com a redação dos guiões das técnicas de recolha de dados e a elaboração do protocolo do estudo de caso, onde constavam todos os procedimentos e regras a serem seguidos. O protocolo apresentava-se como uma estratégia fundamental para o aumento da fiabilidade da investigação e pretende-se que “guie o investigador a levar a cabo o estudo de caso” (Yin, 1984/2001, p. 79). Além disso, tentou-se obter um domínio dos assuntos a serem estudados, efetuar perguntas de qualidade e interpretar as respostas, ser um “bom ouvinte” com capacidade para absorver grandes quantidades de novas informações sem preconceitos e praticar a flexibilidade e adaptabilidade, não esquecendo o propósito inicial da investigação, mas com disposição para alterar os procedimentos ou planos no caso de ocorrer algum acontecimento inesperado.

Na seleção dos dados, teve-se em atenção os objetivos da investigação, os seus limites e o desenvolvimento de um sistema de referências para avaliação dos dados que serão úteis ou não. Neste sentido, definiu-se, previamente, o plano de análise dos dados, que teve em consideração as limitações dos dados obtidos, especialmente no que diz respeito à qualidade da amostra. Tal como recomendado por Magda Ventura (2007), utilizaram-se categorias de análise originárias de teorias reconhecidas no campo, de forma que a interpretação dos dados não esteja assente em preconceitos, opiniões de senso comum, julgamentos implícitos, entre outros. Por último, deu-se início à redação, concisa, dos relatórios parciais e finais, onde constam vários aspetos, tais como a forma como foram recolhidos os dados, a teoria que apoiou a sua categorização e a demonstração da validade e da fidedignidade dos dados.

MÉTODOS DE RECOLHA DE DADOS: ENTREVISTA SEMIDIRIGIDA E INQUÉRITO

Como métodos de recolha de dados foram escolhidos a entrevista semidirigida e o inquérito. Em relação à entrevista, é considerada “uma das fontes de informação do estudo do caso mais importantes” (Yin, 1984/2001,

p. 103). Teresa Haguette (1997) define a entrevista como o “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (p. 86). É amplamente usada nos estudos exploratórios, possuindo três funções fundamentais, nomeadamente “examinar conceitos e compreender o sentido de um fenómeno tal como é percebido pelos participantes”; “servir como principal instrumento de medida” e ser um “complemento aos outros métodos de colheita de dados” (Fortin et al., 2005/2006, p. 375).

Quanto à entrevista semidirigida, é um dos métodos mais utilizados em ciências sociais (Boni & Quaresma, 2005, p. 72). O recurso a este tipo de entrevista ocorre sempre que se ambiciona conseguir mais informações particulares sobre um tema, ou quando o pesquisador quer “compreender a significação de um acontecimento ou de um fenómeno vividos pelos participantes” (Fortin et al., 2005/2006, p. 376). Por sua vez, Augusto Triviños (1987) entende por entrevista semidirigida aquela que “parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (p. 146). A entrevista semidirigida tem como uma das suas características principais a elaboração prévia de um guião, que irá ajudar o investigador a conduzir a entrevista para o objetivo pretendido, recolhendo as informações desejadas (Manzini, 2003, p. 13). Assim sendo, a partir do momento em que se escolhe a entrevista semidirigida como instrumento de recolha de dados é essencial a existência de um planeamento para que se possam cumprir os objetivos estabelecidos na investigação (Adurens et al., 2019, p. 205).

Antes de se dar início ao desenvolvimento do guião existiu a necessidade de estudar a problemática em análise recorrendo a variadas fontes bibliográficas. Posteriormente, procedeu-se à elaboração de dois guiões de entrevista, um destinado aos coordenadores das várias linhas de investigação do *EMaDeS* e outro dirigido aos empresários (da área da energia, materiais e desenvolvimento sustentável) da região Centro, que participaram no projeto. Estes instrumentos são constituídos por questões de resposta aberta, através das quais se tentou recolher diversas informações sobre o processo comunicacional estabelecido entre os investigadores e os membros das empresas no momento da transferência de conhecimento e tecnologia, as dificuldades sentidas no decorrer dessa relação de cooperação, motivações que impulsionaram a existência da relação, soluções para combater as barreiras detetadas, benefícios resultantes para ambos os envolvidos, entre outros (Sousa & Gradim, 2021, p. 120).

As perguntas contidas neste guião são resultado da teoria que suportou a investigação e de toda a informação que já se havia recolhido sobre o fenómeno social (Triviños, 1987, p. 146). Aquando da formulação das questões procurou-se garantir a sua clareza e precisão, abrangência total dos conceitos a serem estudados e adequação da linguagem à população entrevistada, prescindindo de termos demasiado técnicos (Manzini, 2003, p. 14). Quanto à sequência das perguntas, optou-se por uma ordem de dificuldade partindo das mais fáceis para as mais difíceis e uma disposição dos assuntos dos mais amplos para os mais pormenorizados, tentando assegurar coerência e lógica (Manzini, 2003, p. 18). Depois do roteiro elaborado, aquele foi testado.

Assim sendo, numa primeira fase, o guião foi submetido a apreciação externa, solicitando-se a dois indivíduos experientes na entrevista e na elaboração de guiões que verificassem a adequação daquele documento. Num segundo momento, efetuou-se uma entrevista piloto com uma amostra da população a ser entrevistada. Após esta entrevista, fez-se uma análise da linguagem utilizada, avaliou-se a compreensão das perguntas por parte dos entrevistados e verificou-se se havia a necessidade de alterar algumas questões ou incorporar outras. Entretanto os coordenadores de cada linha de investigação do *EMaDeS* foram contactados, por email, para solicitar a sua colaboração no estudo, informá-los sobre o objetivo da investigação, obter o seu consentimento, assegurar a confidencialidade das informações e agendar a marcação da respetiva entrevista. Devido à pandemia de COVID-19 que assolou o mundo, estas entrevistas foram realizadas através de videoconferência, utilizando-se a plataforma Zoom. Para a realização da entrevista optou-se por um local calmo, discreto e agradável. Aos participantes foi, ainda, pedida a autorização para gravar as entrevistas em formato áudio e vídeo. Durante a execução da entrevista, para facilitar o seu desenrolar, buscou-se criar um ambiente pautado pela cordialidade, confiança e harmonia entre a entrevistadora e o entrevistado. Por fim, procedeu-se à transcrição e análise dos dados, tarefas essas que ainda se encontram em andamento.

Outra técnica de recolha de dados utilizada foi o inquérito por questionário. A par da entrevista, este representa também um dos instrumentos de recolha e tratamento de dados mais frequentemente usado na área das ciências sociais (Lima, 1972). O inquérito por questionário é um método “fundamental no processo de produção do conhecimento” (Lima, 1972, p. 575). A sua especial utilização em variadas pesquisas deve-se ao seu “caráter estruturado e à automatização do tratamento estatístico dos dados quando

realizado com suporte em *software* específico” (Santos & Henriques, 2021, p. 7). Consiste em colocar a um grupo de inquiridos um conjunto de perguntas referentes à sua situação profissional, social ou familiar, às suas opiniões, às atitudes relativamente a opções ou a questões humanas e sociais, nível de conhecimentos, expectativas, consciência de um problema ou acontecimento, entre outros aspetos que sejam do interesse do investigador (Quivy & Campenhoudt, 1988/1998, p. 188). Permite a verificação das hipóteses teóricas, a análise das correlações que as mesmas sugerem (Quivy & Campenhoudt, 1988/1998, p. 188) e a identificação de determinadas características ou factos sobre uma população (Santos & Henriques, 2021, p. 13). O inquérito por questionário apresenta um “comportamento camaleónico”, que se adapta às diferentes metodologias e cujos resultados não estão dependentes dele, mas da forma como é preparado pelo investigador (Santos & Henriques, 2021, p. 3). Segundo Manuela Hill e Andrew Hill (1998) elaborar um bom questionário não é uma incumbência fácil, daí que o planeamento e a especificação prévia e detalhada dos objetivos e hipóteses de investigação, das “escalas de resposta das perguntas” e dos “métodos para analisar dados” sejam fatores que possibilitam o sucesso desta técnica de recolha de dados (p. 2). Depois de delinear os aspetos elencados por estes dois autores, de definir o problema de conhecimento, as variáveis de investigação e conhecer a teoria sobre a temática, procedeu-se à redação do inquérito por questionário. Este é constituído por perguntas de resposta fechada e encontra-se dividido em quatro secções.

Com este instrumento pretendeu-se obter diversas informações, tais como motivos para a publicação dos seus resultados de investigação, meios utilizados para efetuar essa disseminação, perceção sobre o papel da comunicação na transferência de conhecimento e tecnologia, perceção sobre os obstáculos, motivos e facilitadores do processo de cooperação entre estas duas instituições, frequência e resultados da colaboração, entre muitos outros tópicos que havia interesse em averiguar. A redação do inquérito implicou que se tivessem determinados cuidados e que se seguissem um conjunto de “normas precisas” com o intuito de aumentar a sua eficácia e validade (Marconi & Lakatos, 2002, p. 99). Desta forma, as perguntas formuladas foram criteriosamente selecionadas, tentando que as suas temáticas estivessem em consonância com o objetivo geral e específico da investigação; foram fornecidas instruções para o preenchimento do inquérito e a nota explicativa inicial continha vários itens como a natureza do questionário, razão da sua aplicação, pedido de colaboração, garantia de confidencialidade, agradecimento prévio, entre outros; além

disso, optou-se pela disposição das perguntas do geral para o específico; a formulação das questões foi efetuada de uma forma clara, objetiva, precisa e acessível, para que possam ser entendidas com facilidade e devido à existência de perguntas fechadas, houve a preocupação de incluir um conjunto de opções alternativas que pudessem cobrir as diversas possibilidades (Marconi & Lakatos, 2002, p. 99; Santos & Henriques, 2021, pp. 21–22).

Depois de concluído, o questionário foi submetido à apreciação da Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior. Foram realizadas algumas alterações propostas por esta entidade e assim que se obteve o seu parecer positivo, o questionário foi transferido para o formato digital, ficando alojado na plataforma eletrónica Google Docs, que é um editor de documentos online. Foi efetuado um pré-teste ao questionário, aplicando alguns exemplares numa pequena população selecionada. Este procedimento permite detetar possíveis falhas, inconsistência ou complexidade das questões; ambiguidade ou linguagem inacessível; perguntas supérfluas ou geradoras de embaraço ao inquirido; extensão longa; entre outros (Marconi & Lakatos, 2002, p. 100). É também uma forma de avaliar a fidedignidade (qualquer indivíduo que o aplique alcançará sempre os mesmos resultados), validade (“os dados recolhidos são necessários à pesquisa”; Marconi & Lakatos, 2002, p. 100) e operatividade (“vocabulário acessível e significado claro do questionário”).

Seguidamente, após a finalização do pré-teste, o inquérito foi implementado, durante dois meses, a todos os investigadores do *EMaDeS*, que participaram no projeto por um período igual ou superior a seis meses. O *link* do inquérito foi enviado para o email dos investigadores, juntamente com um pedido de colaboração. Passado um mês da sua aplicação, esse apelo foi reforçado. Terminado o prazo estabelecido para a receção de respostas, os inquiridos deixaram de poder dar continuidade à sua participação. Como últimas etapas deste método, estão a análise e tratamento dos dados, que ainda não se encontram concluídas. Este último será feito com recurso ao software SPSS. Importa referir que tanto a entrevista como o inquérito não foram aplicados aos membros da linha de investigação “comunicação e disseminação” por se entender que o seu conhecimento sobre comunicação poderia influenciar as suas respostas e por pertencerem a uma linha de investigação que não esteve diretamente envolvida na transferência de conhecimento e tecnologia às empresas da região Centro.

DESAFIOS NA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA

Ao longo de todo o processo metodológico enfrentaram-se variados desafios, que exigiram uma constante adaptação aos imprevistos e a novas realidades. Desde logo, a pandemia de COVID-19 alterou os planos para a implementação da entrevista. Inicialmente, a previsão era de que aquele método de recolha de dados fosse executado presencialmente. No entanto, devido a este período pandémico e aos sucessivos confinamentos que determinou, optou-se por recorrer aos meios digitais, mais concretamente à plataforma Zoom, para a sua realização.

A internet e as novas tecnologias da informação revelaram-se importantes aliados para a ciência, uma vez que potenciaram o aparecimento de novas formas de construção e disseminação (Cabecinhas & Carvalho, 2004, p. 6) e permitiram práticas que assentam na colaboração entre cientistas geograficamente distanciados, acesso, armazenamento e partilha de informação de forma rápida, comunicação em tempo real, criação de conteúdos inovadores e sua divulgação nas plataformas digitais (Araujo, 2015, p. 96; Autran & Borges, 2014, p. 123; Borges, 2017, p. 179; Mateus, 2014, p. 593). Assim sendo, tanto na implementação da entrevista como do inquérito, as novas tecnologias demonstraram ser fundamentais para a conclusão atempada do plano de trabalhos. Em tempo de pandemia, os meios digitais serviram para encurtar distâncias, permitiram o armazenamento digital dos dados recolhidos e possibilitaram que se continuasse a produzir ciência, num dos períodos mais exigentes da história da humanidade.

A entrevista apresenta inúmeras vantagens, tais como: poder ser aplicada a todos os segmentos da população (analfabetos e alfabetizados); maior flexibilidade na medida em que no caso de não estar a ser devidamente compreendido, o entrevistador pode esclarecer as perguntas; possibilidade de obter informações mais precisas, entre outras (Marconi & Lakatos, 2002, p. 95). Verificaram-se, no entanto, no nosso estudo também algumas desvantagens. A longa duração deste método fez com que nem sempre o entrevistado tivesse disponibilidade de tempo para participar, afetando, conseqüentemente, o seu agendamento. Também a transcrição da entrevista é bastante morosa. Outra das dificuldades encontrada está relacionada com a recente introdução no ordenamento jurídico de regras mais rígidas na proteção de dados pessoais que vieram dificultar o recrutamento de sujeitos. Devido ao Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da União Europeia, numa fase inicial tivemos alguns problemas em aceder a todos os endereços eletrónicos profissionais dos investigadores para o envio do questionário. Para além disso, uma metodologia como o

estudo de caso tem algumas limitações, a maior das quais o facto de não se poderem generalizar os resultados a outras populações ou situações, e também os dados poderem ser em número insuficiente ou de difícil comparação entre si (Fortin et al., 2005/2006, p. 242). Todo o processo de aplicação da metodologia exige que exista uma constante aprendizagem e resolução de problemas. Compreender como, pela primeira vez, se elabora um guião de entrevista e como se aplica, como se realiza o tratamento de dados através da análise de conteúdo e como se cria um inquérito online constituíram também desafios que contribuíram para a aquisição de novas competências.

RESULTADOS ESPERADOS E NOTAS FINAIS

O processo metodológico constitui um caminho para alcançar os resultados pretendidos. Através dele pretende-se obter um diagnóstico das principais dificuldades sentidas pelos investigadores para comunicar ciência — aquela que eles próprios produzem — e um manual de boas práticas para a transferência de conhecimento e tecnologia.

A metodologia utilizada irá permitir testar as seguintes hipóteses (H):

- H1. A comunicação academia/indústria e a transferência de conhecimento e tecnologia não é nem direta nem transparente;
- H2. O planeamento prévio dos canais e fluxos bidirecionais de comunicação entre as duas partes envolvidas, academia e indústria, permite ultrapassar os obstáculos à transferência do conhecimento e tecnologia;
- H3. É possível desenhar estratégias de remediação que otimizem o processo comunicacional e a transferência de conhecimento e tecnologia entre a academia e a indústria.

Em relação à primeira hipótese, verifica-se que cada uma destas organizações apresenta as suas diferenças em termos de cultura organizacional, que em momentos específicos, como na transferência de conhecimento e tecnologia, poderão originar discordâncias que geram conflitos entre as partes e dificuldades para a condução dos trabalhos rumo a um objetivo em comum (Benedetti & Torkomian, 2010, p. 145). Estes obstáculos acabam por impedir que a transferência de conhecimento e tecnologia ocorra com maior facilidade e frequência (Bruneel et al., 2010, p. 858; Ferreira et al., 2017, p. 343). Neste sentido, nem sempre estas duas instituições comunicam e transferem o conhecimento e a tecnologia de forma direta e transparente. A segunda hipótese indaga se o planeamento estratégico dos canais e fluxos

de comunicação é um fator que permite solucionar ou minimizar as dificuldades desta relação de transferência. A última hipótese investiga que estratégias de remediação podem melhorar a transferência de conhecimento e tecnologia entre a universidade e a indústria.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi apoiado por fundos comunitários através do Portugal 2020 e da União Europeia através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), no âmbito do projeto EMaDeS (Operação Centro-01-0145-FEDER-000017).

REFERÊNCIAS

- Adurens, F. D. L., Deliberato, D., & Mazini, E. J. (2019). Elaboração de um roteiro para entrevista semiestruturada: Aspectos teóricos e práticos. In *Anais do V Seminário do Grupo de Pesquisa Deficiências Físicas e Sensoriais* (pp. 205–214). Universidade Estadual Paulista.
- Araujo, R. F. (2015). Mídias sociais e comunicação científica: Análise altimétrica em artigos de periódicos da ciência da informação. *Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS*, 21(1), 96–109. <https://doi.org/10.19132/1808-5245211.96-109>
- Autran, M. M. M., & Borges, M. M. (2014). Comunicação da ciência: (R)evolução ou crise? *RECIIS-Revista Eletrônica de Comunicação, Informação, Inovação e Saúde*, 8(2), 122–138. <https://doi.org/10.3395/reciis.v8i2.621>
- Barnes, T., Pashby, I., & Gibbons, A. (2002). Effective university-industry interaction: A multi-case evaluation of collaborative R&D projects. *European Management Journal*, 20(3), 272–285. [https://doi.org/10.1016/S0263-2373\(02\)00044-0](https://doi.org/10.1016/S0263-2373(02)00044-0)
- Benedetti, M. H., & Torkomian, A. L. V. (2010). Uma análise da influência da cooperação universidade-empresa sobre a inovação tecnológica. *Gestão & Produção*, 17(4), 145–158. <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2011000100011>
- Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em ciências sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2(1), 68–80. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>

- Borges, M. M. B. (2017). Reflexos da tecnologia digital no processo de comunicação da ciência. In M. J. V. J. D. L. Padrón (Ed.), *Una mirada a la ciencia de la información desde los nuevos contextos paradigmáticos de la postmodernidad* (pp. 179–196). Cultura Acadêmica.
- Bruneel, J., D'Este, P., & Salter, A. (2010). Investigating the factors that diminish the barriers to university-industry collaboration. *Research Policy*, 39(7), 858–868. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2010.03.006>
- Carvalho, A., & Cabecinhas, R. (2004). Comunicação da ciência: Perspetivas e desafios. *Comunicação e Sociedade*, 6, 5–10. [https://doi.org/10.17231/comsoc.6\(2004\).1225](https://doi.org/10.17231/comsoc.6(2004).1225)
- Cruz, É., & Segatto, A. P. (2009). Processos de comunicação em cooperações tecnológicas universidade-empresa: Estudos de caso em universidades federais do Paraná. *Revista de Administração Contemporânea*, 13(3), 430–449. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552009000300006>
- Ferreira, C. L. D., Ghesti, G. F., & Braga, P. R. S. (2017). Desafios para o processo de transferência de tecnologia na Universidade de Brasília. *Cadernos de Prospecção*, 10(3), 341–355. <https://doi.org/10.9771/cp.v10i3.22148>
- Fortin, M.-F., Côté, J., & Filion, F. (2006). *Fundamentos e etapas do processo de investigação* (N. Salgueiro, Trad.). LusoDidacta. (Trabalho original publicado em 2005)
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos e pesquisa*. Atlas.
- Haguette, T. M. F. (1997). *Metodologias qualitativas na sociologia*. Vozes.
- Hill, M. M., & Hill, A. (1998). *A construção de um questionário* [Working paper]. Dinâmia.
- Lima, M. P. de. (1972). O inquérito sociológico: Problemas de metodologia. *Revista Análise Social*, 9(35/36), 558–628.
- Lipinski, J., Minutolo, M. C., & Crothers, L. M. (2008). The complex relationship driving technology transfer: The potential opportunities missed by universities. *Journal of Behavioral and Applied Management*, 9(2), 112–133. <https://doi.org/10.21818/001c.17120>
- Lockett, N., Cave, F., Kerr, R., & Robinson, S. (2009). The influence of co-location in higher education institutions on small firms' perspectives of knowledge transfer. *Entrepreneurship & Regional Development*, 21(3), 265–283. <https://doi.org/10.1080/08985620802279973>

- Manzini, E. J. (2003). Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In M. C. Marquezine, M. A. Almeida, & S. Omote (Eds.), *Colóquios sobre pesquisa em educação especial* (pp. 11–25). Eduel.
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2002). *Técnicas de pesquisa*. Editora Atlas.
- Mateus, A. (2014). Comunicação digital e investigação: A internacionalização da ciência. In M. de L. Martins & M. Oliveira (Eds.), *Comunicação ibero-americana: Os desafios da internacionalização. Livro de atas do II Congresso Mundial de Comunicação Ibero-americana* (pp. 592–600). CECS.
- Mendes, S.-A. P., & Mendes, N. (2006). Cooperação tecnológica universidade-empresa para eficiência energética: Um estudo de caso. *Revista de Administração Contemporânea*, 10, 53–75. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552006000500004>
- Moraes, R. & Stal, E. (1994). A situação atual e as perspectivas futuras do relacionamento universidade-empresa no Brasil - Algumas experiências concretas. *Revista de Administração de Empresas*, 34(4), 98–112.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (3.ª ed., J. Marques, M. A. Mendes, & M. Carvalho, Trans.). Gradiva. (Trabalho original publicado em 1988)
- Santos, R. J., & Henriques, S. (2021). *Inquérito por questionário: Contributos de conceção e utilização em contextos educativos*. Universidade Aberta. <https://doi.org/10.34627/3595-k971>
- Schofield, T. (2013). Critical success factors for knowledge transfer collaborations between university and industry. *The Journal of Research Administration*, 44(2), 38–56.
- Segatto, A. P. (1996). *Análise do processo de cooperação tecnológica universidade-empresa: um estudo exploratório* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. <https://doi.org/10.11606/D.12.1996.tde-04052006-215518>
- Sousa, C., & Gradim, A. (2021). Desafios e oportunidades da transferência de conhecimento e tecnologia entre a academia e a indústria — O caso EMaDeS. In S. Mateus, J. Pinheiro, & M. F. Barros (Eds.), *Atas do XI Congresso da SOPCOM: Comunicação, turismo e cultura* (pp. 112–124). SOPCOM/Universidade da Madeira.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. Atlas.

Ventura, M. M. (2007). O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Revista Socerj*, 20(5), 383–386.

Yin, R. K. (2001). *Pesquisa estudo de caso: Desenho e métodos* (D. Grassi, Trad.). Bookman. (Trabalho original publicado em 1984)

Citação:

Sousa, C. S. B. de, & Alves, A. M. G. (2023). Projeto EMaDeS: Um estudo de caso sobre a transferência de conhecimento entre a universidade e a empresa. In E. C. e Silva, M. Laranjeira, P. Portela, & V. de Sousa (Eds.), *Desafios metodológicos em ciências sociais. Atas das IX Jornadas Doutorais do CECS* (pp. 24–38). CECS.

PEDRO EDUARDO RIBEIRO & ROSA CABECINHAS

pedurib@gmail.com; cabecinhas@ics.uminho.pt

**Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade,
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal**

OBJETIFICAÇÃO EM REVISTAS DE ESTILOS DE VIDA: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA

RESUMO

O fenómeno da objetificação tem vindo a ser estudado em revistas de estilos de vida, como a *Women's Health* ou a *Men's Health*, nomeadamente no que concerne aos seus possíveis impactos na saúde quer mental quer física, tanto das pessoas representadas como de outras pessoas. Para explorar melhor estes pontos, dentro dos estudos da comunicação, recorre-se aos contributos da semiótica social e dos estudos críticos do discurso, com uma abordagem interseccional. Coloca-se uma pergunta de partida: de que forma a objetificação se reflete semiótica e discursivamente nas capas da versão portuguesa das revistas *Women's Health* e *Men's Health*? A amostra desta investigação em curso abarca as capas das revistas desde 2018 até à atualidade. Visa-se apresentar uma proposta metodológica que permita estudar sentidos e discursos de objetificação e suas interseccionalidades, conceber um quadro de análise e desenvolver uma reflexão crítica. Este ensaio ambiciona também levantar questões com aqueles pontos relacionados.

PALAVRAS-CHAVE

objetificação; revistas de estilos de vida; sentidos; discursos;
interseccionalidades

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Segundo Jorge (2009), as revistas de estilos de vida têm vindo a sofrer reconfigurações que vêm a enaltecer o universo do entretenimento e das celebridades, acentuando a importância daquelas revistas. Ainda seguindo a autora, enquanto figuras dotadas de visibilidade mediática, as celebridades assumem publicamente um papel de afirmação de estilos de vida, atitudes e comportamentos. Estas preocupações refletem uma realidade social na qual são estruturadas e a qual estruturam (Berger & Luckmann, 1966/2010), quer a partir dela quer a partir dos contextos editoriais respetivos (Kitch, 2018). De forma trabalhada, focada no corpo e com vista a estimular o consumo, as revistas de estilo de vida apresentam formas de viver a vida, social e culturalmente situadas (Machin & van Leeuwen, 2005).

Em relação ao corpo, mais do que “força produtiva ou reprodutora”, ele é percebido “enquanto superfície, enquanto território exterior onde importam a aparência, a forma, o tamanho e a textura, traços tratados como fenômenos a serem moldados, decorados, monitorizados e treinados por intermédio de técnicas e pedagogias corporais específicas” (Pinto-Coelho, 2013, p. 99). O corpo está associado à construção de uma visualidade mediática (Campos, 2013), ainda mais tendo em conta o potencial da capa como dispositivo de comunicação (Cardoso, 2009). Mais especificamente, como os média apresentam os corpos e como isso impacta na forma como interagem entre si. Segundo Turanci e Eşiyok (2018), graças ao “consumo”, as pessoas constroem as suas identidades “social, cultural, psicológica e física” (p. 243). Dotadas de um potencial transmídia, as mesmas revistas são capazes de gerar dinâmicas em vários espaços além-físicos e com configurações próprias (Caldeira, 2020), podendo as capas ser distinguidas enquanto eventos mediáticos (Moraes, 2005).

As revistas *Women’s Health* e *Men’s Health* exemplificam esse tipo de revista e estão presentes em Portugal, com uma circulação inferior a outras do seu tipo (Associação Portuguesa Para o Controlo de Tiragem e Circulação, s.d.), mas, ainda assim, relevante. Tendo começado nos Estados Unidos da América, nos anos 80, atualmente estão presentes em vários países do mundo. A primeira é uma “revista de *lifestyle* para mulheres”, que tem como público-alvo a mulher que “procura em permanência o conhecimento para melhorar a sua qualidade de vida e daquelas que a rodeia”, qualificando-se como “prática, positiva, pessoal, persuasiva e apaixonada”, referindo ter “tudo sobre beleza, fitness, nutrição e perda de peso, saúde e muito mais” (paras. 1–4; Global Media Group, s.d.-b). Já a segunda, que se intitula como “a maior revista masculina do mundo e a mais

antiga em Portugal”, destina-se a “homens modernos e bem-sucedidos que pretendem estar sempre no seu melhor física, mental e emocionalmente” (paras. 1–3; Global Media Group, s.d.-a). Casos com repercussões em vários meios de comunicação social e em redes sociais digitais recentes são os do humorista Fernando Rocha (e.g., “Menos 34 Quilos Depois, Fernando Rocha Posa Para a *Men’s Health* a Esbanjar Saúde”, 2022; SIC, 2022) ou da influenciadora digital Bumba na Fofinha (e.g., *Bumba na Fofinha É Capa da Women’s Health Sem Ter Feito um Único Abdominal*, 2022; Pires, 2022).

Antes de explorar aqueles casos, este ensaio pretende apresentar uma proposta metodológica que vise identificar sociossemiótica e discursivamente o potencial objetificador nas capas da *Women’s Health* e da *Men’s Health* (e.g., Bazzini et al., 2015; Rubio-Hernández, 2010; Turanci & Eşiyok, 2018) e levantar questões resultantes destes procedimentos metodológicos. Assim, coloca-se a pergunta de partida: de que forma a objetificação se reflete semiótica e discursivamente nas capas da versão portuguesa das revistas *Women’s Health* e *Men’s Health*?

OBJETIFICAÇÃO, AUTO-OBJETIFICAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO

No contexto da teoria da objetificação (Fredrickson & Roberts, 1997), o fenómeno da objetificação é associado à de tipo “sexual”, a qual é compreendida de forma “genderizada” e enquanto “forma de opressão” (p. 174) e que pode estar na base da auto-objetificação, despoletando opressão e outras formas de violência, bem como potenciando uma afetação da saúde mental e física. Mais do que a sexual, Bernard et al. (2018) distinguem a objetificação cognitiva como aquela que corresponde à redução mental de uma pessoa em partes e à sua equiparação a um objeto.

Enquanto “um dos preditores da objetificação cognitiva” (Bernard et al., 2018, p. 85), a sexualização vem sendo associada à objetificação. Ward (2016) desenvolveu um estudo abrangente no contexto norte-americano sobre a sexualização nos média, relacionando-a com a objetificação e a auto-objetificação, descrevendo uma “exposição aos média objetificadores” (p. 570). Entre outras formas identitárias¹, o género, a idade (Fredrickson & Roberts, 1997) ou a cor da pele (e.g., Grower et al., 2021) são exemplos de formas potenciadoras da objetificação. Similarmente a Fredrickson e Roberts (1997), o estudo de Grower et al. (2021) aponta para um atributo associado à auto-objetificação que é o autocontrolo do corpo e a dedicação

¹ Conceito de Silveirinha (2005) que remete para aspetos da pessoa que apoiam na construção da sua identidade social.

à aparência. O estudo de Roberts (2021) mostra a potenciação da objetificação através de imagens gráficas, mais propriamente da representação da mulher enquanto objeto sexual. Isto remete para a objetificação e a sexualização poderem contribuir para representações “desumanizadoras” (Bernard et al., 2018, p. 84).

Aquelas, de acordo com Moscovici (1988), estão associadas a representações mentais e sociais construídas, através de processos comunicativos, em determinado contexto. As representações sociais de tipo hegemónico comportam uniformidade, coercividade e refletem “homogeneidade” e “estabilidade” (p. 221), ainda que outras existam paralelamente que as contornam ou contrariam. No estudo das masculinidades, diversos estudos têm demonstrado que a masculinidade hegemónica é recorrente nas revistas visadas. Nesta linha, o trabalho de Lewington et al. (2018) aponta para a promoção da heterossexualidade, desencorajando feminilidades e orientações sexuais não heterossexuais. As masculinidades definem-se numa relação de género, pois “[o] género é sempre relacional” e a feminilidade que é “exacerbada” é aquela que reproduz mediaticamente as mulheres enquanto historicamente “centrais” na “construção das masculinidades — como mães; como colegas de escola; como namoradas, parceiras sexuais e esposas; como trabalhadoras na divisão laboral de género; e mais além” (Connell & Messerschmidt, 2005, p. 848).

Concretamente em relação à *Men's Health*, não apenas a masculinidade hegemónica é identificável em estudos (e.g., Lewington et al., 2018; Pietilä, 2011; Stibbe, 2004), senão outras, como a “de marca” (e.g., Cook et al., 2014), a “heterossexual” (Duarte, 2012) ou a “de imitação” ou “sexualizada” (e.g., Boni, 2002). A objetificação é igualmente identificável, inclusive, na *Women's Health* (e.g., Bazzini et al., 2015; Rubio-Hernández, 2010; Turanci & Eşiyok, 2018). Feita esta contextualização, apresente-se e discuta-se a proposta metodológica.

Esta proposta metodológica tem em conta os contributos explorados nas três secções seguintes. As três perspetivas são de carácter interpretativo e crítico, permitindo explorar o detalhe, interrogar e desenvolver reflexões críticas, visando identificar desigualdades e trabalhar questões de favorecimento e de desfavorecimento das vivências do quotidiano, por meio de cruzamentos vários e em contextos diversos. Além disso, no que toca à objetificação, à auto-objetificação e à sexualização são vários os trabalhos que mesmo não combinando aquelas perspetivas a elas recorrem, as quais ajudam na tarefa de compreender e discutir aqueles fenómenos em profundidade. É uma abordagem que pretende aprofundar o detalhe e não

apresentar resultados generalizáveis. Entende-se que, nesta combinação, a abordagem aqui em proposição sai reforçada, bebendo contributos de estudos anteriores (e.g., Mota-Ribeiro, 2011; Posch & Cabecinhas, 2020; Rama & Tamarit, 2017).

O CONTRIBUTO DA ANÁLISE SOCIOSSEMIÓTICA VISUAL

Quanto à análise sociossemiótica visual, distinguem-se três significados a analisar: os representacionais, os interacionais e os composicionais (Kress & van Leeuwen, 2021; Mota-Ribeiro, 2021). Estes três significados baseiam-se “[n]os produtores de signos [‘o social’]”, os quais “pretendem exprimir significados” (Mota-Ribeiro, 2011, p. 38). Segue-se uma visão pós-estruturalista semiótica, que enfoca naqueles como inerentemente constitutivos da produção em causa. A proposta metodológica para a sociossemiótica visual focada em “estruturas visuais” (Mota-Ribeiro, 2011, p. 13), que para aqui se convoca, aglomera aqueles significados em três dimensões: a representacional, a interacional e a composicional.

A primeira prende-se com as estruturas visuais que ajudam na decodificação da experiência de interagir com o todo multimodal com o qual se depara. Para tal, distinguem-se os aspetos: sexo das pessoas, género, orientação sexual, forma física, cor da pele, *feedback* facial, performance corporal, estatuto de celebridade, idade, vestuário, cenário e chamadas de capa. Graças a estes aspetos, mais imediatamente chamativos num todo com que se interaja, consegue-se interpretar num nível superficial, embora não sejam aspetos que remetam para questões superficiais, ainda mais tendo em conta a dimensão humana, as pessoas representadas e todos os contextos que se convocam. As identidades de género e outras são moldadas pelo contexto social e cultural, mas frequentemente são consideradas como uma realidade “natural”. As vivências identitárias e o seu impacto psicológico e cultural remetem frequentemente para o corpo, nomeadamente a forma física e sua aparência. Por exemplo, o corpo que aparenta determinada idade e as questões do idadismo, sendo que, como antes referido, a idade pode interferir na objetificação e no risco de auto-objetificação. Os processos de racialização associados à cor da pele e outros indicadores físicos também são recorrentes (e.g., Lewington et al., 2018), assim como a associação a uma aparência de “ser-se natural”, algo que é também passível de ser visto como uma estratégia discursiva pelos estudos críticos do discurso (Allan, como citado em Carvalho, 2008). Se tem um dado estatuto de celebridade (Abidin, 2018), como já enunciado anteriormente, a pessoa

pode representar também um conjunto de características que permitem remeter para o seu poder de afirmação de estilos de vida e atitudes no espaço público, bem como para a sua visibilidade mediática na construção de uma visualidade mediática. A apresentação que exhibe a nível do corpo, a sua performance corporal e *feedback* facial, na medida em que o que exhibe comunica algo, um entusiasmo mesmo que hipoteticamente (DeVito, 2002). Depois, um aspeto a ter em consideração ainda sociossemioticamente são as chamadas de capa, na medida em que a sua textualidade é dotada de um caráter intra e intertextual (Dor, 2003; Wodak, 2009).

A segunda dimensão prende-se com os significados que permitem produzir sentidos pelas interações que criam. Apesar de uma gramática, há uma motivação além-convencional situada a ter em conta nas interações. Desde logo, o *gaze*, que se encontra incutido nas imagens, sob ação de quem as concebe e/ou produz, e é também por elas potenciado. Esta potenciação prende-se com a construção da visibilidade e da visualidade sociais (e.g., Campos, 2013), com objetivos de captação da atenção². Áreas como a publicidade, e recorrendo à sociossemiótica visual (e.g., Pinto-Coelho, 2013), vêm a explorar o *gaze* na ótica da heterossexualidade e da dominação masculina. Por seu turno, o enquadramento tem a ver com os planos que as imagens apresentam e a sua distância: “por exemplo, uma distância íntima corresponderá a um grande plano ou a um plano de pormenor (apenas face ou cabeça) e, no extremo oposto, uma distância pública corresponderá a um plano geral” (Mota-Ribeiro, 2011, p. 116). Isto vai despoletar várias relações com outros significados, inclusive ao nível da objetificação, com a aproximação do corpo às interações potencialmente a estabelecer com as pessoas. Em relação ao ângulo de tomada de vista, tem-se em conta para as capas o vertical, que sugere uma posição de poder da pessoa representada. Quanto à modalidade, tem a ver com os aspetos que conferem ora mais ora menos caráter de real a um todo multimodal:

² Em uma nota de revisão sobre o conceito de *gaze*, Aurélie (2021) explica que para Laura Mulvey, o *gaze* está relacionado, por um lado, com o prazer de usar outra pessoa como objeto sexual através de um olhar controlador, e, por outro, com uma dimensão narcísica, que decorre da identificação com a imagem visualizada. Segundo Mulvey, o fascínio exercido pelo cinema resulta de uma tensão entre a suspensão do ego do espetador e, simultaneamente, o seu reforço — este último identificando-se com a imagem percebida no ecrã. Na sua aceção, em um mundo caracterizado por uma profunda desigualdade de género, o *male gaze* projeta a sua fantasia na figura feminina, que é estilizada e disponibilizada como um objeto sexual para corresponder a esse olhar. A divisão heterossexual “ativo/passivo” controla a estrutura narrativa. Neste artigo enciclopédico, pode ler-se que “[o] conceito de *male gaze* visa descrever a relação entre o olhar, o poder e o conhecimento, bem como a estrutura hegemónica do olhar que objetiva (...) a pessoa que é olhada e, consequentemente, o sistema de poder entre a pessoa que olha e a pessoa que é olhada” (para. 11).

os marcadores visuais fazem com que estas sejam interpretadas como mais ou menos “reais”, mais ou menos credíveis – todas têm uma modalidade. Uma modalidade elevada remete para o real (o que é); uma modalidade baixa remete para o menos real (o que pode ser, a possibilidade). (Mota-Ribeiro, 2011, p. 118)

Os marcadores em causa passam pela “saturação da cor”, “diferenciação cromática”, “modulação cromática”, “contextualização”, “representação do pormenor”, “profundidade”, “iluminação” e “brilho” (Mota-Ribeiro, 2011, p. 125).

A terceira prende-se com a agregação das duas anteriores num todo, que é a composição, no que se baseia a conceção da visualidade para Kress e van Leeuwen (2021). Valor informativo, saliência e delimitação ajudam a estruturar todo o resto. O primeiro tem a ver com o posicionamento dos elementos, considerando um esquema de “topo” e “base”, “centro” e “margem”, “horizontal” e “vertical”, “ideal” e “real” e “dado” e “novo”, numa lógica de que o que está mais no topo é o que capta mais a atenção e é mais ideal e o que está no centro atrai mais a atenção do que está à margem e induz mais para aquilo que é a novidade, além daquilo que o que já se conhece. O trabalho de Soares (2011) delimita aqueles diferentes elementos mencionados em capas da *Men's Health* e aponta inclusive para a associação da sedução ao homem sobre a mulher ou “o gosto pelo churrasco e cerveja e a eliminação da barriga” mediante uma imagem que é “idealizada” pela própria capa (p. 106). O segundo envolve uma hierarquização dos elementos, fazendo uso de outros e de marcadores e recursos semióticos que suportam determinada saliência. Mota-Ribeiro (2011) destaca as representações de pessoas como culturalmente relevantes, pelo que tendem a sair mais salientadas, “considerando vários factores como tamanho, distância, focagem, contraste, saturação, localização no campo visual e factores culturais – as figuras humanas ou os símbolos culturais particularmente fortes” (p. 294). O terceiro funciona em base da separação de outros elementos. Explicando: “quanto maior a delimitação de um elemento, mais ele será percebido como uma unidade de informação separada, e quanto mais agrupados os elementos, mais serão percebidos como membros do mesmo grupo” (Mota-Ribeiro, 2011, p. 124).

O CONTRIBUTO DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Bebendo de outros contributos (e.g., Pinto-Coelho, 2019; van Dijk, 2017; Wodak, 2009), optou-se por seguir primordialmente o quadro proposto por Carvalho (2008), com algumas adaptações. Este inclui a análise textual — o texto — e a análise contextual — o contexto. Estas duas análises são adaptadas em linha com o pressuposto de Pinto-Coelho (2019): “analisar o discurso significa, portanto, analisar o texto em contexto (...), ou seja, significa analisar as relações dialéticas entre estas duas dimensões do discurso” (p. 25). Importa ainda reter que “na ACD [análise crítica do discurso] o contexto não é uma realidade estável, externa ou finita” (p. 31). Daí a importância de um quadro que ajude a posicionar esta proposta.

Começa-se pelas “dimensões do texto que mais importam na construção de sentido” (Carvalho, 2008, p. 167), pela análise textual. Quanto ao *layout* e à organização estrutural, seguindo a autora e aplicando a este trabalho, nas capas das revistas importa ter em conta a capa como primeira página e o seu estatuto de dispositivo de comunicação capaz de forjar a realidade social e de esta forjar a anterior, as imagens da capa — sobretudo as pessoas representadas e os cenários — juntamente com as chamadas de capa. Recorrendo à ACD, a sua importância é denotada por Crawshaw (2007). Este último trabalho destaca inclusive a combinação de texto escrito com imagens gráficas e a sua propensão de análise pelos estudos críticos do discurso numa sustentação teórica e empírica combinadamente rigorosa.

Passando aos objetos, Carvalho (2008) lança duas questões: (a) “que objetos o texto constrói?” (p. 167); e (b) “que eventos/questões específicas estão associados [e associadas] à questão sob consideração?” (p. 168). Isto remete para o que está na capa e o que está fora dela, mais propriamente para a intra e a intertextualidade (Wodak, 2009), bem como para a capacidade de a capa mobilizar a capa em si fora de si, com dinâmicas transmédia e de mostrar a capa como ela própria um evento mediático. Tal envolve o contexto, os contextos. Levar aquelas duas perguntas em conta ajuda a compreender os temas envolvidos na capa e suas implicações, algo que é denotado nos mais diversos trabalhos sobre as revistas supracitadas. Em relação aos “atores”, fala-se das pessoas representadas nas capas e de outras para as quais as capas podem remeter. São pessoas a que se referem as imagens gráficas e os textos escritos, mas sob forma daqueles modos semióticos que correspondem a modos de produção de sentido e, por conseguinte, a todos semióticos.

No que concerne à linguagem, gramática e retórica, estas prendem-se muito com o que está escrito nas capas e como é utilizado retoricamente,

com o fim persuasivo e retórico. Mais propriamente, com as chamadas de capa. Carvalho (2008) sublinha a análise do vocabulário utilizado, o estilo de escrita, a pragmática — já anteriormente explorada na relação com a escrita como refletora de práticas e estas refletoras da anterior, ainda que não obrigatoriamente — a sintaxe, pressuposições ideológicas, nominalizações, voz ativa e voz passiva, metáforas e figuras retóricas e dispositivos persuasivos. Algumas destas questões são debatidas em estudos sobre a *Men's Health* (e.g., Lewington et al., 2018). Sobre o último aspeto da análise textual, as estratégias discursivas e os posicionamentos ideológicos, aquelas e estes surgem em conjunto (Carvalho, 2008). Esta conjunção prende-se também com outros aspetos anteriores, pois a legitimação ou a deslegitimação, a politização, o próprio enquadramento — *framing*, que remete aliás para a sociossemiótica e os planos usados e a distância criada, a seleção, a construção ou a própria aparência de naturalidade baseiam-se na forma como se concebe o texto, enquanto ato comunicativo; aqui, a capa da revista. Para isto perceber, as recomendações da autora passam por uma compreensão sustentada do contexto, bem como no “confronto com construções alternativas da mesma realidade” (Carvalho, 2008, p. 171). Daqui, passa-se para os aspetos da análise contextual.

Primeiramente, a análise comparativo-sincrónica. Esta reside na consideração e na construção de novas representações, de representações ao longo de tempo, de meios similares, de outros meios que constituem a realidade, neste caso, das capas, ou a enfatizam — aqui é de realçar as dinâmicas transmídia — e a própria intertextualidade (Caldeira, 2020; Wodak, 2009). Por exemplo, no construir sobre construções de estratégias discursivas das pessoas envolvidas nas capas das revistas, na legitimação de assimetrias e da aparência de naturalidade. Ambiciona-se a identificação de características que são próprias dos média em causa e a conceção de uma visão crítica. A esta análise vem auxiliar a análise histórico-diacrónica, a qual visa: (a) examinar o curso das questões sociais e os seus “contextos político, social e económico”; (b) examinar a evolução temporal dos discursos dos média e “mediados” e “produzir uma história das construções mediáticas de uma dada questão social” (Carvalho, 2008, p. 172). Deste segundo ponto, trazem-se, entre outros, os questionamentos sobre: se aquelas construções ou representações são reproduzidas ou contestadas, que questões dominam e que visões alternativas existem e podem ser coesa e coerentemente convocadas (Wodak, 2009). A coesão refere-se à conexão mediante o obedecer de “regras e dependências gramaticais” (Wodak, 2009, p. 8). A coerência refere-se à constituição do “sentido de um texto” (p. 8), no seu domínio semântico.

ASSIMETRIAS E INTERSECCIONALIDADES

A abordagem interseccional (Crenshaw, 1991) permite uma análise mais complexa dos processos de objetificação, tendo em conta as articulações entre as questões de género e outros marcadores sociais, nomeadamente a cor da pele, a idade, a classe social, a origem geográfica, entre outros. Assim, as diferentes formas identitárias não podem ser analisadas isoladamente (May, 2015). Partindo disso, colocam-se aqueles resultados enquadrados na literatura teórica e empírica no campo da análise sociosemiótica e a ACD, visando entender as vivências associadas às formas identitárias em causa. O esquema (Figura 1) que se segue retrata o cruzamento proposto.

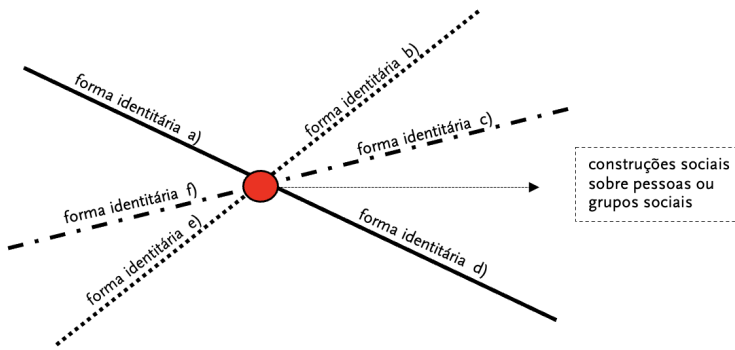


Figura 1. Esquema orientador da abordagem interseccional

Neste esquema, cada traço representa uma forma identitária e o círculo representa as “ideias dominantes” relativas a pessoas e a grupos de pessoas em sociedade, “de modo a desvelar as teias da subjetividade que sustentam as relações de poder desiguais” (Posch & Cabecinhas, 2020, p. 208).

Dado o seu carácter interpretativo, os seus cruzamentos não são nem fixos nem lineares. Importa reter que a abordagem interseccional parte de um lugar de fala e de uma abordagem discursivamente situada, a qual remete para visibilidades e invisibilidades (Pereira et al., 2020). Seguindo o raciocínio de Collins (2015), as interseccionalidades lidam com vários “dilemas”, entre os quais o participar nas “relações de poder que examina”, pelo que qualquer abordagem interseccional deve ter em conta as formas como o conhecimento é socialmente construído (e.g., Berger & Luckmann, 1966/2010). Mais ainda, de acordo com a teoria dos conjuntos nebulosos

(Hancock, 2007), várias formas identitárias que podem surgir e ajudar a compreender os fenómenos em estudo.

Concretizando aqueles esclarecimentos, apontam-se alguns exemplos. Quando uma capa de uma revista envolve uma representação de uma pessoa, há que atentar nos aspetos representacionais que estão envolvidos, mas também nos interacionais e composicionais (e.g., Kress & van Leeuwen, 2021) e atentar no que diz o texto escrito que o acompanha e no seu contexto. Exemplificando, uma capa inclui uma pessoa que é mulher, jovem, portuguesa, de pele bronzeada em fundo de tons azuis simulando o mar: isto remete para um cruzamento de várias formas identitárias, ligadas a maior ou menor privilégio num dado contexto social. Por exemplo, o bronze ajuda no realce de uma pele idealizada, associada à fruição de tempo livre, de um corpo de praia e preparação para o verão como atraente (e.g., Chalal, 2009). A mesma capa pode envolver uma pessoa que é uma celebridade e que tem uma forma física atlética e magra: são estas formas identitárias que ajudam a identificar o que é dominante, mas também o que pode estar mais oculto, como o remeter para a objetificação (e.g., Aruguete et al., 2014). Detalhes como o acompanhamento do exercício físico, que pressupõe uma pessoa especializada a acompanhar a pessoa visada na capa, leva à discussão de questões como o estatuto socioeconómico³, que permite ou não uma pessoa usufruir de tal acompanhamento.

As interseccionalidades vêm, portanto, ajudar na identificação de sentidos e discursos, ao mesmo tempo que aprimoram a sua análise, com os mais diversos aspetos envolvidos. Mostra-se, igualmente, que eles podem ora reforçar os privilégios das vivências das pessoas representadas ora ocultar os pontos de opressão. A visibilidade e o apagamento discutem-se aqui marcadamente, adensando a sustentação de toda a abordagem metodológica aqui proposta, a qual se baseia numa lógica interpretativa e crítica.

QUESTÕES PARA A REFLEXÃO CRÍTICA

Fecha-se este ensaio com questões sobre as capas das revistas de estilos de vida *Women's Health* e *Men's Health* sobre a objetificação, com as suas imagens gráficas e as suas chamadas de capa. Desde logo, pode enunciar-se a existência de sentidos e discursos objetificadores? Em linha com isto, como possibilitam os aspetos representacionais, interacionais

³ O estudo de Saatcioglu e Corus (2014) destaca o estatuto socioeconómico, mais propriamente a pobreza como uma forma identitária passível de ser abordada interseccionalmente, e, entre outros pontos, a sua relação com a desvantagem e a marginalização sociais.

e composicionais a potenciação da objetificação? Que aspetos levam aos discursos objetificadores? Como podem as dinâmicas transmédia gerar interações mais rápidas que potenciam os processos de objetificação? Aprofundando, e os discursos de e sobre a objetificação? Como pode a regulação para os média atuar a esse nível? Seguindo Flood (2019), que aponta para um olhar interseccional sobre as celebridades, como estão as celebridades a ser alvo de objetificação ou a usar estrategicamente a auto-objetificação? Acompanhando estudos como o de Turancı e Eşiyok (2018), a saúde como objeto de consumo e a medicalização⁴: que papel têm as revistas na promoção do consumo de saúde e de representações de saúde construídas e, por vezes, contraditórias (e.g., Ménard & Kleinplatz, 2008)? Como podem ajudar aqui áreas como a comunicação de saúde (e.g., Delaney et al., 2016) e a comunicação de ciência? O que dizer também da educação para os média (e.g., Pinto et al., 2011) e de uma maior inclusão de abordagens das interseccionalidades na educação (Cerqueira, 2021)? Mais, o que pode fazer, mais do que uma literacia mediática, uma “literacia transmédia” (Scolari et al., 2018)? Para terminar, ao nível da regulação dos média: está a ser eficaz o papel da Entidade Reguladora para a Comunicação Social? Do próprio campo dos média? Do meio sobre si mesmo? Neste todo, num país com uma regulação que exige do Governo nacional ter que “orquestrar as mudanças e acolher as externalidades” (Silva & Lameiras, 2021, p. 556), o que se pode fazer? Organizações como a União Europeia ou as Nações Unidas? Com todas estas questões levantadas, espera-se que outras se possam levantar e que esta proposta metodológica consiga ajudar na concretização deste e de outros estudos e reflexões.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou o apoio de uma Bolsa de Investigação para Estudantes de Doutoramento [BI_Doutoramento/FCT/ CECS/2021 (UI/BD/151164/2021)], da Fundação para a Ciência e Tecnologia, ao abrigo do Protocolo de Colaboração para Financiamento do Plano Plurianual de Bolsas de Investigação para Estudantes de Doutoramento, celebrado entre a FCT e a Unidade de I&D CECS (UID 00736). Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

⁴ A medicalização corresponde à discussão de tópicos como a “beleza”, o “desporto” ou a “vida sexual” enquanto concernentes ao campo da saúde (Turancı & Eşiyok, 2018, p. 242).

REFERÊNCIAS

- Abidin, C. (2018). *Internet celebrity: Understanding fame online*. Emerald Publishing.
- Aruguete, M., Griffith, J., Edman, J., Green T., & Mccutcheon, L. (2014). Body image and celebrity worship. *Implicit Religion*, 17(2), 223–234. <http://doi.org/10.1558/imre.v17i2.223>
- Associação Portuguesa Para o Controlo de Tiragem e Circulação. (s.d.). *Análise simples*. Retirado a 28 de dezembro de 2022 de <https://www.apct.pt/analise-simples>
- Aurélie, O. (2021). Male gaze. *Publicationnaire: Dictionnaire encyclopédique et critique des publics*. <http://publicationnaire.huma-num.fr/notice/male-gaze/>
- Bazzini, D. G., Pepper, A., Swofford, R., & Cochran, K. (2015). How healthy are health magazines? A comparative content analysis of cover captions and images of *Women's* and *Men's Health* magazine. *Sex Roles*, 72, 198–210. <https://doi.org/10.1007/s11199-015-0456-2>
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2010). *A construção social da realidade. Um livro sobre a sociologia do conhecimento* (E. de Carvalho, Trad.). Dinalivro. (Trabalho original publicado em 1966)
- Bernard, P., Gervais, S. J., & Klein, O. (2018). Objectifying objectification: When and why people are cognitively reduced to their parts akin to objects. *European Review of Social Psychology*, 29(1), 82–121. <https://doi.org/10.1080/10463283.2018.1471949>
- Boni, F. (2002). Framing media masculinities: Men's lifestyle magazines and the biopolitics of the male body. *European Journal of Communication*, 17(4), 465–478. <https://doi.org/10.1177/02673231020170040401>
- Bumba na Fofinha é capa da Women's Health sem ter feito um único abdominal. Notícias ao Minuto*. (2022, 24 de setembro). Notícias ao Minuto. <https://www.noticiasao minuto.com/fama/2079647/bumba-na-fofinha-e-capa-da-womens-health-sem-ter-feito-um-unico-abdominal>
- Caldeira, S. P. (2020). “Shop it. Wear it. ‘Gram it.’: A qualitative textual analysis of women's glossy fashion magazines and their intertextual relationship with Instagram. *Feminist Media Studies*, 20(1), 86–103. <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1548498>
- Campos, R. (2013). *Introdução à cultura visual. Abordagens e metodologias em ciências sociais*. Editora Mundos Sociais.
- Cardoso, C. R. (2009). A capa de newsmagazine como dispositivo de comunicação. *Observatório (OBS*)*, 3(1), 132–149. <https://doi.org/10.15847/obsOBS312009182>

- Carvalho, A. (2008). Media(ted) discourse and society: Rethinking the framework of critical discourse analysis. *Journalism Studies*, 9(2), 161–177. <https://doi.org/10.1080/14616700701848162>
- Cerqueira, C. (2021). Da teoria à prática: As questões de género nos planos curriculares dos cursos superiores de comunicação. *Brazilian Journal of Education, Technology and Society*, 14, 8–16.
- Chalal, T. (2009). *Content analysis of Men's Health magazine: Masculinity and health* [Dissertação de mestrado, Lakehead University]. University Library. <http://knowledgecommons.lakeheadu.ca/handle/2453/2193>
- Clarke, L. H., Bennett, E. V., & Liu, C. (2014). Aging and masculinity: Portrayals in men's magazines. *Journal of Aging Studies*, 31, 26–33. <https://doi.org/10.1016/j.jaging.2014.08.002>
- Collins, P. H. (2015). Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, 41, 1–20. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-073014-112142>
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2005). Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. *Gender and Society*, 19(6), 829–859. <https://doi.org/10.1177/0891243205278639>
- Cook, T. M., Russell, J. M., & Barker, M. E. (2014). Dietary advice for muscularity, leanness and weight control in Men's Health magazine: A content analysis. *BMC Public Health*, 14, Artigo 1062. <https://doi.org/10.1186/1471-2458-14-1062>
- Crawshaw, P. (2007). Governing the healthy male citizen: Men, masculinity and popular health in *Men's Health* magazine. *Social Science & Medicine*, 65(8), 1606–1618. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2007.05.026>
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity Politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241–1299. <https://doi.org/10.2307/1229039>
- Delaney, C. L., Barrios, P. Lozada, C., Soto-Balbuena, K., Martin-Biggers, J., & Byrd-Bredbenner, C. (2016). Applying common Latino magazine cover line themes to health communications. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 38(4), 546–558. <https://doi.org/10.1177/0739986316660373>
- DeVito, J. (Ed.). (2002). *Human communication. The basic course*, 9/E. Allyn & Bacon/Longman.
- Dor, D. (2003). On newspaper headlines as relevance optimizers. *Journal of Pragmatics*, 35(5), 695–721. [https://doi.org/10.1016/S0378-2166\(02\)00134-0](https://doi.org/10.1016/S0378-2166(02)00134-0)

- Duarte, J. F. (2012). Representações dos corpos masculinos na revista *Men's Health*. *Ciências Sociais Unisinos*, 48(3), 235–247. <https://doi.org/10.4013/3275>
- Flood, M. (2019). Intersectionality and celebrity culture. *Women's Studies in Communication*, 42(4), 422–426. <https://doi.org/10.1080/07491409.2019.1682917>
- Fredrickson, B. L., & Roberts, T. (1997). Objectification theory: Toward understanding women's lived experiences and mental health risks. *Psychology of Women Quarterly*, 21(2), 173–206. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1997.tb00108.x>
- Global Media Group (s.d.-a). MEN'S HEALTH. Retirado a 28 de dezembro de 2022 de <https://www.globalmediagroup.pt/marcas/media/revistas/mens-health/>
- Global Media Group. (s.d.-b). Women's health. Retirado a 28 de dezembro de 2022 de <https://www.globalmediagroup.pt/marcas/media/revistas/womens-health/>
- Grower, P., Ward, L., M., & Rowley, S. (2021). Beyond objectification: Understanding the correlates and consequences of sexualization for black and white adolescent girls. *Journal of Research on Adolescence*, 31(2), 273–281. <https://doi.org/10.1111/jora.12598>
- Hancock, A.-M. (2007). When multiplication doesn't equal quick addition: Examining intersectionality as a research paradigm. *Perspectives on Politics*, 5(1), 63–79. <https://doi.org/10.1017/S1537592707070065>
- Jorge, A. R. (2009). Celebidades no feminino: Mulheres célebres em revistas femininas de estilo de vida portuguesas. *Estudos em Comunicação*, (6), 167–188.
- Kitch, C. (2018). Theory and methods of analysis: Models for understanding magazines. In D. Abrahamson & M. R. Prior-Miller (Eds.), *The Routledge handbook of magazine research: The future of the magazine form* (pp. 9–21). Routledge.
- Kress, G., & van Leeuwen, T. (2021). *Reading images: The grammar of visual design* (3.^a ed.). Routledge.
- Lewington, L., Sebar, B., & Lee, J. (2018). “Becoming the man you always wanted to be”: Exploring the representation of health and masculinity in *Men's Health* magazine. *Health Promotion Journal of Australia*, 29(3), 243–250. <https://doi.org/10.1002/hpja.204>

- Machin, D., & van Leeuwen, T. (2005). Language style and lifestyle: The case of a global magazine. *Media, Culture & Society*, 27(4), 577–600. <https://doi.org/10.1177/0163443705054151>
- May, V. M. (2015). *Pursuing intersectionality, unsettling dominant imaginaries*. Routledge.
- Ménard, A. D., & Kleinplatz, P. J. (2008). Twenty-one moves guaranteed to make his thighs go up in flames: Depictions of “great sex” in popular magazines. *Sexuality & Culture*, 12(1), 1–20. <https://doi.org/10.1007/s12119-007-9013-7>
- Menos 34 quilos depois, Fernando Rocha posa para a *Men’s Health* a esbanjar saúde. (2022, 2 de setembro). *Público*. <https://www.publico.pt/2022/09/02/impair/noticia/menos-34-quilos-fernando-rocha-posa-mens-health-esbanjar-saude-2019194>
- Moraes, F. da S. (2005). *Do pseudo-evento à não-notícia: Um estudo sobre a revista Caras* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. ATTENA. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3459>
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18(3), 211–250. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420180303>
- Mota-Ribeiro, S. (2011). *Do outro lado do espelho: Imagens e discursos de gênero nos anúncios das revistas femininas: Uma abordagem socio-semiótica visual feminista* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <http://hdl.handle.net/1822/12384>
- Pereira, A. C., Sales, M., & Cabecinhas, R. (2020). (In)Visibilidades: Imagem e racismo. *Vista*, (6), 9–19. <https://doi.org/10.21814/vista.3054>
- Pietilä, I. (2011). Eastern cowboys: Masculine selves and coping with stressful life in the Russian edition of Men’s Health magazine. In A. Rosenholm, K. Nordenstreng, & E. Trubina (Eds.), *Russian mass media and changing values* (pp. 115–133). Routledge.
- Pinto, M., Pereira, S., Pereira, L., & Ferreira, T. D. (2011). *Educação para os media em Portugal: Experiências, actores e contextos*. Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). <https://hdl.handle.net/1822/44959>
- Pinto-Coelho, Z. (2013). Uma abordagem sociosemiótica das imagens publicitárias nas revistas femininas. *dObras* – Revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, 6(14), 98–107. <https://doi.org/10.26563/dobras.v6i14.60>

- Pinto-Coelho, Z. (2019). Análise (crítica) do discurso e análise de conteúdo: Afinam pelo mesmo diapasão? In P. Serra & A. Gradim (Eds.), *Anuário internacional de comunicação lusófona 2017/2018* (pp. 21–44). LabCom.
- Pires, I. (2022, 25 de setembro). *Benedita Pereira assume erro: “Foi uma parvoíce. Todos os corpos são normais”*. SELFIE. <https://selfie.iol.pt/benedita-pereira/instagram/benedita-pereira-assume-erro-foi-uma-parvoice-todos-os-corpos-sao-normais/20220925/632f9cb60cf2f9a86eb75526>
- Posch, P., & Cabecinhas, R. (2020). Estar presente na ausência: A construção semiótica da imigração brasileira recente em Portugal nos média brasileiros. *Comunicação e Sociedade*, 38, 201–217. [https://doi.org/10.17231/comsoc.38\(2020\).2592](https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2592)
- Rama, A. B. P., & Tamarit, A. (2017). La construcción mediática del estigma de prostituta en España. *ex æquo*, (37), 101–123. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.35.07>
- Roberts, A. (2021). Objectification and vision: How images shape our early visual processes. *Synthese*, 199, 1–18. <https://doi.org/10.1007/s11229-020-02990-9>
- Rubio-Hernández, M. M. (2010). The representations of men depicted in Men’s Health magazine. *Revista Comunicación*, 8(1), 57–70. <https://doi.org/10.12795/comunicacion.2010.v01.i08.05>
- Saatcioglu, B., & Corus, C. (2014). Poverty and intersectionality: A multidimensional look into the lives of the impoverished. *Journal of Macromarketing*, 34(2), 122–132. <https://doi.org/10.1177/0276146713520600>
- Scolari, C. A., Masanet, M.-J., Guerrero-Pico, M., & Establés, M.-J. (2018). Transmedia literacy in the new media ecology: Teens’ transmedia skills and informal learning strategies. *El Profesional de la Información*, 27(4), 801–812. <https://doi.org/10.3145/epi.2018.jul.09>
- SIC. (2022, 1 de setembro). Casa Feliz – 1 de setembro – Parte 2 [Vídeo]. <https://sic.pt/programas/casafeliz/casa-feliz-1-de-setembro-parte-2/>
- Silva, E. C. e, & Lameiras, M. (2021). What is the role of civil society in internet governance? Confronting institutional passive perspectives with resource mobilization in Portugal. *Policy & Internet*, 13(4), 544–559. <https://doi.org/10.1002/poi3.267>
- Silveirinha, M. J. (2005). Opinião pública. In J. C. Correia (Ed.), *Comunicação e política* (pp. 147–180). LabCom.
- Soares, L. A. (2011). A representação masculina na capa da revista. *Revista I@el em (dis-)curso*, 4(2), 91–111. <https://revistas.pucsp.br/revlael/article/view/4398>

- Stibbe, A. (2004). Health and the social construction of masculinity in *Men's Health* magazine. *Men and Masculinities*, 7(1), 31–51. <https://doi.org/10.1177/1097184X03257441>
- Turanci, E., & Eşiyok, E. (2018). Magazine as a source for promoting health consumption: A comparison of “Women’s Health” and “Men’s Health” magazine. *İleti-ş-im, Galatasaray University Journal of Communication*, (28), 239–255. <https://doi.org/10.16878/gsuilet.436047>
- van Dijk, T. A. (2017). *Discurso, notícia e ideologia. Estudos na análise crítica do discurso* (2.ª ed.; Z. Pinto-Coelho, Trad.). Edições Húmus.
- Ward, L. M. (2016). Media and sexualization: State of empirical research, 1995–2015. *The Journal of Sex Research*, 53(4), 560–577. <https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1142496>
- Wodak, R. (2009). Introduction: Discourse studies – important concepts and terms. In R. Wodak, & M. Krzyzanowski (Eds.), *Qualitative discourse analysis in the Social Sciences* (pp. 1–29). Palgrave.

Citação:

Ribeiro, P., & Cabecinhas, R. (2023). Objetificação em revistas de estilos de vida: Uma abordagem metodológica. In E. C. e Silva, M. Laranjeira, P. Portela, & V. de Sousa (Eds.), *Desafios metodológicos em ciências sociais. Atas das IX Jornadas Doutorais do CECS* (pp. 39–56). CECS.

PEDRO MOÇO¹, CLÁUDIA ÁLVARES¹ & FILIPE MONTARGIL²

pedro_miguel_moco@iscte-iul.pt; claudia.alvares@iscte-iul.pt; fmontargil@escs.ipl.pt

¹ Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal | ² Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, Portugal

O IMPACTO DA COR E DAS EMOÇÕES NA AVALIAÇÃO DA MENSAGEM POLÍTICA

RESUMO

Esta investigação advém da dissertação de mestrado *A Utilização da Cor em Campanhas Políticas: O Caso das Eleições Autárquicas de 2017 no Montijo* que estudou a alteração cromática dos materiais gráficos do Partido Socialista e do Partido Social Democrata e na qual se obtiveram indicadores sobre a cor e de que esta é subvalorizada nas ciências da comunicação. Questionou-se se a alteração da cor conduzia o eleitor a associar o candidato e a mensagem ao partido errado, concluindo que a investigação apesar de nutrir resultados e construir caminhos interessantes, não produziu resultados positivos. Ainda para mais, esperava-se que, num caso tão específico e local, a memória histórica impulsionasse identificação do partido. Este trabalho, de certa forma, funcionou como um estudo exploratório de metodologias que auxiliem a análise da influência da cor em campanhas eleitorais. Agora propõe-se a continuação do estudo, baseada nos indicadores anteriores, ao utilizar tecnologias da área da neurociência. Será possível colmatar a falha da literatura no tema e revelar de forma mais precisa o impacto nos eleitores da cor utilizada na comunicação política.

PALAVRAS-CHAVE

comunicação política; enquadramentos de valência; papel das emoções; cor; neurociência

ESTADO DA ARTE

A comunicação política numa campanha publicitária um determinado candidato que está a concorrer a uma eleição, ou seja, é uma forma de comunicação que ajuda a promover aos eleitores uma ideia específica sobre esse candidato (Kolobova, 2018, p. 6). Aliás, a comunicação política como comunicação pública é intrínseca à compreensão da democracia e é necessária para o funcionamento de outras instituições democráticas (Kaid & Holtz-Bacha, 2008, p. 172). Este tipo de comunicação não é tão simples como escolher uma mensagem para um candidato e discutir sobre determinados assuntos. Consiste em compreender as preferências dos eleitores, comunicar com estes de forma adequada e direcionar esforços no sentido de os persuadir a apoiar e a votar num candidato ou partido (Michaelsen, 2015, p. 6). Ainda, como afirmam Kaid e Holtz-Bacha (2008), a ambivalência da comunicação política deve-se à “transformação da democracia partidária em democracia dos média” (p. 172), que faz crescer o poder do *agenda-setting*, do extremismo da simplificação dos argumentos e da importância maior do candidato sobre o partido. Para tal, como afirmou Lasswell (1936, p. 3), e de forma a perceber a política, é necessário perceber o jogo da influência e dos influenciados. Seguindo esta lógica de compreender e antever preferências, Hall (1984) afirma que antes da mensagem concebida pelo emissor produzir efeito, existe todo um processo prévio da criação da narrativa correta com os conteúdos certos para suscitar esse efeito. Portanto, deve ser tida em conta a apropriação e a produção de uma narrativa significativamente bem construída para que seja bem desconstruída. Assim, é necessário compreender o recetor pois essa descodificação influencia, entretém, instrui e/ou persuade de forma muito complexa a nível ideológico, emocional e cognitivo, podendo produzir comportamentos indesejados. Não se resumindo apenas aos discursos e desenvolvendo a sua presença visual e gráfica, como logótipos, símbolos e slogans (Doom, 2016, p. 1), desenvolver a linguagem e imagem do candidato é muitas vezes uma tarefa difícil, principalmente pela grande quantidade de estímulos a que os eleitores estão sujeitos, pois não absorvem a totalidade daquilo que é dito ou visualizado. Assim, uma vez que não é possível transmitir um conceito na sua totalidade, é função da comunicação codificar essa mensagem num grupo organizado de significados (Lindon et al., 2004, p. 297).

Neste seguimento, uma boa comunicação significa um bom nível de consciencialização da “marca”, isto é, um indicador da credibilidade do político fiel às suas convicções que seja estável política e emocionalmente (Simões et al., 2009, pp. 125–127). É, portanto, essencial que os candidatos

consigam distinguir-se dos restantes ao criarem uma marca em torno de si próprios e da sua campanha (Michaelsen, 2015, p. 7) e que é construída não só pelo discurso, mas principalmente pela presença visual — indumentária — e gráfica — cartazes e slogans —, onde é utilizado um esquema de cor consoante as preferências do público (Doom, 2016, p. 1). A imagem do candidato é transmitida pela comunicação verbal e pela retórica visual, desde a forma de vestir até aos símbolos que permitem ao eleitor manter uma linha condutora e associar um candidato complexo a uma única imagem ou palavra (Michaelsen, 2015, p. 14). Nesta perspetiva, Harold D. Lasswell (1936, p. 8) disse que a crescente manipulação através da utilização de símbolos devia envolver o uso da oratória, da escrita e do argumento, em conjunto ou individualmente. E se nos focarmos na comunicação não verbal em termos de propaganda, que é o intuito deste texto, quando uma imagem é apresentada em conjunto com texto tem um impacto tão forte que substitui qualquer discurso (Domenach, 1950/1968, p. 21). E quando a propaganda tem a capacidade de despertar e/ou influenciar emoções, os indivíduos podem adquirir um comportamento como a intenção de voto ou o voto (Crigler & Hevron, 2017, p. 671).

O indivíduo — isto é, o eleitor — é, para além de um simples cidadão, um consumidor. Esse consumo advém das suas necessidades e desejos que o marketing utiliza e da publicidade como a ferramenta que dita comportamentos sociais e o conduz à decisão correta (Simões et al., 2009, pp. 74–76). Existem diferentes tipos de eleitores, tais como os que votam segundo a sua ideologia e os que votam consoante as primeiras impressões, mas ambos precisam de ser persuadidos por uma narrativa (Simões et al., 2009, p. 36), cujos fortes conceitos ideológicos são expressos através de sentimentos. Assim, o partido que tenha a capacidade de expressar esses sentimentos incorre numa ação fundamental para a experiência humana e, conseqüentemente, para a política (Crigler & Hevron, 2017, p. 667). As emoções têm também um papel importante nos anúncios do candidato visto que a sua função é despoletar sentimentos no eleitor e informá-lo da sua opinião política sobre um determinado assunto. Motivam, portanto, novas questões na vida social e política, bem como criam e sustentam alternativas informadas em relação às emoções (Åhäll, 2018, como citado em Beattie et al., 2019, p. 137). De modo que, afirma Dingfelder (2012, como citado em Doom, 2016), uma campanha visual com sucesso é aquela que apela à ideologia política dos eleitores — inconscientes —, bem como às suas emoções. Além disso, o consumismo de imagens, narrativas e símbolos nacionais liga emocionalmente os indivíduos através de um sentido

de pertença (Berezin, 2002, p. 36). Numa perspetiva de cultura popular, as emoções não são de imediato absorvidas e individualizadas, mas podem levar à resistência à mensagem e a uma transformação da mesma que depois é devolvida ao emissor (Beattie et al., 2019, pp. 4–5). O correto idioma cromático no discurso e aparência podem levar um candidato político a atingir o seu fim, desde que gerido por profissionais (Kolobova, 2018, p. 8). Os anúncios políticos têm maior probabilidade de reforçar ideologias e ideias já existentes do que mudá-las (Ansolabehere & Iyengar, 1995, como citados em Fallis, 2017, p. 149). No entanto, como afirmam Valentino et al. (2004, como citados em Fallis, 2017, p. 149), os anúncios políticos têm, também, maior probabilidade de afetar decisões de voto individuais e consideram-se as cores e a sua combinação como algo que pode afetar consideravelmente a perceção do indivíduo em relação a uma comunicação (Teixeira & Gomes, 2020, p. 176). Essa persuasão dá-se através de argumentos e/ou elementos com forte conotação emocional para suscitar ou reforçar um sentimento (Lindon et al., 2004, p. 323). Kress e van Leeuwen (2006, p. 5) afirmam que a comunicação visual não está restringida a determinadas normas e desenvolveu-se mais livremente do que a linguagem verbal, tornando-se dominante em várias culturas. Desta forma, o idioma cromático é a melhor forma de enviar uma mensagem rápida ao eleitor por ter significados tradicionalmente intrínsecos e que criam imagens na mente de quem a percebe (Kolobova, 2018, p. 7). A cor é mais do que um fenómeno ótico e do que um instrumento técnico, é um emissor de impressões psicológicas essenciais (Heller, 2000/2018, p. 18). Segundo Berger (1972/2018, p. 21), a forma como as pessoas veem uma imagem é condicionada por uma combinação de pressupostos sobre imagens anteriormente adquiridas, relativas a beleza, verdade, génio, forma, estatuto, gosto, entre outras. Aliás, são conhecidos mais sentimentos do que cores e assim, cada qual pode produzir diferentes efeitos muitas vezes contraditórios (Heller, 2000/2018, p. 17). Tudo isto é um reflexo do contexto familiar onde o indivíduo se insere, juntamente com os grupos de amigos e vizinhança (Freire, 2001, p. 43).

Ser capaz de compreender o impacto das imagens em potenciais eleitores é conseguir campanhas estratégicas supremas (Hoegg & Lewis, 2011, como citados em Doom, 2016; Smith & French, 2009, como citados em Doom, 2016), e essa pertinência pode ser encontrada nos materiais de campanha offline, online, nos vestidos e gravatas dos líderes, em conferências, entre outros (Marini, 2017, p. 1). Doom (2016) afirma que uma das formas de interligar a investigação académica e o design gráfico é através da teoria semiótica, uma vez que as formas de expressão textual, visual ou

verbal acarretam diferentes significados em diferentes contextos culturais. Acredita-se que faça sentido utilizá-la para analisar a imagem inserida num determinado contexto sociocultural, mas receio que possa não ser aceite na comunidade da ciência política, até porque como Berger (1972/2018, p. 104) alerta, a relação entre os significantes e os significados é, na sua maioria, arbitrária e muitas vezes baseada em significados históricos. Como defende o autor, é através destas ferramentas da semiótica que é possível encontrar um significado para a vida, através dos objetos e textos. Como afirmam Simões et al. (2009, p. 71), atualmente “sociedade” e “consumo” são dois termos intimamente relacionados e inseparáveis, uma vez que o cidadão é apelidado de “eleitor” e de “consumidor” que é *conduzido* à opção correta através do marketing. Um dos pontos importantes que Carla Pereira (2021, p. 105) destacou é a função simbólica da cor das embalagens, pois como já referido, os símbolos têm um enorme peso na nossa vida, protagonizando um papel importante no nosso pensamento e comportamento. Na análise semiótica é importante ter em conta que estudar e compreender o significado de uma cor pode ser positivo ou negativo dependendo dos enquadramentos. A ideia dos enquadramentos que se dá às cores — positivos ou negativos, para que associem a determinados valores que evocam emoções positivas ou negativas —, segundo de Vreese e Boomgaarden (2003, p. 362), é um ponto essencial para o trabalho. Aliás, o termo *framing* tem sido maioritariamente utilizado para descrever a interligação entre os média e os indivíduos (Kaid & Holtz-Bacha, 2008, p. 17), isto é, assumir que um pedaço de informação/conteúdo será interpretado de forma diferente dependendo do esquema interpretativo que o recetor utilizou ao receber a informação e diferentes esquemas podem ser invocados quando enquadrámos a mesma mensagem: o contexto pode determinar o significado e a interpretação. As emoções são sentidas individualmente, mas a experiência total das mesmas apenas é concluída na sua relação com os outros, ou seja, através de uma linguagem e cultura que os outros entendam. Portanto, existe uma estrutura de significado em relação às experiências das emoções na sociedade (Beattie et al., 2019, p. 4). Eken (como citado em Beattie et al., 2019, p. 7) diz que no quotidiano o indivíduo relaciona-se afetivamente com a política através das culturas visuais e narrativas e que, como diz Fierke (2014, como citado em Beattie et al., p. 8), não podemos examinar as emoções como sendo intrinsecamente sociais e culturais nem separadas de um passado histórico e/ou de um contexto social.

Por último, encontrar perspectivas que vêm de outras áreas e interligá-las com as ciências da comunicação. Afirmar-se que a área da interseção humano-computador está em crescimento através de inovadoras formas de interações multimodais (Teixeira & Gomes, 2020, p. 178). Beattie et al. (2019, p. 2) afirmam que para estudar de forma apropriada as emoções é necessário juntar métodos que podem ir desde a utilização de questionários à neurociência, de forma a perceber como é que o indivíduo reage a certos acontecimentos políticos. Assim, identificou-se o desafio principal: teorizar o salto do individual para o coletivo, uma vez que segundo Hutchison e Bleiker (2014, como citados em Beattie et al., 2019), “as emoções têm de ter algum tipo de dimensão coletiva” (p. 2). Ou seja, olhar para as emoções como uma maneira de conhecer o mundo e, também, como uma forma de resistência em relação ao poder hegemónico. A neurociência é a área que confirma às ciências sociais que a emoção representa uma “extensão do corpo que é necessária ter em conta” (Berezin, 2002, p. 37) e argumentar que, numa perspectiva sociológica, pode-se arguir que as emoções não são problemáticas até que sejam refletidas num contexto social. As interfaces que medem a interação do cérebro através de computador têm sido aplicadas na publicidade e cada vez mais investigadores utilizam o eletroencefalograma como uma forma de obter dados objetivos e cognitivos sobre a informação visual (Teixeira & Gomes, 2020, p. 178).

O CASO DO MONTIJO

O estudo de mestrado incidiu sobre a alteração cromática dos materiais gráficos dos partidos: Partido Socialista (PS) e Partido Social Democrata (PSD). O objetivo geral dessa primeira investigação exploratória foi perceber se a alteração da cor associada a um partido tem influência no eleitor e no seu voto. Entenda-se “cor” por aquela que está no fundo das fotografias dos candidatos. Por exemplo, o PS, cuja cor oficial é o rosa e o vermelho, utilizou a cor azul (Figura 1) e o PSD, cuja cor oficial é o laranja, utilizou o vermelho (Figura 2).



Figura 1. Cartaz do Partido Socialista Montijo de 2017

Nota. Cartaz cedido pela Concelhia do Partido Socialista do Montijo. Posteriormente digitalizado



Figura 2. Cartaz do Partido Social Democrata/ Partido Popular Montijo de 2017

Nota. Cartaz cedido pela Concelhia do Partido Social Democrata do Montijo. Posteriormente digitalizado

Pode um eleitor, que passe num local movimentado e que apenas dedique a atenção à cor e mensagem, realizar uma associação partidária errada? Nesta ótica, os eleitores que desconheçam os candidatos — especialmente numa cidade grande e fortemente urbanizada como o Montijo — podem não associar a pessoa X ao partido Y e basear-se apenas em elementos que, por norma, identificam o partido. Por exemplo, no caso da

“Coligação Muito Mais Montijo – PSD + CDS-PP” de 2017, o candidato, João Afonso, era o *challenger* ainda desconhecido pela maioria dos eleitores. Surpreendentemente, o único elemento de referência dos eleitores era a cor vermelha que, historicamente, é associada ao Partido Comunista Português (PCP) ou Bloco de Esquerda (BE) e, em algumas circunstâncias, ao PS. No caso de Nuno Canta, presidente da Câmara Municipal do Montijo desde 2013, candidato incumbente pelo PS, e conhecido por grande parte da população, a cor utilizada foi o azul e nas semanas finais de campanha alterou-se para o vermelho.

Visto que a revisão de literatura não indicava nenhum estudo semelhante, investiu-se numa metodologia mista que pudesse colmatar essas falhas e simultaneamente despertar pistas de investigação. Em primeiro lugar, visto que o propósito inicial da investigação foi a alteração de uma cor para outra, fez sentido analisar se esta mudança da campanha foi única ou se seria já uma ação normal por parte dos partidos. Definiu-se um período temporal, que neste caso englobava as eleições autárquicas entre 2005 e 2017, no Montijo, e recolheram-se materiais gráficos das campanhas dos partidos PS e PSD, ambos do Montijo, para registar a utilização e eventuais alterações da cor. Inicialmente, o estudo, que estava restrito ao Montijo, alargou-se também para a recolha de material partidário do PS e PSD no concelho de Alcochete por duas razões: o Montijo é dividido em dois exclaves pelo concelho de Alcochete, ou seja, existe uma proximidade geográfica particular entre ambos e também porque partilham situações históricas. Foram recolhidos 15 cartazes dos partidos PS e PSD do Montijo e Alcochete relativos aos anos 2005, 2009, 2013 e 2017.

Após a reunião desses materiais, e ao verificar de imediato algumas diferenças entre partidos e concelhos, percebeu-se que nalgumas circunstâncias as mudanças, ou manutenção, estavam de acordo com a literatura. Acontece que em alguns objetos de estudo a decisão de manter ou mudar a cor não fazia sentido, de acordo com a literatura, e que fazia o contrário do defendido pelos autores. Desta forma, e em segundo lugar, numa ótica de consolidação do objeto de estudo, foram realizadas entrevistas exploratórias com recurso a questões abertas que permitiram a descoberta de potenciais dimensões de análise não consideradas até então (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 90). Entrevistaram-se duas figuras políticas locais¹: o presidente da Câmara Municipal do Montijo e o presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro, ambos do PS

¹ Tendo sido as únicas figuras políticas que aceitaram responder às questões.

Montijo. Ainda no decorrer das entrevistas compreendeu-se que a justificação para a utilização de uma determinada cor fazia todo o sentido com o tipo de mensagem a transmitir, mas que podia colocar em risco a identidade desse mesmo partido ou ideologia. Além disso, os entrevistados referiram que a cor é um elemento interessante no panorama político, mas que é um elemento simples, que não influencia a identificação do emissor, especialmente ao nível da política local. Além de colmatar algumas falhas na literatura, especialmente a nível político local, estas perspetivas indicavam que talvez as crenças do emissor, ou seja, de quem produz a campanha política, fossem diferentes do recetor da mensagem. Para estudar se de facto existem diferenças em relação às crenças do eleitor, procederam-se a duas entrevistas em grupo com 16 participantes no total, nas quais se projetaram todos os cartazes recolhidos com a particularidade de terem o logótipo e os nomes dos candidatos omitidos. Desta maneira, a cor foi dos únicos elementos que indicava aos participantes a identidade do cartaz. A literatura assinala que as características culturais e emocionais dos eleitores, em grupo, são importantes para a descodificação de uma mensagem política e que, simultaneamente, as suas características individuais podem impactar essa descodificação. Os participantes preencheram um questionário de modo a caracterizar-se social e demograficamente, perguntando-se-lhes a que partidos associavam determinadas cores e quais os sentimentos evocados por essas cores, bem como qual o seu conhecimento e relação ao nível da participação política. Após isso, procedeu-se à projeção dos cartazes por ordem decrescente, ou seja, de 2017 para 2005, e os participantes foram questionados se, com base na cor, conseguiam associar o cartaz a um partido e ideologia. Questionou-se também que sentimento associavam à mesma. Posteriormente, foram revelados os cartazes completos, o que gerou surpresa entre os participantes, visto que se aperceberam que as suas respostas estavam erradas. Importa referir que a discussão em grupo proporcionou um debate com diferentes perspetivas e que a maioria das associações aos partidos estavam incorretas.

ANÁLISE DOS DADOS

Através do questionário, do registo audiovisual e das anotações, realizou-se a transcrição das entrevistas, catalogando os comentários que faziam menção à cor e aos sentimentos. Previamente foram, também, catalogados todos os cartazes e reagrupados relativamente à cor, ano e localidade. Analisaram-se em primeiro plano os documentos correspondentes

ao PS Montijo 2017 e PSD/CDS-PP Montijo 2017, de seguida os cartazes PS e CDS-PP/PSD 2017, ambos de Alcochete e, por fim, alguns que se consideraram pertinentes, aquando da sua catalogação. Assim, decidiu-se extrair informações de todos os documentos para fazer análise comparativa dos mesmos (Figura 3).

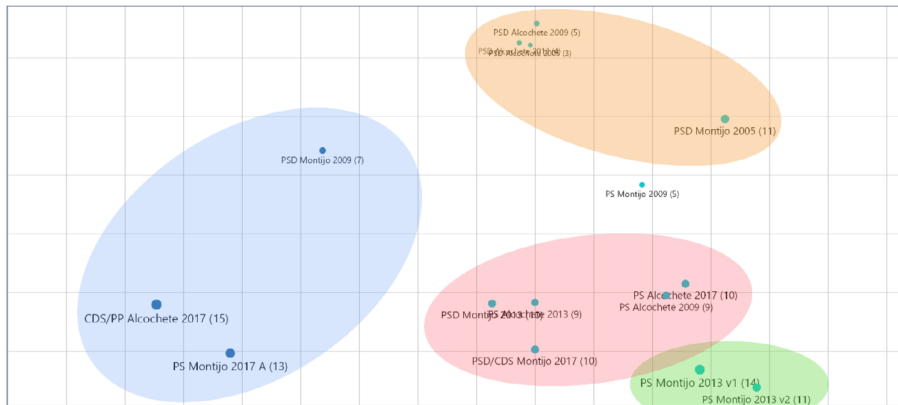


Figura 3. Análise de semelhança através de MAXQDA, com base nas características e comentários dos participantes sobre os cartazes recolhidos

Tendo em conta a cor dos cartazes e alguns comentários dos participantes, verificamos a formação de quatro *clusters* de documentos. Deprendemos imediatamente a proximidade entre o CDS-PP/PSD Alcochete 2017 e o PS Montijo 2017, sendo ambos azuis. No lado contrário, percebemos que o PSD/CDS-PP Montijo 2017 é semelhante à maioria dos cartazes do PS Montijo e Alcochete. Ao analisar os documentos principais do estudo, ou seja, PS Montijo 2017 e PSD/CDS-PP Montijo 2017, compreendemos que, no caso do PS Montijo 2017, a semelhança é para com o CDS-PP/PSD Alcochete 2017, ambos dominados pela cor azul. Ressalva-se ainda que segundo as afirmações da larga maioria dos participantes, estes acreditam que o cartaz é conservador, que representa a direita partidária e, mais especificamente, o CDS-PP ou PSD. Em termos sentimentais, a cor azul do cartaz espelha confiança e percebemos que é associada a um outro concelho e candidato, a coligação CDS-PP/PSD Alcochete de 2017. Sustenta-se a semelhança entre documentos referida anteriormente. No caso do PSD/CDS-PP Montijo 2017, apesar de haver poucas menções ao PSD, estas são sempre sem certezas, exceto no final em que a totalidade do cartaz é revelada. Ou seja, este cartaz é associado tanto ao verdadeiro

partido como também a partidos de esquerda com ideologias opostas. Em termos de sentimentos associados à cor vermelha, são mencionadas a agressividade e a coragem e, surpreendentemente, o fanatismo. São mencionadas ideologias de esquerda e extrema-esquerda, e é feita uma comparação com a cor do cartaz e com a “Revolução de Abril”.

No caso do PS Alcochete 2017, em primeira instância, percebemos que o cartaz espelha a cor vermelha como os símbolos e outros materiais do PS, e que há referência ao conelho. Em termos de comentários ao cartaz, os participantes associaram, na sua maioria, ao PS ou, então, a partidos com ideologia semelhantes, como o socialismo e comunismo. Os sentimentos mais associados foram oposição, mudança e garra, tendo em conta a cor. Ainda em Alcochete, o cartaz azul da coligação CDS-PP/PSD 2017 é associado ao conservadorismo, confiança e diretamente ao CDS-PP e ao PSD. Consta-se, uma vez mais, a semelhança contraditória entre o PS Montijo 2017 e CDS-PP/PSD Alcochete 2017, ambos azuis e associados ao conservadorismo. Nota-se também a proximidade entre PS Alcochete 2017 e PSD/CDS-PP Montijo 2017, pois tanto o PS Alcochete 2017 como o PSD/CDS-PP Montijo 2017 são associados ao comunismo e, também, a sentimentos semelhantes como a garra, coragem, agressividade e revolução.

No caso dos cartazes do PSD Alcochete, de 2005 a 2013, as associações foram imediatas a Alcochete e ao PSD devido à cor laranja e a outros apontamentos cromáticos com as cores oficiais da vila. Foi interessante perceber o caso do PSD Montijo de 2013, que utilizou as cores oficiais do Montijo e foram associados à Coligação Democrática Unitária (CDU) por, supostamente, remeterem ao bairrismo e ao conservadorismo. É, também, fulcral compreender que quando a memória não permitia uma rápida identificação do conteúdo, os participantes basearam-se na cor.

INDICADORES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que a cor é um elemento importante na campanha política e que tem um peso significativo na decisão de voto, na imagem do partido e na fidelização com o mesmo. Conclui-se, ainda, que a qualidade gráfica e o correto uso dos elementos promovem um partido ou candidato sem que estes percam a sua identidade.

Em relação aos documentos principais do estudo, PS Montijo 2017 e PSD/CDS-PP Montijo 2017, compreendemos que a cor utilizada espelha as intenções da campanha de cada um. Isto é, no caso do primeiro, a continuação do projeto e a confiança, e no caso do segundo, a oposição e mudança.

Acontece que, apesar de essas cores espelharem esses sentimentos, podem ter gerado um problema na associação desses candidatos e/ou ideias ao partido ou coligação que representam. A análise cronológica dos cartazes também reforça que no Montijo não há utilização contínua da cor dos partidos, enquanto em Alcochete existe um padrão na utilização da cor (Tabela 1).

	2005	2009	2013	2017
Montijo PS	-	Verde	Verde + vermelho	Azul
Montijo PSD/ CDS-PP	Verde e amarelo	Azul	Verde e amarelo	Vermelho
Alcochete PS	-	Vermelho	Verde e vermelho	Vermelho
Alcochete CDS-PP/PSD	Laranja	Laranja (verde e vermelho)	Laranja	Azul (laranja, verde e vermelho)

Tabela 1. Utilização de cores entre 2005 e 2017 por PS/PSD/CDS-PP em Montijo e Alcochete

Os cartazes que, de facto, utilizavam a cor correta do partido não geraram surpresa entre os entrevistados, suscitando debates curtos e diretos. Contrariamente, muitos entrevistados ficaram surpresos em relação à utilização de certas cores por determinados partidos, como no caso dos cartazes principais do estudo. Consideram-se bastante interessantes as associações entre o PS Montijo 2017 com o CDS-PP/PSD Alcochete 2017; entre o PSD/CDS-PP Montijo e o PSD Alcochete 2017, como também a associação dos cartazes com as cores oficiais da cidade/bandeira do Montijo à CDU, sendo do PSD. Esta informação contrasta com a rápida associação correta de todos os cartazes laranja ao PSD Alcochete entre 2005 e 2013 e levanta indicadores interessantes para continuar o estudo. Além disso, os elementos cromáticos gráficos referentes ao concelho não devem ser menosprezados.

O intuito da renovação da cor pelo PS Montijo e PSD/CDS-PP Montijo em 2017 era apelar ao sentimento de continuidade ou mudança. Infelizmente, do ponto de vista do eleitor, essa atitude gerou um problema de associação entre a mensagem política e a identificação do partido. Compreende-se que é fundamental criar um equilíbrio entre a identidade do partido e o simbolismo da mensagem no que toca à cor, uma vez que a utilização de um elemento pode danificar a perceção de outro para o eleitor. Como é natural não foi possível perceber se a localização do cartaz afeta positiva ou negativamente a perceção da mensagem do mesmo.

Sublinha-se que esta investigação apresenta limitações, principalmente ao nível da amostra. O facto de se tratar de um exercício tão abrangente leva a não ser possível tirar conclusões generalizadas. Sugere-se que a importância da cor e do seu simbolismo são temas de cultura popular que nutrem significados nos eleitores de forma inconsciente, mas que só despertam quando a envolvente assim o solicita e permite. O estudo empírico abordou apenas duas localidades vizinhas muito semelhantes e onde já se notam várias diferenças. Esta dissertação serviu como início para um estudo que deve ser mais longo e preciso.

UM NOVO CAMINHO DE INVESTIGAÇÃO

Numa perspetiva menos determinista, agora em tese de doutoramento, em vez da possibilidade de a cor influenciar diretamente a decisão de voto, questiona-se se a cor e as emoções impactam a avaliação da mensagem. É através da apresentação de um estado da arte atualizado que se procura compreender as possibilidades da interligação entre as ciências da comunicação e a comunicação política. Para tal, sugere-se o cruzamento com a área da neurociência através da semiótica e dos enquadramentos de valência. Além disso, é ainda importante compreender que, em autores como Harold Lasswell (1936) e Stuart Hall (1984), contrastantes nos seus estudos e considerados influências dos *media effects*, existe uma panóplia de referências a diversos elementos de comunicação e que acarretam um forte significado simbólico. Infelizmente, nestes e noutros autores, a referência à cor não existe ou é rara. É nesta perspetiva da subvalorização da cor na comunicação política que se procurará explorar a ideia de que a cor funciona como elemento primordial na mobilização das emoções e que pode ter um contributo maior do que tem tido até agora. Ou seja, provar a importância e defender a tese de que há um elemento a ser subvalorizado na comunicação política — a cor, e como é que esta desperta emoções que por sua vez criam maior e melhor ligação com o eleitor — é o objetivo principal. A investigação da cor tem sido pouca, pois as teorias da comunicação tendem a prezar a estratégia, desprezando outros elementos. Portanto, não se pretende estudar exclusivamente os elementos da comunicação, mas principalmente os eleitores e a influência desses elementos. Partimos, então, da ideia da subvalorização da cor e das emoções na comunicação política — principalmente na relação entre ambas — e é através de autores base que podemos encontrar o início deste caminho. Por exemplo, Cardoso et al. (2016) dizem-nos que “a pessoa é a mensagem”, e indo ao encontro da

importância cada vez maior do criador de conteúdo na comunicação, percebemos que o caminho anterior que vincava a cor como elemento principal era a menos correta. Encontramos uma variável que pode desbloquear a pesquisa: as características do eleitor. Stuart Hall (1984) disse que quando uma mensagem é enviada, cabe ao recetor captá-la e decodificá-la e que, de acordo com de Vreese e Boomgaarden (2003), fá-lo-á de acordo com as suas características e envolvente social e política. Ainda na perspetiva de Harold Lasswell (1936), importa não só compreender quem diz o quê a quem e de que modo, mas também perceber como é que essa mensagem é recebida, percecionada e, na perspetiva de Hall (1984), mas não menos importante, como é devolvida. Em termos internacionais percebemos que a cor é cada vez mais importante na comunicação política, naquilo que é um mundo globalizado e à beira da polarização generalizada, ganhando um papel dicotómico de elemento simultaneamente conciliador e divisor. Por exemplo, nas eleições presidenciais brasileiras de 2018, durante a segunda volta, Fernando Haddad, candidato do Partido dos Trabalhadores, utilizou as cores da bandeira nacional e abandonou a cor vermelha do seu partido, possivelmente numa tentativa de se apresentar como o candidato de todos e não apenas dos “petistas”². Em 2022, nas mesmas eleições, e mais polarizadas, encontramos a cor como um elemento identificador de quem é a favor ou contra os candidatos Jair Bolsonaro ou Lula da Silva. Simultaneamente, encarna uma função divisora, ou seja, se um eleitor utiliza o vermelho significa que é a favor de um e contra o outro.

Ainda, desde 2019, novos partidos portugueses que defendem diferentes visões políticas passaram a parte integrante da política legislativa nacional, levantando novos indicadores na comunicação. Partidos recém-formados, como o Chega! e a Iniciativa Liberal, investiram na qualidade gráfica dos *outdoors* em pontos estratégicos e numa melhor articulação entre os materiais de campanha online e offline. Novos partidos significam mais partidos e, portanto, mais mensagens e cores nas comunicações. É necessário transmitir informação concisa, simples e que identifique rapidamente quem é o emissor no meio de tantos outros. Segundo Caccioto (2011/2015), é notório que à medida que existe uma evolução tecnológica e social, assistimos ao afastamento dos partidos tradicionais e, consequentemente, a uma aproximação a movimentos independentes que podem ser iniciados e continuados em diversos canais de informação. Assim, os anúncios políticos têm maior probabilidade de reforçar ideologias e ideias já

² Petistas são os candidatos, militantes e/ou apoiantes do Partido dos Trabalhadores no Brasil.

existentes do que mudá-las (Ansolabehere & Iyengar, 1995, como citados em Fallis, 2017, p. 149), mas, como afirmam Valentino et al. (2004, como citados em Fallis, 2017, p. 149), os anúncios políticos têm, também, maior probabilidade de afetar decisões de voto individuais. Os esforços de comunicação política devem focar-se em grupos específicos ou pessoas/figuras públicas específicas com as quais seja possível afetar um grupo mais alargado (Owen, 2017, p. 825).

Da revisão de literatura e da experiência resultante da dissertação, ressalvam-se campos interessantes para constituir bases sólidas de pesquisa e fundamentar observações. Sugere-se abordar: (a) a relação entre as áreas das ciências da comunicação e da comunicação política; e (b) tratar a comunicação política numa ótica das emoções e da cor. O mapeamento destas áreas pretende demonstrar a quase total ausência da cor em obras de referência da comunicação política. Posteriormente, a (c) semiótica como um campo que estabelecerá referências para a cor, para o seu significado sociocultural e emocional. Serão abordadas duas subdimensões essenciais: o enquadramento de valências e a neurociência.

Relativamente ao enquadramento de valências, pretende-se seguir a ideia de que o mesmo símbolo pode ser interpretado de formas diferentes de acordo com os enquadramentos (Boomgaarden & De Vreese, 2003). Como afirmam Agostinho e Guerra (2015),

a decisão de uma pessoa, no que diz respeito à sua escolha do político que pretende para governar a sua freguesia, cidade ou país, merece a melhor consideração (...) e por isso, devemos estar atentos à influência de diversos fenómenos laterais que condicionam essa decisão. (p. 23)

E, ainda como Berger (1972/2018, p. 21), a forma como as pessoas veem uma imagem é condicionada por uma combinação de pressupostos sobre imagens anteriormente adquiridas. Consoante estas perspetivas, bem como na de Albers (2014, como citado em Helfand, 2017, p. 9), afirma-se que a cor é subjetiva, idiossincrática e sujeita a mudanças temperamentais. Aliás, são conhecidos mais sentimentos do que cores, e assim, cada qual pode produzir diferentes efeitos muitas vezes contraditórios (Heller, 2000/2018, p. 17). Relativamente à neurociência, dá-se os exemplos de Schloss e Palmer (2014), Marini (2017) e de Teixeira e Gomes (2020), que utilizam as tecnologias desta ciência no âmbito das ciências da comunicação e alcançaram dados que sustentam o papel da cor na comunicação política.

Em termos de estrutura do trabalho, é essencial a definição e significado histórico e simbólico das cores e de que forma os eleitores reagem a

estas. Como afirma Adams (2017, p. 9), o ser humano responde a diferentes cores de diferentes maneiras consoante a sua experiência com as mesmas. Essas experiências, normalmente adquiridas ao longo do crescimento de cada indivíduo, ficam marcadas e, através de associações culturais, vão moldar a reação a certas cores e momentos. Esse reconhecimento, memorização e transmissão da informação da cor (Olivo, 2004) são regidos não só por códigos culturais, mas também por um elemento primordial do ser humano: o processo físico e biológico de cada um — que será importante mencionar, mas não aprofundar. Segundo, o cromatismo relacionado com a criação de diversos partidos políticos nacionais e europeus. As primeiras cores usadas por partidos foram o vermelho e o azul: a primeira derivada da associação histórica e cultural à revolução, ao “sangue” derramado no decorrer dessas e ao sentimento patriótico; enquanto o azul, passou a simbolizar os partidos mais conservadores e/ou que não queriam relacionar-se com a revolução socialista e proletária (Marini, 2017, p. 4). A utilização das cores no contexto político — que procura associar-se a significados históricos e culturais — baseia-se, também, nas cores das bandeiras de cada nação, apesar de existirem padrões cromáticos que identificam cada partido ideologicamente. Ainda na perspectiva do mesmo autor (Marini, 2017), os novos partidos optam pela utilização de cores próximas ao vermelho e azul como cores secundárias e terciárias que identifiquem a proximidade ou afastamento a uma ideia, e que, simultaneamente, os destaquem. Em Portugal, destaca-se, por exemplo, a Iniciativa Liberal que, como afastamento de políticas de esquerda, utiliza o azul, mas numa tonalidade diferente que não a aproxime demasiado ao conservadorismo.

Assim, a investigação englobará quatro dimensões: a comunicação, as emoções, a cor e a caracterização dos eleitores, que culmina num modelo de análise em que a comunicação afeta as emoções e estas afetam a avaliação do conteúdo pelos eleitores. Variáveis moderadoras como a cor, a caracterização dos eleitores e os diferentes meios de comunicação moderam a mensagem desde o emissor até ao recetor. Os sociólogos reconhecem que as emoções tanto são um constituinte a um nível macro dos processos sociais, bem como um elemento psicológico individual (Barbalet, 1998; Berezin, 1997; Goodwin et al., 2001; Massey, 2002; Turner, 2000, como citado em Berezin, 2002). Portanto, uma ligação e contribuição entre estes três campos pode contribuir para a inovação das emoções no campo da comunicação política. Enquanto estão tradicionalmente excluídas da tradição política ocidental e das escritas filosóficas, o papel sociopolítico das emoções tem crescido (Beattie et al., 2019, p. 2). A campanha deve demonstrar o

candidato e a sua mensagem, mas sem nunca alterar elementos identificadores do partido ou, pelo menos, da ideologia. Na perspetiva da comunicação política, a ideologia corresponde à combinação e manipulação de elementos cujo propósito é a transmissão passiva de mensagens (Correia, 2010, p. 16).

A simbologia passa também pelo significado dos símbolos utilizados na comunicação política. O uso das cores ajuda os políticos a reduzir a distância entre eles e os eleitores. Por exemplo, no decorrer de um discurso, a cor da indumentária ou dos materiais que o rodeiam reforçam as palavras proferidas. As emoções não são reservadas ao emissor da mensagem, às elites culturais ou políticas que queiram manipular uma mensagem, mas podem ser contestadas, personificadas e reapropriadas pelas audiências. Assim, procura-se sustentar a investigação ao recorrer a diferentes trabalhos académicos que, naturalmente, estudem esta temática. Apesar de inúmeras investigações sobre cor e emoções na comunicação política, compreendeu-se que o foco da maior parte é a cor da indumentária e dos logótipos dos partidos e/ou as emoções do discurso político. Surpreendentemente, muitos trabalhos conjugam outra área científica, conduzindo a inovações: a neurociência. Nessa perspetiva, e uma vez que este trabalho visa preencher essa lacuna, que é a subvalorização da cor e das emoções na mensagem no campo da comunicação política, sugere-se a utilização desta ciência/tecnologia, tendo os enquadramentos de valência como o ponto chave que antecede a parte empírica. Visto que, como já referido anteriormente, tanto o perfil sociodemográfico do eleitor, como o seu capital cultural e histórico são peças-chave, percebe-se que o próprio meio de comunicação (online e offline) pode impactar a leitura e interpretação da mensagem.

Sugere-se a divisão da investigação em duas partes: estudar o emissor e o recetor da mensagem. Primeiro, registar as preocupações do lado da produção do conteúdo (agentes políticos e especialistas em comunicação) através de entrevistas exploratórias e recolha de material gráfico. Segundo, realizar de novo as entrevistas em grupo com a distribuição de um inquérito por questionário que caracterize os eleitores. Nesta segunda fase, seriam projetadas mensagens políticas previamente selecionadas com diversos fundos coloridos, onde os participantes terão de escolher a cor que mais se adapta à mensagem. Estas cores já estarão catalogadas e deverão referir-se a uma ideologia ou grupo de partido. Opta-se por este processo ao invés de uma campanha em específico de forma a captar significados mais abrangentes de cada cor. À semelhança do estudo anterior, tenta-se provar que a cor funciona como identificação do emissor da mensagem e que a utilização errada pode impedir a correta transmissão da mensagem e/ou a associação da mesma

ao partido errado. Também, como já visto anteriormente, as características dos eleitores, especialmente as relações emocionais com um partido ou com o significado de uma cor, moderam a receção dessa mensagem. Assim, e à semelhança dos estudos de Teixeira e Gomes (2020), Marini (2017) e Schloss e Palmer (2014), a inovação será, através de sensores não invasivos, medir o grau de atenção e o estado emocional desses participantes através de aparelhos tecnológicos como o Neurosky da Mindwave³ e que possam fornecer dados específicos. Por dados específicos, entenda-se que a tecnologia da neurociência indique que o participante do estudo, naquele determinado momento, experienciou uma determinada emoção. O intuito é afastar o estudo de um caminho especulativo e encontrar coerência, ou não, entre os dados do software e a resposta do participante. É nesta parte empírica que se prevê uma colaboração com outros investigadores ou entidades de maneira a colmatar o facto de não se ser especialista em neurociência. Neste campo, o objetivo primordial será criar um protocolo que possa também ser utilizado por outros investigadores.

Reconhece-se, ainda, a necessidade de alargar a pesquisa a materiais de partidos que compõem os grupos parlamentares europeus para compreender se a utilização da cor é transversal às ideologias e geografia da União Europeia. Sugere-se, também, a criação de uma plataforma online que aglomere os materiais gráficos políticos, dadas as dificuldades em encontrar e reunir esses arquivos, inclusive de eleições recentes. Com esta investigação, pretende-se desenvolver e inovar a área científica das ciências da comunicação através da colaboração com a área da neurociência. Espera-se também contribuir para a criação de melhores estratégias e campanhas políticas que alcancem a sua finalidade sem comprometer a identidade partidária.

REFERÊNCIAS

Adams, S. (2017). *The designer's dictionary of color* (1.ª ed.). Abrams.

Agostinho, D., & Guerra, A. (2015) *Insondáveis sondagens* (1.ª ed.). Alêtheia.

³ O MindWave Mobile 2 mede e emite com segurança os espectros de energia de eletroencefalografia (ondas alfa, ondas beta, atenção e piscar de olhos; NeuroSky, s.d.).

- Beattie, A. R., Eroukhmanoff, C., & Head, N. (2019). Introduction: Interrogating the 'everyday' politics of emotions in international relations. *Journal of International Political Theory*, 15(2), 136–147. <https://doi.org/10.1177/1755088219830428>
- Berezin, M. (2002). Secure states: Towards a political sociology of emotion. *Sociological Review*, 50(S2), 33–52. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2002.tb03590.x>
- Berger, J. (2018). *Modos de ver* (1.ª ed., J. L. Rosa, Trad.). Antígona. (Trabalho original publicado em 1972)
- Caccioto, M. (2015). *Marketing político: Como vencer as eleições e governar* (1.ª ed., J. Serra, Trad.). Actual Editora. (Trabalho original publicado em 2011)
- Cardoso, G., Lapa, T., & Fátima, B. (2016). People are the message? Social Mobilization and social media in Brazil. *International Journal of Communication*, 10(2016), 3909–3930. <https://doi.org/1932-8036/20160005>
- Correia, J. C. (2010). Ideologia, crítica e deliberação. In J. C. Correia, G. B. Ferreira, & P. Espírito Santo (Eds.), *Conceitos de comunicação política* (pp. 13–17). <https://doi.org/10.13140/2.1.1077.8888>
- Crigler, A. N., & Hevron, P. R. (2017). Affect and political choice In K. Kenski & K. Jamieson (Eds.), *The Oxford handbook of political communication* (pp. 663–680). Oxford University Press.
- de Vreese, C. H., & Boomgaarden, H. G. (2003). Valenced news frames. *Communications*, 28(4), 361–381. de Gruyter Publishing. <https://doi.org/10.1515/comm.2003.024>
- Domenach J. M. (1968). *La propaganda política* (4.ª ed., H. de Lenos, Trad.). Eudeba. (Trabalho original publicado em 1950)
- Doom, J. K. (2016). *Decoding the candidates: A semiotic analysis and literacy guide to graphic design principles in political campaign branding* [Dissertação de mestrado, Georgetown University]. Digital Georgetown. <http://hdl.handle.net/10822/1040693>
- Fallis, T. W. (2017) Political advertising. In K. Kenski & K. Jamieson (Eds.), *The Oxford handbook of political communication* (pp. 147–162). Oxford University Press.
- Freire, A. (2001). *Modelos do comportamento eleitoral: Uma breve introdução crítica* (1.ª ed.). Celta Editora.

- Hall, S. (1984). Encoding/decoding in television discourse. In S. Hall, D. Hobson, A. Lowe, & P. Willis (Eds.), *Culture, media, language* (pp. 128–138). Routledge.
- Helfand, J. (2017). Foreword: Seeing red. In S. Adams (Ed.), *The designer's dictionary of color* (p. 9). Abrams.
- Heller, E. (2018). *A psicologia das cores: Como as cores afetam a emoção e a razão* (10.^a ed., M. L. L. Silva Trad.). Gustavo Gili. (Trabalho original publicado em 2000)
- Kaid L. K., & Holtz-Bacha, C. (2008). *Encyclopedia of political communication* (Vol. 1 e 2). SAGE.
- Kolobova, A. (2016). *Election propaganda in colour: The use of colour idioms in presidential elections 2016* [Working paper].
- Kress, G., & van Leeuwen, T. (2006). *Reading images: The grammar of visual design* (2.^a ed.). Routledge.
- Lasswell, H. D. (1936) *Politics: Who gets what, when, how* (1.^a ed.). McGraw-Hill Book Company.
- Lindon, D., Lendrevie, J., Lévy, J., Dionísio, P., & Rodrigues, J. V. (2004). *Mercator XXI: Teoria e prática do marketing* (10.^a ed.). Publicações Dom Quixote.
- Marini, L. (2017, 10–12 de abril). *Red parties and blue parties. The politics of party colours: Use and perception of non-verbal cues of ideology* [Apresentação de comunicação]. PSA Conference, Glasgow, Escócia.
- Michaelsen, A. (2015). *Brand Obama: How Barack Obama revolutionized political campaign marketing in the 2008 presidential election* [Dissertação de mestrado, Claremont University].
- NeuroSky. (s.d.). *MindWave Mobile 2: Brainwave sensing headset*. <https://store.neurosky.com/pages/mindwave>
- Olivo, J. (2004, 3–5 de novembro). A cor na propaganda política: Significados e produção de sentidos. In C. Mioto, I. L. Coelho, M. C. F. Silva, L. M. N. Olímpio, & R. S. Rial (Eds.), *Anais do 6.º Encontro Celsul* (pp. 1–5). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Owen, D. (2017). New media and political campaigns In K. Kenski & K. Jamieson (Eds.), *The Oxford handbook of political communication* (pp. 823–835). Oxford University Press.
- Pereira, C. (2021). The meaning of colors in food packaging: A study of industrialized products sold in Brazil. *Color Research and Application*, 46(3), 566–574. <https://doi.org/10.1002/col.22651>

- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (4.ª ed., J. Marques, M. A. Mendes, & M. Carvalho, Trans.). Gradiva. (Trabalho original publicado em 1988)
- Schloss, K. B., & Palmer, S. E. (2014). The politics of color: Preferences for Republican red versus Democratic blue. *Psychonomic Bulletin and Review*, 21(6), 1481–1488. <https://doi.org/10.3758/s13423-014-0635-0>
- Simões, M., Antunes, M., Cunha, J., Marques, A., Lopes, C., & Beirão, I. (2009). *Marketing e comunicação política*. Edições Sílabo.
- Teixeira, A. R., & Gomes, A. (2020). A study of colour using mindwave EEG sensor. In D. D. Schmorow & C. M. Fidopiastis (Eds.), *Augmented cognition. Theoretical and technological approaches* (pp. 176–188). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-50353-6_13

Citação:

Moço, P., Álvares, C., & Montargil, F. (2023). O impacto da cor e das emoções na avaliação da mensagem política. In E. C. e Silva, M. Laranjeira, P. Portela, & V. de Sousa (Eds.), *Desafios metodológicos em ciências sociais. Atas das IX Jornadas Doutorais do CECS* (pp. 57–77). CECS.

FELIPE MELHADO¹, JEAN-MARTIN RABOT¹, MOISÉS DE LEMOS MARTINS¹ & NORVAL BAITELLO JUNIOR²

melhado.felipe@gmail.com; jmrabot@ics.uminho.pt;
moisesm@ics.uminho.pt; norvalbaitello@pucsp.br

¹ Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal | ² Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil

DEVORAÇÃO MÉTODO, DEVORAÇÃO *ETHOS*: PRESCRIÇÕES ANTROPOFÁGICAS PARA A COMUNICAÇÃO CONTEMPORÂNEA

RESUMO

A antropofagia é uma ideia de matriz ameríndia que foi reimaginada, sobretudo, pelo trabalho do filósofo e poeta brasileiro Oswald de Andrade. Inicialmente concebida por ele como um conceito no campo da estética, em seus quase 100 anos de trajetória teórica, a antropofagia foi atravessada por inúmeros outros usos conceituais e éticos. Neste ensaio, buscamos reintroduzi-la no pensamento contemporâneo de duas maneiras. Em primeiro lugar, e rapidamente, como um princípio metodológico cujas ressonâncias invocam noções de Gilles Deleuze e Michel Foucault. E, em segundo lugar, de forma mais detalhada, enquanto um *ethos* prescritível aos usuários das plataformas digitais de comunicação — uma atitude antropofágica que contrapomos às devorações conceituais do vampiro e do zumbi, em um esboço de *fiction-theory* que nos ajuda a compreender aspectos da comunicação digital no presente.

PALAVRAS-CHAVE

antropofagia; plataformas digitais; novas tecnologias

DEVORAÇÃO COMO MÉTODO

Quando o poeta e filósofo brasileiro Oswald de Andrade (1928/1990) publicou seu “Manifesto Antropófago”, em 1928, ele tinha alguns inimigos em mente. Seu projeto estético buscava diferenciar-se das vanguardas europeias de então, do beletismo parnasiano de muitos de seus colegas brasileiros, e, também, do identitarismo literário nacional que naquele momento irrompia como força aglutinadora. Mas a grande novidade de sua proposta estava no fato de que essas diferenças eram perseguidas não através de um afastamento negativo, e, sim, por meio de uma proximidade radical, que desencadeava consequências fusionais. O projeto antropofágico não comportava qualquer traço de solipsismo. A ideia de Oswald não era em absoluto afastar-se de seus inimigos, mas comê-los — integrá-los em um processo digestório em que devorado e devorador saíam modificados, dando origem a uma terceira coisa, a uma novidade estética resultante desse encontro metabólico.

Inspirada nos rituais antropofágicos dos antigos tupinambá, a antropofagia de Oswald de Andrade (1928/1990) ganhava assim os contornos de uma fórmula heterogenética, uma espécie de roteiro programático que tinha como horizonte a criação da diferença: *um come o outro para, assim, dar origem a outro outro*. Elaborada nestes termos potencialmente algébricos, a tal fórmula tupi abria brechas para sua própria aplicação em outros territórios da criação, do pensamento e da vida. Tanto é que, em quase 100 anos de história, a ideia renovou-se em usos variados e insuspeitos: da música popular às artes digitais, da história à filosofia, da esquizoanálise às ciências da comunicação. A antropofagia tornou-se *methis*: uma inteligência prática, algo próximo a um método para a criação de diferenças nos campos mais diversos. Em muitas investigações acadêmicas, por exemplo, a formulação antropofágica poderia ser adotada, talvez não como um método plenamente elaborado, mas ao menos como um princípio metodológico, como uma postura útil para se aproximar de uma discussão teórica ou de determinada configuração da realidade.

Para imaginar a antropofagia enquanto princípio metodológico útil aos investigadores do presente, inclusive no campo das ciências da comunicação, pode ser interessante aproximá-la (ao modo antropofágico?) de algumas ideias que a princípio lhe são alheias. Noções delineadas cerca de 50 anos após o “Manifesto Antropófago”, mas que involuntariamente o ressoam, complementam, comentam. A primeira delas é a noção que entende a teoria como uma *caixa de ferramentas*. A primeira vez em que essa metáfora veio à tona foi em um diálogo entre os filósofos franceses Michel

Foucault e Gilles Deleuze (1972/1979), nos anos 1970. Nesta conversa, a certa altura, Deleuze propôs:

uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante... É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou. Não se refaz uma teoria, fazem-se outras; há outras a serem feitas. É curioso que seja um autor que é considerado um puro intelectual, Proust, que o tenha dito tão claramente: tratem meus livros como óculos dirigidos para fora e se eles não lhe servem, consigam outros, encontrem vocês mesmos seu instrumento, que é forçosamente um instrumento de combate. A teoria não totaliza; a teoria se multiplica e multiplica. É o poder que por natureza opera totalizações, e você [Foucault] diz exatamente que a teoria, por natureza, é contra o poder. (p. 71)

Com a noção de *caixa de ferramentas*, Deleuze deixa clara a concepção de que as teorias devem servir à novidade do pensamento, e não o contrário. Um investigador, desse modo, não deveria prender-se à totalidade daquilo que lê, reduzir suas ideias ao já-dito que habita a bibliografia, mas sim realizar leituras parciais, assistemáticas, apropriar-se das ideias alheias enquanto ferramentas úteis à invenção de uma nova teoria, úteis à invenção da diferença. Há aqui uma evidente relação com o que se poderia chamar de um “princípio metodológico antropofágico”. Como escreve o filósofo Carlos Coelho (2021), ao fazermos uso deste princípio,

a relação que estabelecemos com a tradição é uma relação antropofágica. A saber, lemos e “interpretamos” os textos não por empatia, tentando reconstituir o outro enquanto tal, o discurso do outro enquanto tal, mas lemos, diferimos e absorvemos os nutrientes do texto e defecamos tudo aquilo que não nos interessa. (p. 13)

Enquanto Deleuze escolhia ferramentas, talvez Oswald deglutiisse nutrientes — de qualquer forma, a ambos interessava uma apropriação sempre parcial do outro, que tivesse, como resultado, a criação de algo novo.

Deleuze prosseguia: a caixa de ferramentas deveria servir à criação de uma teoria que, além de nova, em certo nível, fosse colocada contra o poder (Foucault & Deleuze, 1972/1979). Isto é: justamente contra aquilo que estabelece o que é permitido e o que não é permitido pensar. É nesse sentido que, muitas vezes, uma nova teoria se apropria de uma outra teoria

até mesmo para traí-la, para denegá-la em sua coesão ulterior. Em uma entrevista, Michel Foucault (1975/2006), ao retomar a noção da caixa de ferramentas, deixou bastante evidente este aspecto:

um livro é feito para servir a usos não definidos por aquele que o escreveu. Quanto mais houver usos novos, possíveis, imprevistos, mais eu ficarei contente. Todos os meus livros, seja *História da Loucura*, seja outros, podem ser pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, tal ideia, tal análise como de uma chave de fenda, ou uma chave-inglesa, para produzir um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, inclusive, eventualmente, os próprios sistemas de que meus livros resultam, pois bem, tanto melhor! (p. 52)

Quão próximos nos mantemos aqui em relação aos mecanismos da própria antropofagia? O pragmatismo inventivo, libertário, avesso aos programas, que está presente na ideia de caixa de ferramentas parece nos levar a princípios semelhantes aos da devoração antropofágica, a algo análogo à sua capacidade de apropriação transfiguradora que engendra novos vetores de pensamento. Como escreve Suely Rolnik (1998), na antropofagia,

é da vizinhança paradoxal entre heterogêneos, feita de acordos não resolvidos e não remetidos a uma totalidade, que emana o sentido. (...) Qualquer experimentação pragmática, seja ela mais ou menos bem sucedida, vale mais do que a imitação estéril de modelos. (p. 6)

Não perfazer uma teoria, mas servir-se dela como um banquete (ou uma caixa de ferramentas) — aí está um princípio que Oswald de Andrade (1928/1990), em seu “Manifesto”, traduzia em uma máxima telegráfica: “contra todos os importadores da consciência enlatada. A existência palpável da vida” (p. 48).

Há ainda uma outra noção formulada por Deleuze (1990/1992) que pode ser aproximada daquilo que vislumbramos como um princípio metodológico antropofágico. É o procedimento que o filósofo caracterizou como *enrabar*. Em um texto de passagens autobiográficas, Deleuze ensaia esta noção ao descrever a maneira com que ele mesmo se apropriava das teorias de outros filósofos para, desse modo, escrever sua história da filosofia.

Minha principal maneira de me safar nessa época foi concebendo a história da filosofia como uma espécie de enrabadada, ou, o que dá no mesmo, de imaculada concepção.

Eu me imaginava chegando pelas costas de um autor e lhe fazendo um filho, que seria seu, e, no entanto, seria monstruoso. Que fosse seu seria muito importante, porque o autor precisava efetivamente ter dito tudo aquilo que eu lhe fazia dizer. Mas que o filho fosse monstruoso também representava uma necessidade, porque era preciso passar por toda espécie de descentramentos, de quebras, emissões secretas que me deram muito prazer. (Deleuze, 1990/1992, p. 14)

Na operação teórica de *enrabar*, o primeiro movimento é o da surpresa: “chegar pelas costas de um autor”, ou seja, dar um uso surpreendente às suas teorias, criar sentidos insuspeitos para aquilo que ele escreveu. Esse procedimento tem como objetivo dar à luz um “filho monstruoso”, isto é, criar uma nova teoria como resultado desta “imaculada concepção”. Nesta fecundação ressignificante, o autor *enrabado* pode ser apenas parcialmente reconhecido: seus traços se assemelham apenas levemente aos traços do filho monstruoso. Ao exercer essa performance com as teorias alheias, o investigador pratica um tipo particular de respeito. Não um respeito conservador, que mantém os originais intactos, mas um respeito transfigurador, que transforma as ideias de modo a revitalizá-las, dotá-las de um vigor inesperado em um novo contexto de pensamento.

Onde Gilles Deleuze falava em *enrabar*, talvez Oswald de Andrade falasse em *devorar*. Afinal, o que é a antropofagia senão uma criação metabólica desencadeada no encontro com o outro? Uma criação que não conserva o outro e nem o próprio, mas que gera um terceiro elemento na fricção deste encontro: o resultado da devoração canibal coincide com o filho monstruoso *deleuzeano*. É o que observam, a respeito da antropofagia, Filipe Ceppas e João Camilo Pena (2021):

a absorção não unifica o outro, anexando-o a si mesmo e convertendo-o à própria imagem; o mesmo nessa configuração nunca terá existido. As relações se dão em um espaço de exterioridade exogâmica em que o ser é um resto que devora um outro resto do outro, num processo de metamorfose inconclusa e permanentemente em aberto. (p. 11)

Talvez, se fosse delineado de forma mais exaustiva um método antropofágico de pesquisa, ele manifestaria enormes semelhanças com as noções de *enrabar* e de *caixa de ferramentas* como foram propostas por Deleuze e Foucault (1972/1979). Um método que se afastaria das reproduções estéreis, dos entendimentos já consolidados, dos pontos pacíficos,

das zonas de segurança do pensamento. Um método que, por sua natureza, comportaria certo risco inerente à criação de compreensões outras, novas, surpreendentes. No campo das ciências da comunicação, área cujos objetos se transformam radicalmente a reboque das inovações tecnológicas e das movimentações vertiginosas do capital, um princípio metodológico orientado para a criação de novas compreensões parece fazer bastante sentido. A antropofagia como método parece algo promissor e que, talvez, venha a se revelar mesmo como necessário.

Mas a ideia da antropofagia, mesmo nas ciências da comunicação, não é algo útil apenas enquanto princípio metodológico. O antropófago pode servir ainda como um personagem conceitual que nos auxilia a compreender certas configurações do presente. É uma dessas compreensões que perseguiremos a seguir: uma imagem da comunicação digital contemporânea na qual o canibalismo tupinambá/*oswaldiano* se insere como uma possibilidade ética — e, portanto, útil para a vida no presente.

DEVORAÇÃO *ÉTHOS*

Uma pequena casta de vampiros instala-se como um mecanismo cibernético capaz de produzir e controlar hordas de zumbis hiperativos. Em sua incessante perambulação maquínica, os zumbis geram imensas quantidades de seu próprio sangue para alimentar os vampiros, que, então, engordam e ampliam seus poderes. Rapidamente o domínio cibernético dos vampiros se expande, mobilizando cada vez mais hordas de zumbis ao redor do mundo. Mas em uma ilha ao sul, uma tribo de antropófagos ameaça comprometer o programa.

Argumento de filme de terror B ou sinopse de ficção científica *pulp*, esse exótico ecossistema de devoradores poderia ser desenvolvido, também, como uma esclarecedora peça de *fiction-theory*. Vampiros, zumbis, antropófagos: personagens conceituais, no sentido dado por Deleuze e Guattari (1991/2007), que podem mobilizar o pensamento em direção a certos problemas do presente. Alguns deles: (a) quais características performativas pelas plataformas digitais de comunicação podem ser úteis para descrevê-las?; (b) que formas subjetivas e coletivas podem ser produzidas por meio de sua agência?; e (c) que táticas e práticas podem ser acionadas como contra-condutas a essa produção algorítmica? Vampiros, zumbis, antropófagos: três personagens conceituais que, com ontologias e apetites próprios, recolocam cada uma dessas questões sob o signo da devoração.

Monstro do capital ou criatura do mercado, a figura do vampiro já foi invocada inclusive em textos clássicos para disparar análises acerca das sociedades capitalistas em suas diferentes manifestações ou estágios de desenvolvimento. É bastante conhecido, por exemplo, o curioso ensaio escrito por Voltaire (1764/2020, p. 715) ainda no século XVIII. Mas para além das anedotas, foi Karl Marx (1867/1996) quem ofereceu uma compreensão vampiresca acerca de um dos mecanismos fundamentais da acumulação capitalista. Entre as várias imagens góticas que assombram *O Capital*, os conceitos de *trabalho morto* e de *trabalho vivo* são articulados em uma relação sanguinolenta:

o capital é trabalho morto que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo, e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a sua força de trabalho. (p. 347)

Embora pertencente a outra classe de devoradores, também o zumbi foi diversas vezes solicitado para uma figuração inglória do capitalismo. Basta lembrar que, em suas origens, entre os séculos XVIII e XIX, a figura do zumbi fazia referência aos trabalhadores forçados dos canaviais haitianos (McNally, 2011, p. 211). Vítimas de uma feitiçaria que os enclausurava ao transe, esses trabalhadores *zumbificados* estariam condenados a uma atividade produtiva incessante, a ser exercida noite e dia, mesmo após a morte, nas plantações de seus senhores.

Tempos depois, já aclimatados aos Estados Unidos da América, os zumbis se tornaram protagonistas de outras críticas ao capital, sobretudo com o cinema de George A. Romero. No fim da década de 1970, por exemplo, em seu clássico *Dawn of The Dead* (O Renascer dos Mortos), Romero (1978) fez os zumbis vagarem por um centro comercial, equiparando sua voracidade por corpos humanos ao consumismo desenfreado em um contexto de arrancada neoliberal.

Levando em conta essas duas séries de figurações monstruosas, mais do que devoradores antagonistas, vampiros e zumbis se revelam como criaturas complementares: enquanto os primeiros exploram ou controlam, os segundos são as sujeições produzidas pela exploração ou pelo controle; enquanto os primeiros formam um pequeno e aristocrático grupo, os segundos se amontoam em massas disciplinadas ou hordas agitadas; enquanto os primeiros se beneficiam do capital, os segundos são colocados — forçosa ou voluntariamente — a seu serviço.

Como Viktor Frankenstein e sua Criatura, o vampiro e o zumbi são duplos, dois pontos que se conectam em uma sociedade dividida. Se os vampiros são seres temíveis que podem nos possuir e nos transformar em seus dóceis servos, os zumbis representam nossa assombrada autoimagem, nos alertando para que talvez já estejamos sem vida, como agentes desempoderados a serviço de um poder alheio. (McNally, 2011, p. 253)

Na contemporaneidade, novos modelos de negócio atualizam os meios de acumulação capitalista. Empresas configuradas como plataformas digitais têm constituído monopólios e gerado lucros bilionários através da extração, do armazenamento e do processamento de enormes quantidades de dados de seus usuários. Diversos analistas têm se esforçado para descrever esse novo cenário, que já foi designado por alguns nomes: “capitalismo de vigilância”, “capitalismo de plataforma”, “capitalismo de dados” (Srnicek, 2017; West, 2019; Zuboff, 2019/2020). Neste contexto, vampiros e zumbis parecem não ter perdido a vitalidade enquanto personagens conceituais. Transformados, esses monstros do capital ainda exercem suas devorações em novos habitats, povoando a escuridão dos códigos algorítmicos e *data centers*.

Portanto, para compreender certos aspectos dessa nova configuração capitalística, ou pelo menos para investigar sua expressão nas plataformas digitais de comunicação, parece viável atentar-se aos hábitos alimentares, aos mecanismos de predação e às formas de devoração exercidas pelos vampiros e zumbis contemporâneos. Perseguir os devoradores que habitam o capitalismo de plataforma e observá-los em pleno exercício de sua fome pode resultar em um monstruoso diagnóstico do presente, no sentido atribuído por Michel Foucault (1994, p. 449).

Mas se quisermos permanecer à altura da formulação *foucaultiana*, ou seja, se quisermos não apenas descrever as forças que compõem o presente, mas também esboçar uma possibilidade de fratura em relação a elas, então a triste companhia de vampiros e zumbis talvez nos seja insuficiente. Para traçar algum vetor de liberdade concreta, de transformação possível, talvez seja preciso introduzir neste ecossistema mais um tipo de devorador: o antropófago.

À semelhança dos vampiros e dos zumbis, o antropófago também já foi personagem de uma série de reflexões sobre as sociedades modernas. Uma corrente talvez inaugurada por Michel de Montaigne (1580/2009), no século XVI, mas com contribuições incontornáveis de Oswald de Andrade

(1928/1990) no alvorecer do século XX. Nas últimas décadas, o antropófago continua sendo revisitado como um personagem de grande vigor conceitual, merecendo a atenção de diversos pensadores ocupados com o presente: das considerações esquizoanalíticas de Suely Rolnik (1998, 1998/2000, 2007) à ontofagia de Carlos Coelho (2021), passando pelas inquietantes teorias de Norval Baitello Junior (2014).

No trabalho de todos esses e de muitos outros pensadores, sobretudo brasileiros, a antropofagia sempre irrompe como uma possibilidade de transgressão, ou pelo menos como algum tipo de alternativa em relação ao *status quo*. Se a hipótese que esboçaremos a seguir é a de que o capitalismo de plataforma funciona com certas características vampírescas, e que esta formação socioeconômica produz subjetividades algorítmicamente *zumbificadas*, será possível vislumbrar nas devorações antropofágicas a possibilidade de uma fratura virtual para o presente? Sem a pretensão de esgotar a questão, este ensaio irá introduzi-la esboçando um entendimento acerca desses três devoradores latentes no capitalismo contemporâneo: o vampiro, o zumbi e o antropófago.

O VAMPIRO

“No século XXI, o capitalismo avançado centrou-se na extração e no uso de um tipo particular de matéria-prima: os dados” (Srnicek, 2017, p. 16). Para obtê-los, empresas, hoje bilionárias, desenvolvem plataformas digitais sofisticadas, que oferecem serviços variados. Essas plataformas são constituídas por mecanismos algorítmicos cujo objetivo central é a extração dos dados pessoais de seus usuários. Uma vez extirpadas, essas informações em estado bruto são processadas por meio de diversas tecnologias de inteligência artificial, que, então, irão organizá-las em metadados cujo uso comercial, por sua vez, varia de acordo com o modelo de negócios de cada plataforma. Em razão disso, essas ferramentas são estrategicamente desenvolvidas para se posicionarem *entre* os usuários, ou seja, como um meio de comunicação entre eles.

Como um espaço comunicativo artificial, as redes sociais são programadas com uma transparência absoluta, que permite aos seus desenvolvedores registrarem as mínimas ações e interações entre os usuários e convertê-las, uma a uma, em fontes de dados capitalizáveis (Han, 2012/2014, p. 71). Cliques, visualizações de conteúdo, postagens de textos, compartilhamentos de imagens ou *emojis*, curtidas, comentários. Toda atividade

online está sujeita a tornar-se dado extraível que, uma vez processado, é instrumentalizado para o direcionamento de conteúdo — muitos deles, anúncios publicitários. É por esse e outros motivos que Shoshana Zuboff (2019/2020) cunhou o termo “capitalismo de vigilância” para se referir às atuais estratégias de acumulação financeira via plataformas digitais. Nesse sentido, é possível caracterizar as redes sociais como uma modalidade cibernética de vigilância, a atualização tecnocapitalista de um mecanismo que nos observa sem que possamos observá-lo — à maneira de um vampiro que nos espreita, escondido entre as sombras.

Mas o aspecto vampiresco das redes não se expressa tanto em sua capacidade traiçoeira de vigilância, e sim em seu funcionamento basicamente parasítico. Como sabemos, ontologicamente, vampiros são seres sem vida própria, e sua existência no mundo está condicionada à devoração da vida alheia. Portanto, é sugando o sangue dos outros que os vampiros adquirem vitalidade e intensificam seus poderes. Essa lógica vampiresca se perfaz nas plataformas de comunicação — sem a atividade de seus usuários, elas são privadas daquilo que constitui seu capital vital: os dados. No sentido inverso, quanto mais os usuários se engajam nas redes, quanto mais eles curtem, compartilham, comentam e postam, quanto mais, enfim, suas vidas são convertidas em dados, maior é o capital sugado e acumulado pelas plataformas.

A conexão digital é agora um meio para fins comerciais de terceiros. Em sua essência, o capitalismo de vigilância é parasítico e autorreferente. Ele revive a velha imagem que Karl Marx desenhou do capitalismo como um vampiro que se alimenta do trabalho, mas agora com uma reviravolta. Em vez do trabalho, o capitalismo de vigilância se alimenta de todos os aspectos da experiência humana. (Zuboff, 2019/2020, p. 20)

É por isso que o capitalismo de plataforma também poderia ser descrito como uma formação socioeconômica baseada na instalação de mecanismos cibernéticos vampíricos com vista à acumulação financeira. Sob esta perspectiva, percebe-se que as plataformas atuam hoje em uma lógica parasítica, vampiresca, e são algorítmicamente programadas para extraírem dados capitalizáveis. Mas se a eficácia em extrair e instrumentalizar dados vitais é fundamental para o sucesso econômico das plataformas, há ainda uma tarefa anterior e igualmente imprescindível, sem a qual elas jamais poderiam instalar-se enquanto vampiros: a sedução dos usuários.

Ainda nos anos 1980, o filósofo Gilles Lipovetsky (1983/1989) percebeu que, nas sociedades ocidentais contemporâneas, a gestão disciplinadora tendia a ceder espaço para as estratégias sedutoras. A administração e a exploração dos indivíduos e das coletividades passaria então por uma alteração substancial. Na bem conhecida descrição de Michel Foucault (1975/2014), as sociedades disciplinares foram definidas fundamentalmente pela lógica coercitiva — enquanto mecanismo de poder, a disciplina se vale de regras rígidas, proibições claras, instituições austeras, procedimentos punitivos e espaços de confinamento cujo objetivo é a produção de sujeitos dóceis. No entanto, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, estaríamos experimentando uma nova forma de sujeição baseada na sedução. Indivíduos e coletividades seriam *cada vez menos obrigados* a performarem quaisquer comportamentos, mas *cada vez mais seduzidos* em direção a eles, sendo levados a adotá-los sem qualquer tipo de coerção externa.

A sedução generalizada é endereçada aos desejos, às emoções, ao conjunto dos prazeres: ela incita e motiva, escuta e encoraja, agrada e toca. Em todo lugar, injunções autoritárias e uniformizantes dão lugar a um universo de vocações e encorajamentos, abrindo espaço para a escolha e a iniciativa individual. Desejabilidade no lugar da sanção, atratividade no lugar da obrigação, compreensão e livre expressão no lugar da coerção: é assim que o império da sedução pôs fim ao modo disciplinar de socialização dos corpos. (Lipovetsky, 2017, p. 233)

Quando analisamos o capitalismo de plataforma, percebemos que seus empreendimentos também parecem fortalecer essa tendência, operando muito mais na lógica da sedução do que na da disciplina. Afinal, muito raramente somos obrigados a utilizar qualquer plataforma e, teoricamente, somos livres para nos desconectar delas a qualquer momento. No entanto, seus desenvolvedores sofisticam mecanismos algorítmicos que nos fazem desejar acessá-las, que nos seduzem a permanecer conectados, nos encorajando a interagir febrilmente e a retornar a elas como quem retorna a um vício.

Para as empresas, é indispensável que os usuários frequentem as plataformas o máximo possível, pois quanto maior essa frequência, mais dados capitalizáveis elas poderão extrair. Desse modo, o desenvolvimento de mecanismos cibernéticos de sedução é um investimento incontornável para as plataformas digitais de comunicação, com reflexos diretos em sua lucratividade. É com esse aparelhamento sedutor que as plataformas

participam do que hoje se convencionou chamar de “economia da atenção” (Beck, 2001; Citton, 2016). No cenário contemporâneo, o capitalista torna-se não apenas o detentor exclusivo dos meios de produção, como definiu Marx (1867/1996), mas também o detentor prioritário dos *meios de sedução*.

Vigilante, parasítico e, sobretudo, sedutor — este é o vampiro que hoje datifica, controla e explora economicamente grandes porções de nossas vidas sociais. Mas se, em sua devoração específica, o vampiro é capaz de figurar o funcionamento das plataformas no capitalismo contemporâneo, talvez seja ainda necessário dedicar um pouco mais de atenção aos seus expedientes algorítmicos de sedução. Neste momento, parece urgente investigar qual forma de sujeição as plataformas-vampiro podem produzir em suas vítimas, isto é, os usuários das plataformas digitais. Quais atributos a devoração vampírica produz na subjetividade de suas presas? Com que características esses devoradores sobredeterminam aqueles que são devorados? E, talvez, finalmente, indo mais abaixo na cadeia alimentar, posamos também perguntar: o que, por sua vez, devoram os devorados?

O ZUMBI

Nas últimas décadas, uma mudança nas figurações cinematográficas do zumbi despertou a atenção dos aficionados pelo gênero. Principalmente a partir de *28 Days Later* (28 Dias Depois; Boyle, 2002), muitos zumbis passaram a ser imaginados com uma espécie de melhoramento evolutivo: a velocidade (Dendle, 2011, p. 175). É verdade que, de certo modo, zumbis sempre foram criaturas hiperativas, mesmo quando ostensivamente lentos. Ainda em sua expressão haitiana, eles eram caracterizados por uma atividade ininterrupta, figurados como trabalhadores em transe cuja produtibilidade ignorava qualquer esgotamento físico ou mental. Se admitirmos que esses zumbis ultraproductivos, porém lentos, figuravam uma sujeição possível ao capitalismo próprio de seu tempo, isto é, aquele dos séculos XVIII e XIX, talvez seja inevitável procurar nos velozes zumbis de hoje uma espécie de variante acelerada dessa mesma subjetividade. Zumbis que correm parecem expressar, enfim, uma atualização psíquica, afetiva e comportamental a que estaríamos sujeitos no capitalismo tardio.

Autores diversos têm identificado um incremento de hiperatividade no sujeito contemporâneo. O filósofo sul-coreano Byung Chul-Han (2010/2015), por exemplo, nos dá notícias de um *sujeito do desempenho*, incessantemente estimulado à atividade em alta performance. Na indistinção entre tempo de trabalho e tempo livre, o sujeito do desempenho seria a todo instante encorajado a reagir rapidamente a estímulos direcionados a

algum tipo de capitalização. Em uma perspectiva complementar, o pensador alemão Christoph Türcke (2012/2016) nos fala de uma *cultura do déficit de atenção e hiperatividade* intensificada pelo “dilúvio de impulsos com que a alta tecnologia nos rodeia” (p. 78).

Igualmente sensível a este cenário de aceleração e excitação generalizada, Jonathan Crary (2013/2016) investiga como o capitalismo tardio objetiva a criação de sujeitos sem sono ou necessidade de descanso, que operam em funcionamento contínuo. O ensaísta atenta inclusive para “o leque de forças que valorizam o indivíduo que está constantemente envolvido, operando, reagindo ou processando em algum meio telemático” (p. 17). Essas forças, afirma Crary, encaminhariam o sujeito contemporâneo a “uma ocupação relativamente ininterrupta com telas iluminadas de diversos tipos, que exigem constantemente interesse ou resposta” (p. 65).

Evidentemente, uma das forças que concorrem para produzir essa subjetividade hiperativa é exercida pelas plataformas digitais de comunicação. O modelo de negócio das plataformas, aliás, depende desse tipo de subjetividade para prosperar. Permanentemente conectado, afetivamente mobilizado, estimulado a reagir aos mínimos apelos, ansioso por interações de qualquer tipo e irremediavelmente comunicativo — este é o sujeito ideal do capitalismo de plataforma, o usuário-tipo que os algoritmos se esforçam em produzir. Para isso, bilhões de dólares são gastos anualmente no desenvolvimento de códigos que performam estratégias sedutoras, estimulando os usuários a um desassossego que resulta na disponibilização dos dados gerados por sua hiperatividade online. A produção de zumbis inquietos que clicam e teclam obstinadamente é produto de um cálculo algorítmico e financeiro por parte dos tecnocratas, que lucram em proporção direta ao incremento de sua hiperatividade.

É comum imaginar zumbis como criaturas apáticas, se arrastando com certa morbidez sintomática de uma essencial falta de vontade. No entanto, no cinema ou na literatura, há raras notícias de zumbis que dormem — em geral, eles são sempre figurados como criaturas incansáveis, diuturnamente ativas no trabalho ou na devoração de corpos humanos. Hoje, para além das alegorias, essa hiperatividade parece ter sido tecnologicamente acelerada pelo capitalismo de plataforma e seu funcionamento vampírico. Na verdade, certa *zumbificação* é parte das operações algorítmicas desses programas: para que eles funcionem, é imprescindível a produção de zumbis que possam ser *vampirizados* na forma de dados. Desse modo, as hordas de zumbis tornam-se componentes indispensáveis das plataformas-vampiro, colaborando para seu funcionamento em uma espécie de sujeição maquínica.

Atualmente, uma das principais estratégias das plataformas-vampiro para impulsionar a frequência de seus usuários-zumbis chama-se “algoritmo de recomendação”. Esse mecanismo digital, presente na maioria das plataformas de comunicação hegemônicas, opera seduzindo os usuários por meio da personalização de conteúdo. O algoritmo de recomendação funciona ciberneticamente, com *inputs* e *feedbacks*, em duas etapas básicas. Na primeira fase, o algoritmo vigia as ações dos usuários na plataforma, identificando quais conteúdos mais lhe interessam (aqueles que ele visualizou durante maior tempo ou que provocaram uma maior interação, por exemplo). Baseado nessa detecção, o algoritmo direciona aos usuários conteúdos similares com o objetivo de intensificar o seu engajamento. Programaticamente, o algoritmo de recomendação funciona em *feedback* positivo, atualizando uma espiral ascendente: quanto mais o usuário frequente a plataforma, mais ela apresenta conteúdos que o agradam, o que faz com que ele intensifique sua frequência na plataforma para um círculo superior e assim por diante.

Além de mobilizar os usuários-zumbis à hiperatividade, essa estratégia de engajamento também incide em outras consequências subjetivas para os frequentadores das plataformas, complementando seu processo de *zumbificação*. Isso porque os algoritmos de recomendação produzem aquilo que se convencionou chamar de *filter bubble* ou ainda de *echo chambers*. Essas bolhas, ou câmaras de eco, descrevem a paisagem experimentada pelos usuários das plataformas sob o efeito da personalização algorítmica. Com o tempo, ao acessá-las, o usuário se depara com cada vez mais conteúdos que lhe agradam e, por outro lado, visualiza cada vez menos conteúdos que o desagradam. De certo modo, o sistema cria então uma espécie de labirinto de espelhos: quase tudo o que o usuário visualiza é uma imagem de si mesmo, uma projeção de seu próprio ego. “Cada vez mais, o monitor de seu computador torna-se uma espécie de espelho, refletindo seus próprios interesses enquanto observadores algorítmicos vigiam seus cliques” (Pariser, 2011, p. 7). Nas palavras do sociólogo Eli Pariser (2011), “os filtros de personalização servem a uma espécie de autopropaganda invisível, nos doutrinando com nossas próprias ideias, amplificando nosso desejo por coisas familiares” (p. 13).

Enquanto estabiliza a subjetividade em uma identidade pouco exposta a alterações significativas, o algoritmo de recomendação também acaba por criar coletividades de iguais. Comunidades algorítmicas são originadas automaticamente através da aproximação da mesmidade, ou seja, dos usuários que compartilham e consomem conteúdos similares. A

plataforma-vampiro opera assim para uma “compartimentação e fragmentação de zonas de experiência compartilhadas em micromundos fabricados de afetos e símbolos” (Crary, 2013/2016, p. 47). Elas passam a funcionar, então, como “uma caixa de ressonância digital onde o espírito subjetivo já se encontra somente a si mesmo” (Han, 2016/2018a, p. 14).

Não é difícil localizar nas sujeições programadas pelo algoritmo de recomendação uma reformulação digital da figura de Narciso. Mas a afirmação especular de si mesmo é apenas a expressão positiva dessa “máquina narcísica do ego” (Han, 2013/2018b, p. 60). Simultaneamente, mas em seu polo negativo, as bolhas algorítmicas acabam por estimular subjetividades avessas à alteridade. Imerso em um ambiente em que tudo reflete o que ele mesmo já é, o usuário das redes parece atrofiar sua capacidade de assimilar o outro. É como se o sujeito plataformizado se tornasse alérgico à alteridade: o menor sinal de sua presença é recebido com irritação, hostilidade e agressividade. Há uma mobilização de afetos sectários no sentido de expulsar o outro, de mortificá-lo e, no limite, de convertê-lo à mesmidade.

É por isso que a positividade de Narciso é insuficiente para caracterizar os sujeitos produzidos pelas plataformas digitais de comunicação. Para compreender as subjetividades algorítmicas que odeiam a alteridade parece mais promissor perseguirmos novamente a figura do zumbi. Afinal, a devoração do zumbi é um processo ontológico que visa transformar qualquer alteridade em uma mesmidade. O apetite do zumbi é intensamente mobilizado à menor aparição de um não-zumbi. Mas ele não devora o outro para assimilá-lo, senão para mortificá-lo e transformá-lo em um igual. A vítima de um zumbi, quando mordida, passa por uma alteração subjetiva invariável: primeiro, ela morre; depois, torna-se também um zumbi. O zumbi é, dessa forma, o sujeito que não admite a vitalidade de uma alteridade — ele precisa mortificá-la para, logo em seguida, transformá-la em uma mesmidade. Como observam Flávia Cera e Alexandre Nodari (2013):

[zumbis] buscam, a todo momento, reduzir o único outro que reconhecem, os vivos, a um mesmo: comer a sua carne e, nesse gesto, transformá-los em zumbis. (...) Talvez sejam sintomas de como contemporaneamente se encara a alteridade: como catástrofe. (p. 1)

Essa aversão hiperativa à alteridade pode nos dizer muito sobre a sociabilidade exercitada nas plataformas de comunicação contemporâneas. A proliferação da mesmidade faz inchar a bolha dos iguais, expandindo-a com a própria sujeição dos seus usuários. É como se os usuários-zumbis,

em sua mesmidade teleológica, colaborassem ativamente para o funcionamento das *filter bubbles*, tornando-as cada vez mais densas, populosas e autorreferentes. Alastrando a mesmidade em detrimento da alteridade, a viralização zumbi tende a tornar-se pandêmica. Em um processo massivo de *zumbificação*, o que antes circunscrevia-se ao nível micropolítico, ao terreno das subjetividades e das pequenas coletividades, pode invadir a arena da macropolítica e dos grandes movimentos sociais.

O ANTROPÓFAGO

Visto dessa perspectiva, entre plataformas-vampiros e usuários-zumbis, o capitalismo de plataforma parece configurar um ecossistema predatório, denso em forças que se exercem através de pelo menos duas formas de devoração. A devoração dos vampiros é uma sucção parasítica que vigia, seduz, explora, datifica e capitaliza. Os zumbis por ela produzidos, por sua vez, exercem sua própria devoração — um abocanhamento irrestrito que mortifica a alteridade para, logo em seguida, transformá-la em uma mesmidade. A sobreposição dessas duas forças projeta um cenário altamente problemático: estaríamos sujeitos a uma confluência de devorações vampirescas e *zumbificantes*, a poderes de controle e de dessingularização, a forças simultâneas de exploração financeira e de sujeição mesmificante.

Diante de tal configuração de poderes, parece urgente desconcertarmos este ecossistema assimetricamente predatório introduzindo nele uma terceira espécie de devorador. Para estabelecer uma contra-conduta à *vampirização* e à *zumbificação*, para instalar uma força contrária a esses mecanismos de poder, talvez seja preciso reabilitar mais uma vez a figura do antropófago.

Entre as primeiras frases de seu incontornável manifesto, publicado em 1928, o poeta e filósofo Oswald de Andrade (1928/1990) já esclarecia o princípio básico de toda devoração antropofágica: “só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago” (p. 12). Com isso, Oswald indicava a predileção do apetite antropofágico: o estrangeiro, o outro, aquele que definitivamente não é o mesmo. Ao antropófago, interessaria unicamente a devoração da alteridade. Sua dieta se manifestaria em uma curiosidade insaciável pelo outro, em um desejo radical de aproximação fusional com o divergente.

Estendido para o domínio da subjetividade, o princípio antropofágico poderia ser assim descrito: engolir o outro,

sobretudo o outro admirado, de forma que as partículas do universo desse outro se misturem às que já povoam a subjetividade do antropófago e, na invisível química dessa mistura, se produza uma verdadeira transmutação. (Rolnik, 1998/2000, p. 452)

Lei do antropófago: deglutir o outro, mas não para se tornar como ele ou para fazê-lo igual a si mesmo. A antropofagia configura-se como um roteiro para a criação de singularidades e diferenças: um organismo devora um outro, dando origem, então, a uma terceira coisa, produto desse agenciamento digestivo. A devoração do antropófago é um modo de subjetivação que se atualiza em um permanente devir-outro, através de uma comutação constante com o que é exterior ao próprio sujeito. Assim, o antropófago jamais se cristaliza em qualquer identidade fixa e muito menos investe em uma expansão egoica do mesmo. Como escreve Alexandre Nodari (2019), quando o antropófago alimenta-se da carne alheia, “seu objetivo não é incorporar a alteridade na mesmidade, o alheio na identidade, mas outrar-se” (para. 4).

Dessa maneira, a devoração do antropófago é radicalmente distinta daquela do zumbi. Ainda que ambos devorem a alteridade, o resultado de suas mordidas é substancialmente diverso. O zumbi devora o outro para torná-lo igual a si — sua devoração é uma devoção ao mesmo. Já o antropófago devora o outro com a finalidade de originar algo novo — sua devoração é a própria criação da diferença no encontro com a alteridade. “Se o princípio zumbi é acumulação infinita do mesmo, o princípio do canibalismo ritual ameríndio é a metamorfose” (Cera & Nodari, 2013, p. 2).

Se as plataformas de comunicação contemporâneas produzem zumbis por meio de aparatos computacionais como os algoritmos de recomendação e de fenômenos cibernéticos como as *filter bubbles*, invocar o antropófago como um anti-modelo subjetivo é esboçar uma força de resistência a esses mecanismos de sujeição. Afinal, o usuário-zumbi é o resultado de um cálculo tecnocapitalista que acaba estimulando o gosto pela mesmidade e o horror à alteridade. Na tentativa de impulsionar o engajamento de seus usuários — e com isso, a capitalização via extração de dados —, as plataformas criam ambientes especulares, em que o mesmo é valorizado em detrimento do outro. Desses ambientes emergem as epidemias-zumbi, devorando toda a dissidência. Mas para o antropófago, não há nada mais estranho do que o sujeito fascinado por sua própria imagem, e nada mais estúpido do que contaminar a alteridade com a mesmidade. Por isso, as bolhas algorítmicas não o seduzem — ele não pode ser engajado através

dos apelos do mesmo. Dessa forma, o antropófago está imune à epidemia-zumbi — a personalização cibernética é incapaz de mobilizá-lo.

Ao invés de expandir hordas de zumbis ou impulsionar coletividades de iguais, a prática antropofágica tende a formar comunidades de diferentes, aproximando as alteridades, principalmente a mais radical entre elas: a alteridade do inimigo. Entre os antigos tupinambá, ameríndios que inspiraram o pensamento de Oswald, havia uma série de convenções culturais que encorajavam à captura e à devoração dos inimigos. O guerreiro tupinambá que capturava um inimigo para a antropofagia coletiva obtinha prestígio social e também benefícios metafísicos. Além disso, o desejo de ser afetado pela alteridade tornava o inimigo objeto de grande proximidade e hospitalidade por parte de seus captadores: antes de serem devorados, os cativos eram bem tratados, criavam laços com a comunidade e usufruíam de certa liberdade. Às futuras vítimas eram inclusive ofertadas as mulheres da aldeia — talvez não apenas como um gesto de gentileza, mas como forma de torná-las grávidas da alteridade. Todo esse processo de aproximação era coroado pelo ritual antropofágico, momento decisivo em que a assimilação do inimigo atingia seu ponto máximo, e os limites entre o próprio e o alheio perdiam qualquer evidência (Viveiros de Castro, 2014).

Sendo assim, a antropofagia poderia ser atualizada no presente como um modo de subjetivação que desarticulasse as sujeições mesmificantes das plataformas digitais de comunicação e, no sentido contrário, estimulasse subjetividades diferentes e coletividades povoadas por múltiplas alteridades. Mas a antropofagia, além de ser um contraveneno à *zumbificação*, pode ter também propriedades anti-vampíricas. A devoração do inimigo pode ser pensada como uma forma de agenciamento à mais radical das alteridades, mas também enquanto uma incorporação tática das forças que ameaçam o antropófago. É como se, devorando o inimigo, o antropófago tomasse seus poderes para si, servindo-se deles, inventando para estes poderes novos e impensados usos.

“A transformação permanente do tabu em totem” (Andrade, 1928/1990, p. 12). A inversão da fórmula *freudiana* pode ter vários sentidos mas, da maneira como aparece no manifesto escrito por Oswald de Andrade, descreve objetivamente um dos efeitos da devoração antropofágica: a transformação de um valor negativo em um valor positivo. O inimigo para o antropófago não é algo a ser evitado — afinal, não seria sensato recusar um banquete. Pelo contrário, é imperativo devorar o inimigo para nutrir-se de suas forças. Quando se encontra sob qualquer ameaça, a tática do antropófago não é a da fuga ou a do isolamento, mas a da aproximação fusional que come,

digere e incorpora a força alheia. No contexto das novas tecnologias, incluindo aquelas ligadas à comunicação, isso significa aproximar-se dos aparatos, incorporar as ferramentas, dominar seus dispositivos por meio de uma atividade deglutiva — comer os algoritmos, devorar a plataforma-vampiro. Isto é: incorporar seu saber para, então, estabelecer novas relações de poder.

Não é por acaso que o *cyberpunk* Jérémie Zimmerman (Yov Tupy, 2015), quando visitou o Brasil em 2014, identificou na antropofagia as bases culturais para uma apropriação libertária das tecnologias digitais. Mas antes dele, outros pesquisadores da mídia tática já haviam reabilitado para o presente a figura dos “bárbaros tecnizados” prefigurados por Oswald em seu manifesto. É o caso de Ricardo Rosas e Giseli Vasconcelos (2006), que criaram mesmo um neologismo para se referir à atualização da antropofagia no contexto contemporâneo: *digitofagia*.

No capitalismo de plataforma, a prática antropofágica — ou *digitofágica* — se reconfigura também como devoração criativa das novas tecnologias de comunicação. Devorar as plataformas hegemônicas pode significar, por exemplo, a criação de plataformas alternativas, meios de comunicação digitais com programas radicalmente diferentes daqueles instalados nas plataformas-vampiro. Seria possível, por exemplo, conceber e desenvolver algoritmos antropofágicos? Algoritmos que desencorajam a mortificação do outro e a viralização do mesmo, mas, no sentido contrário, incitam à aproximação transformadora com a alteridade? Canibalizar as novas tecnologias também pode ter a ver com criar espaços comunicativos desinteressados na *vampirização* de dados, no controle ou na exploração financeira, mas assentes em princípios algorítmicos libertários, avessos às relações assimétricas de poder que as plataformas hegemônicas estabelecem com seus usuários.

Devorar os zumbis, devorar os vampiros — desfuncionalizar os usuários e desaparecer as tecnologias. Por um lado, a antropofagia oferece um modo de subjetivação baseado na alteridade, e que, portanto, escapa à sujeição instituída pela personalização algorítmica. Por outro, ela também encoraja à apropriação das tecnologias existentes, exortando à invenção de meios de comunicação libertários. É dessa maneira que a prática antropofágica pode se tornar novamente útil enquanto *ethos*, enquanto contra-conduta à *vampirização* e à *zumbificação* exercitadas no capitalismo de plataforma. A antropofagia como uma terceira devoração é, em suma, uma potência de autonomia subjetiva e tecnológica a ser exercida nas fronteiras em que o capitalismo tardio performa suas novas sujeições e explorações. Como escreve o teórico da mídia Andrew Culp (2016/2020), “a questão não é sair deste lugar, mas canibalizá-lo – pode ser que sejamos deste mundo, mas certamente não somos a favor dele” (p. 33).

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

REFERÊNCIAS

- Andrade, O. de. (1990). *A utopia antropofágica. Obras completas de Oswald de Andrade*. Globo. (Trabalho original publicado em 1928)
- Baitello, N., Jr. (2014). *A era da iconofagia: Reflexões sobre imagem, comunicação, mídia e cultura*. Paulus.
- Beck, J. (2001). *The attention economy: Understanding the new currency of business*. Harvard Business School Press.
- Boyle, D. (Diretor). (2002). *28 days later* [Filme]. British Film Council; DNA Films.
- Ceppas, F., & Penna, J. C. (2021). Antropofagias futuras, seus tempos e textos. *DasQuestões*, 11(1), 1–21.
- Cera, F., & Nodari, A. (2013). A horda zumbi. *Rastros*, (6), 1–4.
- Citton, Y. (2016). *The ecology of attention*. Polity Press.
- Coelho, C. C. (2021). *Ontofagia – Um materialismo mágico: A bruxa, a ciborgue, a vegana, o canibal, o cristo, o vírus, o zumbi, o capital, a natureza e os bichos*. Ape’Ku.
- Crary, J. (2016). *24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono* (J. Toledo Jr., Trad.). Ubu Editora. (Trabalho original publicado em 2013)
- Culp, A. (2020). *Dark Deleuze: Pela morte deste mundo* (C. de Moura, Trad.). GLAC Edições. (Trabalho original publicado em 2016)
- Deleuze, G. (1992). *Conversações: 1972-1990* (P. P. Pelbart, Trad.). Editora 34. (Trabalho original publicado em 1990)
- Deleuze, G., & Foucault, M. (1979). Os intelectuais e o poder. In M. Foucault (Ed.), *Microfísica do poder* (pp. 69–78; M. T. Oliveira & R. Machado). Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1972)
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2007). *O que é a filosofia?* (B. Prado Jr. & A. A. Munoz, Trads.). Editora 34. (Trabalho original publicado em 1991)

- Dendle, P. (2011). Zombie movies and the “millennial generation”. In D. Christie & S. J. Lauro (Eds.), *Better off dead: The evolution of the zombie as post-human* (pp. 159–162). Fordham University Press.
- Foucault, M. (1994). *Dits et écrits IV*. Gallimard.
- Foucault, M. (2006). *Michel Foucault: Entrevistas* (V. Portocarrero & G. G. Carneiro, Trans.). Graal. (Trabalho original publicado em 1975)
- Foucault, M. (2014) *Vigiar e punir: Nascimento da prisão* (P. E. Duarte, Trad.). Edições 70. (Trabalho original publicado em 1975)
- Han, B.-C. (2014). *A sociedade da transparência*. Relógio D'Água. (Trabalho original publicado em 2012)
- Han, B.-C. (2015). *Sociedade do cansaço* (E. P. Giachini, Trad.). Editora Vozes. (Trabalho original publicado em 2010)
- Han, B.-C. (2018a). *A expulsão do outro* (M. S. Pereira, Trad.). Relógio D'Água. (Trabalho original publicado em 2016)
- Han, B.-C. (2018b). *No enxame: Reflexões sobre o digital* (M. S. Pereira, Trad.). Relógio D'Água. (Trabalho original publicado em 2013)
- Lipovetsky, G. (1989). *A era do vazio* (M. S. Pereira & A. L. Faria, Trad.). Relógio D'Água. (Trabalho original publicado em 1983)
- Lipovetsky, G. (2017). *Plaire et toucher. Essai sur la société de séduction*. Gallimard.
- Marx, K. (1996). *O capital: Crítica da economia política* (Vol. 1; R. Barbosa & F. Kothe, Trans.). Nova Cultural. (Trabalho original publicado em 1867)
- McNally, D. (2011). *Monsters of the market: Zombies, vampires and global capitalism*. Brill.
- Montaigne, M. (2009). *Dos canibais* (L. A. A. Eva, Trad.). Alameda. (Trabalho original publicado em 1580)
- Nodari, A. (2019, 21 de outubro). Transformar-se em nós outros. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, 543. <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7686-transformar-se-em-nos-outros>
- Pariser, E. (2011). *The filter bubble: What is the internet hiding from you*. Penguin Press.
- Rolnik, S. (1998). Subjetividade antropofágica. In P. Herkenhoff & A. Pedrosa (Eds.), *Arte contemporânea brasileira: Um e/entre outro/s* (pp. 128–136). Fundação Bial de São Paulo.
- Rolnik, S. (2000). *Gilles Deleuze: Uma vida filosófica* (A. L. de Oliveira, Trad.). Editora 34. (Trabalho original publicado em 1998)

- Rolnik, S. (2007). *Brumaria 8: Arte y revolución. Sobre historia(s) del arte*. Documenta.
- Romero, G. A. (Diretor). (1978). *Dawn of the dead* [Filme]. Laurel Group.
- Rosa, R., & Vasconcelos, G. (2006). *Net_Cultura 1.0: Digitofagia*. Radical Livros.
- Srnicek, N. (2017). *Platform capitalism*. John Wiley & Sons.
- Türcke, C. (2016). *Hiperativos!: Abaixo a cultura do déficit de atenção* (J. P. Antunes, Trad.). Paz & Terra. (Trabalho original publicado em 2012)
- Viveiros de Castro, E. (2014). *A inconstância da alma selvagem – E outros ensaios de antropologia*. Cosac Naify.
- Voltaire. (2020). *Dicionário filosófico* (I. C. Benedetti, Trad.). WMF Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1764)
- West, S. M. (2019). Data capitalism: Redefining the logics of surveillance and privacy. *Business & Society*, 58(1), 20–41.
- yov Tyny. (maio de 2015). *Cryptofagia: Entrevista pravida: Jérémie Zimmermann* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=YQtw12qXMQ>
- Zuboff, S. (2020). *A era do capitalismo de vigilância: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder* (G. Schlesinger, Trad.). Intrínseca. (Trabalho original publicado em 2019)

Citação:

Melhado, F., Rabot, J.-M., Martins, M. de L., & Baitello, N, Jr.(2023). Devoração método, devoração *ethos*: Prescrições antropofágicas para a comunicação contemporânea. In E. C. e Silva, M. Laranjeira, P. Portela, & V. de Sousa (Eds.), *Desafios metodológicos em ciências sociais. Atas das IX Jornadas Doutorais do CECS* (pp. 78–99). CECS.

ALDA NETO

alda.neto@gmail.com

Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade,
Universidade do Porto, Porto, Portugal

LUGARES DA MEMÓRIA — O PATRIMÓNIO DOS *BRASILEIROS DE TORNA-VIAGEM*

RESUMO

A memória e o património são importantes na história, na medida em que guardam traços da cultura de um povo, preservam objetos e ajudam a compreender o processo de construção dessa mesma história.

Um exemplo desta construção cultural e social é o património edificado pelos *brasileiros de torna-viagem*, as chamadas “casas de brasileiros”. Estas casas transformaram-se em lugares da memória da emigração portuguesa para o Brasil e, simultaneamente, relembram o passado e o presente destes jovens que buscaram a fortuna.

A casa de *brasileiro* constituiu uma das representações mais evidentes do património de retorno, quer na estrutura e fachada das edificações, quer na organização interna, dividindo espaços e pessoas, evidenciando novas hierarquias e novas fronteiras sociais. No entanto, refletem o afastamento que se verifica entre os seus proprietários simultaneamente presentes e ausentes de cá e de lá. Desintegrados de ambas as sociedades onde viveram, mas desejosos de um regresso ao local de origem que simultaneamente os atrai e que repudiam ao trazerem com eles os modelos do estrangeiro.

Partindo destas premissas, considerou-se pertinente estudar e inventariar estes edifícios atendendo à mudança de paradigma arquitetónico que se produz nas aldeias portuguesas, pois estas construções apresentam-se bastante distintas entre si e nas características retratadas. Este património deverá ser conhecido para ser preservado e valorizada a memória que se instala nos lugares da emigração.

PALAVRAS-CHAVE

património; emigração; arquitetura; memória

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

A memória e o patrimônio são importantes na história, na medida em que guardam traços da cultura de um povo, preservam objetos e ajudam a compreender o processo de construção dessa mesma história.

Guilherme d'Oliveira Martins (2019) refere que a diversidade cultural e a pluralidade de pertencas obrigam a recusar identidades fechadas. As identidades só ganham pleno sentido quando são abertas e disponíveis para dar e receber e assegurarem um diálogo entre a tradição e a modernidade.

Na obra *Confissões* de Santo Agostinho (2007), o bispo de Hipona refere-se a três tempos:

um presente das coisas passadas, um presente das coisas presentes, e um presente das coisas futuras. O presente das coisas passadas é a memória; o presente das coisas presentes é a vida, e o presente das coisas futuras é a espera. (p. 40)

Assim, o passado e o futuro são meras figuras de linguagem que facilitam a referência de um tempo considerado, que já foi ou que virá a ser, mas que não é. A realidade existe apenas no presente, isto é, no tempo em movimento.

A memória deverá ser revivida e respeitada, assumindo a relação que se estabelece entre as pessoas, a sociedade e a herança que recebem e que projetam no futuro.

Herança e memória devem ser consideradas pelo valor que contêm, devendo ser defendidas e preservadas em ligação direta com a vida. Para defender, proteger ou preservar um testemunho arqueológico ou um monumento temos de considerar um valor histórico e patrimonial, mas também a relação que a sociedade tem com esse elemento.

Paul Ricoeur (2000/2007) refere que a memória é vista como a matriz da história, enquanto a historiografia desenvolvia o seu próprio percurso além da memória, desde o nível dos testemunhos escritos conservados nos arquivos até ao nível das operações de explicação, depois até à elaboração do documento histórico como obra literária.

Este trabalho de memória defendido por Paul Ricoeur (2000/2007) conduz à necessidade de criar um espaço de afirmação e de racionalidade, pois caberá à história ajudar a destrinçar as memórias positivas ou negativas.

Como refere Guilherme d'Oliveira Martins (2019), “o dever de não esquecer é extensível a todo o legado histórico. A memória que nos antecedeu deve ser preservada. O trabalho de memória exige, por isso, o aceitar que as relações humanas obrigam ao compromisso” (p. 10).

A identidade pode tornar-se um fator de ligação e de respeito, de diálogo e de partilha, de responsabilidade e de compreensão. E a preservação dos lugares de memória e do património comum apenas poderá ser assegurada se ao ressentimento, à autossatisfação, ao unilateralismo soubermos contrapor o respeito, a alteridade, o pluralismo e a diversidade do conhecimento.

O património material e imaterial assume-se como uma manifestação deste presente de coisas passadas e de coisas presentes e será no futuro uma materialização destas coisas.

O património cultural definido, ao longo do tempo, pela ação humana é um conjunto de recursos herdados do passado, e uma testemunha e expressão de valores, crenças, saberes e tradições em contínua evolução e mudança. Este tipo de património deverá ser encarado como um elo de ligação entre os valores humanos universais e as diferenças, isto é, dever-se-á promover a memória viva seja ela monumentos, sítios, tradições.

Ter memória é saber respeitar o outro, cuidar e dar atenção ao acervo que vamos acumulando. No entanto, o património cultural constitui uma encruzilhada de vontades e de dúvidas, contra o fatalismo, os determinismos, o imediatismo, a ignorância e o esquecimento.

Assim, a educação enquanto transmissão de saberes através do exemplo ou das experiências terá um papel fundamental no combate pela sociedade de culturas e pela defesa e salvaguarda de um património comum, da humanidade, dos povos e das pessoas.

Se todas as pessoas têm o direito de se implicar e participar na valorização do património cultural, então cabe a cada um de nós promover e aprofundar a participação de todos os cidadãos na preservação do património, neste caso, todo aquele que foi erigido pelos *brasileiros de torna-viagem*.

O PATRIMÓNIO DOS *BRASILEIROS DE TORNA-VIAGEM*: UMA REFLEXÃO

O património arquitetónico edificado pelos *brasileiros* pode ser visto como uma construção social de um grupo da sociedade portuguesa de Oitocentos que partiu para o Brasil e, após longos anos de trabalho, regressa endinheirado e traduz o seu sucesso através de construções idealizadas e artisticamente ecléticas.

Partindo destas premissas, considerou-se pertinente proceder a uma análise destes edifícios atendendo à mudança de paradigma arquitetónico que se produz nas aldeias portuguesas, uma vez que estas construções constituem uma miscelânea de características dos vários movimentos vigentes na Europa e no Brasil.

De acordo com a historiadora de arte Paula Torres Peixoto (1992), as casas de *brasileiros de torna-viagem* são todas as construções que foram edificadas de raiz ou adquiridas e transformadas para residência destes portugueses. Esta temática começou por ser abordada no século XIX pela imprensa, na medida em que são inúmeras as referências realizadas acerca das casas construídas, como seja o caso do artigo publicado, a 22 de janeiro de 1922, no jornal local *A Behetria de Louredo*, onde o jornalista destaca a casa de *brasileiro* como “linda e apalaçada vivenda Castrália”.

Em 1886/1887, José Augusto Vieira publicou um artigo na sua obra *O Minho Pitoresco* intitulado “O Brasileiro”. Neste artigo é destacada a importância da emigração enquanto recurso necessário para a libertação de mão de obra em excesso existente na região minhota e o papel do Brasil como território de atração. “Partiram minhotos de raça, voltam brasileiros de adopção” (Vieira, 1886/1887, p. 769). Este emigrante que regressa é denominado como *brasileiro*, que como é referido no dicionário de António de Moraes Silva (1999) — português que, tendo morado no Brasil, retorna à pátria, trazendo ou não bens. Como volta a referir José Augusto Vieira (1886/1887), “o minhoto que regressa do Brasil, só de todo se torna brasileiro e afirma verdadeiramente a sua individualidade, quando reconstrue a casa paternal, ou edifica predio novo no verde canto da aldeia, onde brincou na sua infância” (p. 769).

O artigo publicado n’*O Minho Pitoresco* (Vieira, 1886/1887) pode ser encarado como um ponto de partida para a reflexão sobre as casas, uma vez que neste são apresentadas algumas das características que foram posteriormente utilizadas como exclusivas neste tipo de casas, como o caso das palmeiras imperiais no jardim, as cores quentes nas fachadas ou os revestimentos azulejares do exterior dos edifícios. Este *brasileiro*, retratado por José Augusto Vieira (1886/1887), após o seu regresso, utiliza a fortuna angariada na construção de uma casa

onde fluctuam tanta vez os pavilhões portuguez e brasileiro, sem estylo architectonico, mas de uma polychromia viva, em tintas ou azulejos ouro-verde, azul, côr de rosa, amarello, com bollas de vidro coalhado na clara-boia em zimbório, destacando por entre a folhagem das árvores de fructo, ou vindo até á estrada por um amplo corredor coberto a vinha, enfestoada em fio de arame ou madeira pintada a vermelhão, é d’elle. Os muros pintados mostrando ao longo da estrada as estatuetas de barro, os leões de louça, as trepadeiras floridas, os caramanchões do jardim, as cascatas de conchas com repuxo, os largos portões de ferro com as grossas letras da firma do proprietário, as

ramadas altas, esmeradamente tratadas, e aqui e além o aviso ingénuo – cautela com as ratoeiras – são d'elle, exclusivamente d'elle. (p. 773)

As casas construídas pelos emigrantes não podem ser meramente definidas pelas características, mas em simultâneo pelo percurso pessoal do seu encomendador, bem como pela necessidade de afirmação face à comunidade.

Não existe um arquétipo da residência dos *brasileiros*, atendendo a que existe uma multiplicidade de casas e diferentes traços e materiais, diferentes tratamentos e dimensionamentos das componentes construtivas. Assim, as casas de *brasileiros* refletem esta ausência de unidade arquitetónica, na medida em que as casas constituem uma demonstração daquilo que apreendem ao longo das suas viagens pela Europa, nomeadamente a introdução de atributos relacionados com os movimentos artísticos da época, como é o caso da arte nova ou da *art déco*.

Miguel Monteiro (1991) e Paula Torres Peixoto (1992, 1998, 2000) são dois dos investigadores que realizaram estudos sobre as casas de *brasileiros* quer de Fafe quer do Porto, respetivamente. Nas suas abordagens, apresentaram relações entre as características das casas e a sua localização. O Norte de Portugal é o lugar das principais evidências da saída e do retorno do *brasileiro*, observando-se as representações desse tempo, particularmente, nessa personagem e nas casas, dado que com os primeiros lucros do Brasil, o emigrante com sucesso regressava à terra para ampliar a casa mãe ou construir uma nova.

A casa de *brasileiro* constituiu uma das representações mais evidentes do retorno, quer na estrutura e fachada das edificações, quer nas novas demonstrações internas, dividindo espaços e pessoas, evidenciando novas hierarquias e novas fronteiras sociais. No entanto, estas demarcações internas (espaços de receção ou de visita, os quartos, as casas de uso comum, as casas de serviços e as serventias) assemelham-se às presentes nos palacetes burgueses. As demarcações espaciais destas casas foram criadas no cosmopolitismo urbano europeu e brasileiro, e tiveram nos emigrantes de retorno os principais agentes da sua divulgação em Portugal, promovendo, deste modo, a afirmação de uma nova classe social, que se distingue na vida pública e demarca o espaço urbano.

As casas de *brasileiros*, construídas quer nos meios rurais quer nos meios urbanos, implantam-se junto às vias de comunicação ou surgem nas vilas novas, sedes da administração, localizadas em sítio de passagem e circulação, que tinham a sua matriz em lugares de feira ou cruzamento de vias.

Esta situação verifica-se, em simultâneo, com os *indianos*¹ (Espanha), uma vez que também estes construíram as suas habitações nas proximidades das principais avenidas que atravessavam as localidades ou junto das estradas que faziam ligação entre as principais cidades.

Como refere Miguel Monteiro (1991), a casa de *brasileiro* pode ser vista em várias perspetivas: uma histórica e outra mais sociológica, que está associada às diferentes significações atribuídas pelos proprietários e, por fim, uma outra perspetiva conferida pelos que lhe são exteriores, isto é, pelos vizinhos e pelos escritores que as criticaram.

A abordagem sociológica encontra-se patente no trabalho desenvolvido pela socióloga Carolina Leite e pela arquiteta Roselyne de Villanova — *Casas de Sonho* (Villanova et al., 1995), em que estas procedem à análise das casas construídas pelos emigrantes relativamente à casa como representação, como projeto e como técnica e estética. Estas casas são apresentadas como um exemplo de detratores da ordem instituída. Destacam a inexistência de estudos sistemáticos sobre este património, facto que limita qualquer tentativa de caracterização, uma vez que as críticas existentes se limitam aos exemplos mais visíveis e conhecidos.

Jorge Alves (1994) referiu na sua obra *Os Brasileiros – Emigração e Retorno no Porto Oitocentista* que se um edifício se assemelha mais exótico, a maioria revela-se indistinta, correspondendo aos gostos da época, entregues a construtores locais e, por vezes, construídos na ausência dos proprietários, sob a supervisão de um familiar ou amigo. Como tem vindo a ser defendido pela maior parte dos autores supracitados, torna-se necessário defender este importante património, uma vez que surge como símbolo do gosto de uma época, como testemunho de uma tecnologia que começa a ser introduzida, representativa de valores sociais positivos ou negativos, mas de inegável valor histórico e artístico. O arquiteto José Carlos Loureiro (1988) destaca que o lema deverá ser “nem destruir, nem abandonar”, uma vez que caberá a cada localidade a invenção de novas utilidades destas casas. A maior densidade destas casas verifica-se nas zonas de mais forte emigração para o Brasil: Minho, Douro Litoral, Beira Litoral e Beira Alta, onde os contactos com o mundo distante e o embarque estavam mais próximos.

¹ “Indianos” — designação atribuída aos emigrantes espanhóis, originários da Galiza, País Basco ou das Astúrias, que partiram para o continente americano ao longo do século XIX e aí conseguiram uma fortuna avultada. À semelhança dos *brasileiros de torna-viagem*, regressaram à sua terra de origem e aí investiram na construção de um edifício habitacional, desenvolveram atividades filantrópicas e desempenharam importantes cargos políticos.

Como se pode verificar, as casas de *brasileiros* têm constituído um tema que tem sido alvo de estudos parcelares, mas que têm sido pouco incisivos e reveladores do conhecimento quer das características quer do contexto em que estas surgem. Estas casas desde o momento da sua construção foram alvo de duras críticas por parte da literatura e da própria comunidade em que estas se inserem. No entanto, as características apontadas pela literatura têm sido utilizadas como aquelas que os artigos científicos referem como elementos identificadores das casas.

Como sabemos, os *brasileiros* caracterizaram-se por um grande fervor construtivo à semelhança do que se verifica com os *indianos*, que povoaram a paisagem com inúmeras construções, tendo contribuído inclusive para a difusão do modernismo espanhol. Este fervor construtivo verificou-se em ambos os territórios ao longo da segunda metade do século XIX e do primeiro quartel do século XX. Estas construções povoaram a região Norte do país, tendo contribuído para o disseminar de um conjunto de características e de materiais que foram aplicados e utilizados pela maioria dos portugueses nas suas casas.

À medida que os *brasileiros* vão regressando, a ligação à terra vai desaparecendo, nomeadamente nas casas construídas, uma vez que era necessário esquecer o seu passado agrícola. Após o regresso, os emigrantes não querem continuar relacionados com os trabalhos agrícolas, pelo que as dependências diretamente associadas a esta atividade são construídas, na maior parte das vezes, numa das extremidades da propriedade ou nos pisos inferiores. Assim, as casas de *brasileiros* constituem uma junção dos solares nobres, cuja principal vocação era a agricultura e pela novidade introduzida pela arquitetura de vilegiatura que se destaca pela preponderância dos espaços sociais, de convívio.

As casas de *brasileiros* constituem uma necessidade dos emigrantes em desprenderem-se da atividade agrícola, uma vez que não estando ligados socialmente à aristocracia, procuram afirmar-se a partir da sua riqueza e de todas as atividades que desenvolvem, como são o caso dos bailes temáticos e das festas. São de destacar o grande número de festas e bailes que surgem retratados na imprensa, como é o caso das festas e bailes de Carnaval organizados na Assembleia Penafidense ou das festas organizadas pelo Natal na Castrália pelo *brasileiro* Adriano Moreira de Castro.

O jardim, as casas de fresco e os gradeamentos constituem características passíveis de serem encontradas nos solares. Nestes edifícios, os jardins localizam-se defronte da fachada principal, destacando-se quer pela variedade de espécies vegetais, quer pelas construções que aí são realizadas.

Os solares, inseridos no meio rural, caracterizam-se pela construção de espaços como os salões de baile ou as salas de música, à semelhança daquilo que será construído, posteriormente, nas casas de *brasileiros*.

Como referem Jorge Alves (1994, 1999), José Carlos Loureiro (1988) ou Miguel Monteiro (1991), o emigrante regressado procura enquadrar-se junto da burguesia, realizando para tal viagens pela Europa, onde se deixa influenciar pelos movimentos artísticos que proliferavam então, como seja o caso da arte nova ou do romantismo.

Os *brasileiros* realizam frequentemente viagens pela Europa — *grand tour* — onde contactam com novas técnicas, experiências e conhecimentos que transportam para os seus edifícios. Por outro lado, deslocam-se para a Granja (Espinho) ou para a Foz do Douro — ir a banhos — onde convivem com a burguesia e procuram replicar os seus gostos e interesses. Nestes espaços, contactam com novas ideias que se irão disseminar pelo Norte de Portugal, atendendo à profusão de construções. Estas viagens são frequentemente noticiadas na imprensa. Nestas localidades, assistem à construção de edifícios que procuram servir de estadia por um período — o Verão, bem como participam em festas e saraus musicais. As casas da vilegiatura constituem espaços de convívio e de lazer entre os burgueses e por conseguinte, consideramos tratar-se de uma das principais influências das casas de *brasileiros*, na medida em que os emigrantes contactaram com estes burgueses e procuraram recriar os mesmos espaços.

As casas de *brasileiro* representam para os emigrantes de *torna-viagem* um espaço de descanso após um longo período de trabalho no Brasil, transformando-as em espaços onde a animação cultural e social e, em simultâneo, o repouso são privilegiados. Estas características são visíveis na arquitetura de vilegiatura visível em Espinho ou em Cascais. As casas são construídas para responder às exigências da sua clientela, oferecendo animação social e, sobretudo, um espaço diferenciado em termos sociais.

As casas de *brasileiros* refletem características dos palacetes da burguesia portuense, quer quanto às características estilísticas, quer mesmo em termos de organização do espaço interior, isto é, a organização da casa em espaços privados e sociais resulta deste aburguesamento da sociedade. Assim, verifica-se um progressivo afastamento entre a zona residencial e a zona pública e produtiva, proporcionando a diferença e rejeitando a promiscuidade.

O LEGADO DOS *BRASILEIROS DE TORNA-VIAGEM*: AS CASAS

O legado dos *brasileiros* à comunidade (escolas, hospitais, igrejas, abertura de ruas) constituiu e continua a ser um importante conjunto de vestígios de património material que importa classificar como património arquitetónico, na medida em que muitos destes edifícios continuam a ser utilizados pelas populações nas suas funções iniciais. No entanto, a memória do seu fundador nem sempre é recordada, uma vez que o tempo tende a contribuir para um esquecimento progressivo. Assim, torna-se premente que as memórias dos habitantes locais/familiares que privaram com estes *brasileiros* ou beneficiaram dos seus investimentos sejam recolhidas de forma a registar-se todo este esforço filantrópico. Se os seus atos de filantropia ficaram registados na memória dos seus contemporâneos e familiares, o tempo tem-se encarregado de os apagar. Importa destacar que estes *brasileiros*, que contribuíram para a melhoria das condições de vida da população, são, na sua maioria, recordados pela atribuição do seu nome a uma rua ou pela simples manutenção do seu nome no painel da escola.

Assim, à semelhança do projeto *Picar o Ponto*, realizado na cidade de Portalegre (Portugal), urge elaborar um projeto de inventariação e de recolha do património imaterial (memórias) e material (escolas, hospitais, casas e outros investimentos).

Da memória das pessoas locais vêm conhecimentos ou recordações sobre as famílias que aí habitaram, ou habitam, ainda que episodicamente, a origem dos capitais que permitiram essas construções, os materiais preciosos que foram utilizados nos interiores e a riqueza de desaparecidos recheios.

Algumas, habitadas e em bom estado, contrastam com as janelas fechadas, o mato no jardim e os telhados esventrados de muitas outras, indicando a incapacidade económica dos proprietários para recuperar e manter os edifícios de dimensões consideráveis com localização distante dos grandes centros urbanos. No entanto, consideramos que, devido ao avançado estado de ruína de inúmeros exemplares, caberá às entidades locais, juntamente com a população, uma seleção daquilo que deverá ser recuperado. Isto é, será necessário escolher para preservar, sob pena de se perder de forma permanente um património extremamente vasto e rico do ponto de visto histórico-artístico.

As casas de *brasileiros* são, antes de tudo, casas de habitação. Para essa função específica foram desenhadas. Daí que, perante as dificuldades em manter a função original, a afetação destas casas ao turismo poderia constituir uma solução para a sua conservação e valorização. O ideal seria que as casas conservassem a sua função de habitação, inclusive dentro

da mesma família que a ergueu, de forma a preservar a memória familiar. No caso das casas de *brasileiros*, muitas delas permanecem nas famílias, mas estas não possuem já meios económicos de as manter devidamente, ficando estas quase ao abandono, até que a ruína acelerada acaba por constituir um fator determinante que leva à alienação, quase sempre feita pela geração seguinte, por ter menor ligação afetiva à casa.

Desta forma, as casas de *brasileiros* têm sido alvo de interesse, uma vez que a memória dos seus proprietários desapareceu, os critérios estéticos alteraram-se e a perceção da casa transformou-se. De incompreendidas e criticadas, as casas foram esquecidas e abandonadas à sua sorte, facto que conduziu ao desaparecimento de algumas delas. Todavia, nas duas últimas décadas, algumas destas casas têm vindo a ser recuperadas, sobretudo pelos organismos oficiais, e utilizadas como espaços culturais ou espaços habitacionais. Atualmente, as casas de *brasileiros* têm vindo a ser alvo de um processo de qualificação e readaptação a outras funções, como espaços culturais. Veja-se o exemplo do Palacete da Granja, casa mandada construir pelo *brasileiro* Joaquim Bernardo Mendes, que no último quartel do século XX, foi restaurada e reconvertida na Casa da Cultura, por iniciativa das instituições locais, como a Câmara Municipal de Paredes.

Um outro exemplo é o Palacete do Calvário, edifício construído por iniciativa do *brasileiro* Manuel Pereira da Silva, que ao longo do século XX teve várias funções por iniciativa das entidades locais. Este edifício foi inicialmente uma cadeia, posteriormente o museu e arquivo da localidade e, por fim, aqui foi instalada a Biblioteca Municipal de Penafiel. Assim, tem cabido, principalmente, às entidades locais e regionais a salvaguarda e preservação destes edifícios que são reconvertidos para as mais diversas funções.

De forma a salvaguardar este tipo de património e a evitar a perda de um espólio sobre a emigração e a sua contextualização, considera-se que estas casas, existentes em grande número na região Norte de Portugal, poderão ser constituídas num conjunto de rotas turísticas que nos levarão ao encontro da história e, sobretudo, nos conduzirão ao conhecimento das localidades de onde partiram milhares de homens e mulheres em busca de um futuro, levando consigo a saudade de um país e trazendo a saudade de outro...

PROJETO DE TRABALHO DE DOUTORAMENTO

Apesar de não existir um inventário exaustivo sobre este tipo de construções, têm vindo a ser realizados estudos parcelares nos meios urbanos, como é o caso da cidade do Porto ou de Paredes, ou das vilas de Fafe e de

Ponte de Lima. Esta inexistência prende-se com a ausência de estudos académicos sobre o assunto, tal como com a desvalorização e desinteresse a que estas casas foram votadas ao longo de todo o século XX.

O trabalho de investigação desenvolvido no âmbito do projeto de doutoramento apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto contempla duas vertentes: (a) o estudo e construção do perfil biográfico destes emigrantes que partiram e regressaram; e (b) a inventariação e estudo do património construído pelos *brasileiros de torna-viagem* nos concelhos de Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel.

Assim, procedeu-se à consulta de vários arquivos, onde foram encontradas várias referências aos *emigrantes torna-viagem*, destacando-se as suas intervenções nas sessões das reuniões camarárias (muitas destas intervenções surgem plasmadas nas atas), tal como os pedidos de licenciamento para a construção de pequenos edifícios ou da abertura de ruas. No entanto, na documentação consultada não foi encontrado qualquer pedido de licenciamento para a construção destas casas. No Arquivo Municipal de Penafiel, cuja consulta ainda está no início, foi encontrada documentação diversa, nomeadamente requerimentos de pedidos de licença para a reconstrução de edifícios, construção de muros para vedar as propriedades, abertura de canais de rega para as suas propriedades. No entanto, o pedido de licenciamento de edifícios como a Escola António Maria dos Santos, a Escola Pereira Araújo ou o Palacete do Barão do Calvário, a Casa da Tulha ou a Quinta de Santo António de Segade, ainda não foram encontrados.

Destaca-se, ainda, a consulta quer nos Arquivos Municipais de Paredes ou de Penafiel dos *Livros de Atas* das reuniões da Câmara e aqui as referências são bastante visíveis como acontece no caso de Adriano Moreira de Castro, natural da freguesia de Louredo, que foi presidente da Comissão Municipal Administrativa, em 1912. Neste ano, em reunião camarária, e após a doação de um terreno para a construção de uma escola, ofereceu-se para custear a sua construção, tal como o equipamento do interior. Foi lavrada uma ata onde esta doação ficou registada, tal como a data respetiva de inauguração da referida escola.

No caso dos arquivos particulares, estes destacam-se pela documentação diversa que pode ser encontrada. No entanto, foi possível verificar que, após o desaparecimento do emigrante, a sua herança é partilhada pelos vários herdeiros, incluindo o próprio arquivo. Desta forma, muita documentação se perdeu, tal como outra perdeu o seu significado, tornando quase impossível o seu estudo e a sua análise. Mas, continuam a existir alguns exemplos dignos de destaque.

A Castrália, edifício mandado construir pelo *brasileiro* Adriano Moreira de Castro, conservou, no seu interior, a maior parte do arquivo respeitante quer à casa e às atividades desenvolvidas por este, quer a todo o processo relacionado com a doação e construção da escola. Assim, podemos encontrar os seguintes elementos relacionados com a escola: projeto de construção da escola; planta do terreno de implantação da escola; cópias das atas de sessão da Comissão Municipal Administrativa do concelho de Paredes, de 28 de novembro de 1912 (oferta para a construção da escola) e de 1 de outubro de 1917 (doação da escola à freguesia); documentação (correspondência e recibos) da aquisição do material escolar à empresa Oficina de Material Escolar de Albino de Mattos; diário do Governo de 23 de janeiro de 1918 (publicação da doação da escola); fotografias do dia de inauguração da escola; discurso de inauguração da escola, proferido por D. António Augusto de Castro Meireles (futuro bispo do Porto, 1929–1942); lista dos convidados para a inauguração da escola, destacando-se o Doutor Alfredo de Magalhães, ministro da Instrução à altura; e cartas dirigidas à Junta de Freguesia de Louredo, onde são definidas quantias avultadas para a atribuição de bolsas de estudo aos alunos carenciados.

Os poucos arquivos particulares existentes possibilitaram a consulta de uma documentação bastante diversa, salientando-se catálogos e manuais de construção, como os manuais de Roret. No caso da Castrália, foram encontrados documentos relacionados sobretudo com a vivência cultural da casa e as atividades desenvolvidas pelo emigrante. Desta forma, foi apenas encontrado recentemente o projeto de construção de casa. Anteriormente, tinha sido encontrado um desenho de um alçado lateral, tal como um catálogo de escolha e venda de cerâmica e de vitrais, que poderá ter sido utilizado como fonte influenciadora da decoração de alguns espaços, nomeadamente o *hall* de entrada, onde é possível verificar um pavimento semelhante aos representados nesse catálogo. Os próprios manuais de Roret, enquanto uma espécie de enciclopédia de ciências e artes, dispunham de gravuras que serviram de influência para o desenho/projeto do edifício. Neste mesmo arquivo particular da Castrália, foi possível encontrar diversos volumes de uma coleção editada nos inícios do século XX — *Almanaques Parceria A. M. Pereira*, onde o *brasileiro* editou alguns textos sobre a emigração e outros de poesia.

Apesar da diversidade de documentação encontrada nos arquivos particulares, a imprensa local e nacional, publicada entre o último quartel do século XIX e o início do século XX, mostrou-se uma importante fonte para o estudo dos *brasileiros de torna-viagem* e do património construído por estes. Os periódicos da época publicaram artigos de diferentes tipologias,

nomeadamente as listas de passageiros que embarcavam nos vapores em direção ao Brasil, mas também aqueles que regressavam. Eram ainda colocados anúncios aos vapores que realizavam a viagem para o Brasil.

Um jornal como *O Primeiro de Janeiro*, fundado por um *brasileiro de torna-viagem* — Gaspar Ferreira Baltar —, publicou nas suas colunas artigos sobre a emigração para o Brasil e as listas dos passageiros supracitados. Neste jornal e noutros periódicos foi possível encontrar referências às vivências dos emigrantes no Brasil e em Portugal, após o seu regresso. Nos artigos publicados eram salientadas as construções dos *brasileiros de torna-viagem*, elencando as características arquitetónicas dos mesmos. Na imprensa, destacam-se as referências arquitetónicas das casas, estabelecendo-se comparações com as suas vivências no Brasil.

Esta recolha de informação na imprensa regional publicada entre 1870 e 1998 possibilitou a elaboração de fichas de inventário, onde se destacaram itens como: a identificação do edifício, as referências bibliográficas, as referências na imprensa quer do proprietário quer da casa/igreja/escola, a possível data de construção, o estado de conservação do edifício, e o arquivo fotográfico.

CONCLUSÃO

É de destacar a relevância deste tema para o estudo da arquitetura portuguesa dos finais do século XIX, uma vez que atendendo às fontes consultadas, estes edifícios demonstram um ecletismo comprovado quer pelas características existentes quer pela informação recolhida na imprensa, onde as viagens dos emigrantes são realçadas. Estas viagens constituem uma forma de recolha de gostos e interesses posteriormente transpostos para as suas casas ou escolas. O jornalista refere no jornal *O Novo Paredense*, de 28 de setembro de 1924, as seguintes características do Palacete da Granja (propriedade do *brasileiro* Joaquim Bernardo Mendes, Visconde de Paredes):

construção do seu palacete, o mais rico e lindo edifício da região, está a indicar as vereações paredenses, já não digo a riqueza, mas a elegância e o bom gosto arquitetónico a que deviam obedecer as restantes construções na mesma rua. (p. 1)

Em suma, estes “lugares da memória”, expressão presente no título da comunicação que deu origem a este artigo, constituem uma memória de um período da história de Portugal, pautado pela saída de inúmeros portugueses e pelo regresso de alguns, após longos anos de labuta e de duro esforço.

REFERÊNCIAS

- Agostinho, A. (2007). *Confissões*. Canção Nova.
- Alves, J. F. (1994). *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Edição de Autor.
- Alves, J. F. (1999). Variações sobre o “brasileiro”: Tensões na emigração e no regresso do Brasil. *Revista Portuguesa de História*, XXXIII, 191–222.
- Loureiro, J. C. (1988). A casa do brasileiro. *Jornal Arquitectos*, (67), 16.
- Martins, G. d’O. (2019). *Património cultural – Realidade viva*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Monteiro, M. (1991). *Fafe dos brasileiros (1860–1930) – Perspectiva histórica e patrimonial*. Edição de autor.
- Peixoto, M. P. B. T. (1992). *A casa do “brasileiro”: Subsídios para o seu estudo* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa].
- Peixoto, M. P. B. T. (1998). A casa do brasileiro. In J. F. Alves (Ed.), *Os brasileiros da emigração* (pp. 118–123). Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Peixoto, M. P. B. T. (2000, maio). Casas de “brasileiro” no Porto. *O Tripeiro*, (5), 172–175.
- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento* (A. François, Trad.). Editora da Unicamp. (Trabalho original publicado em 2000)
- Silva, A. de M. (1999). *Dicionário compacto da língua portuguesa* (Vol. I). Editorial Confluência.
- Vieira, J. A. (1886/1887). *O Minho pitoresco* (Tomo II). Rotary Club de Valença.
- Villanova, R., Leite, C., & Raposo, I. (1995). *Casas de sonhos*. Edições Salamandra.

Citação:

Neto, A. (2023). Lugares da memória — O património dos brasileiros de torna-viagem. In E. C. e Silva, M. Laranjeira, P. Portela, & V. de Sousa (Eds.), *Desafios metodológicos em ciências sociais. Atas das IX Jornadas Doutorais do CECS* (pp. 100–113). CECS.

JOEL ANTÓNIO LAMECO & MARIA JOSÉ CALDEIRA

joelameco@gmail.com; boavida@geografia.uminho.pt

**Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de
Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal**

POROSIDADE DA FRONTEIRA TERRESTRE MOÇAMBICANA — IMPACTO NA IMIGRAÇÃO INDOCUMENTADA SOB A PERSPETIVA DA SEGURANÇA NACIONAL. CASO DA FRONTEIRA DE MOÇAMBIQUE COM A TANZÂNIA

RESUMO

A temática selecionada centra-se na análise da porosidade de uma parte da fronteira continental moçambicana (entre Moçambique e a Tanzânia), e o seu impacto na imigração indocumentada e na segurança nacional. Tradicionalmente, a constituição dos Estados, como sujeitos independentes e soberanos, passa pela definição do seu território através da delimitação de fronteiras. No caso de Moçambique, a porosidade da fronteira terrestre potencia o trânsito de imigrantes indocumentados, tráfico de seres humanos, de armas e viaturas, ou de recursos naturais. Todos estes fluxos têm evidentes implicações na segurança e na soberania nacional. Este artigo pretende refletir sobre os desafios que a realização da componente empírica da tese enfrenta, avaliando a dificuldade e eficácia da implementação de uma metodologia mista que recorre à utilização de métodos qualitativos e quantitativos para a recolha e tratamento de informação necessária. Os desafios são inúmeros, indo desde a indisponibilidade para a participação nos questionários e entrevistas até à falta de segurança que se verifica nesta área geográfica, e como tal foi necessário tentar encontrar um conjunto de estratégias que viabilizasse o estudo. Os principais contributos da presente investigação de doutoramento para a área científica da geografia prendem-se com uma melhor compreensão dos processos dinâmicos (sociais, culturais e económicos) em espaços de fronteira caracterizados por uma elevada porosidade, nomeadamente no que diz respeito à imigração indocumentada, temática de extrema complexidade no contexto africano e, em particular, moçambicano.

PALAVRAS-CHAVE

fronteira; porosidade; imigração indocumentada; Moçambique

INTRODUÇÃO

O presente estudo centra-se na análise dos fluxos migratórios facilitados pela porosidade da fronteira terrestre de Moçambique e os principais desafios que se colocam, sobretudo sob a perspetiva securitária.

Moçambique localiza-se no sudeste de África, na região Austral, tendo fronteira com a Tanzânia a norte, Malawi e Zâmbia a noroeste, Zimbabwe, África do Sul e Essuatíni a oeste e, por fim, África do Sul a sul. A extensão da fronteira terrestre é de 4.333 km. Ao longo do seu percurso, esta fronteira apresenta uma forte permeabilidade, facto que é considerado, de forma genérica, como um problema. Em alguns casos, esta questão é potenciada pela população residente nas áreas fronteiriças, que destrói ou desloca os marcos da linha de fronteira, motivada por questões económicas relacionadas com a exploração ou aproveitamento de recursos. De facto, os hidrocarbonetos e outros recursos naturais existentes no norte de Moçambique constituem um dos motores para a concentração e fixação da população, atraindo imigrantes indocumentados que frequentemente são referenciados como promotores de ameaça à segurança local e nacional.

Neste contexto, pretende-se com a tese de doutoramento contribuir, através do conhecimento geográfico, para uma melhor compreensão do fenómeno da imigração indocumentada associada à porosidade da fronteira entre Moçambique e Tanzânia. Esta destaca-se por ser a terceira fronteira continental mais extensa com 751 km, sendo que 620 km são demarcados pelo rio Rovuma. Este rio nasce no planalto de Ungone na Tanzânia, junto de Songea, próximo da margem oriental do lago Niassa. O rio Rovuma é somente navegável para pequenas embarcações desde a sua confluência com o rio Lugenda até à foz. Entretanto, do rio Rovuma ao lago Niassa, a fronteira faz-se através de relevo montanhoso, numa extensão de 51 km.

BREVE APRESENTAÇÃO DO CONCEITO DE FRONTEIRA

O conceito e a perceção de “fronteira” não são estáticos. Esta representa uma construção socioespacial cujo significado, importância e valor têm evoluído ao longo do processo histórico. De acordo com Ferrari (2014), no que respeita à noção de fronteira, “a sua abrangência tornou-se, ao longo de muitos anos, rígida, inflexível, cingindo-se a delimitar e a separar nações e soberanias, desconsiderando uma série de processos dinâmicos” (p. 11). Neste sentido, pode-se notar que, apesar de diferenças significativas no que respeita à génese de uma fronteira, Dopcke (1999) e Cichoski (2020) associam-na aos conceitos de território, de limite e de soberania dos Estados. No entanto, para Machado (1998), “a fronteira não

nasceu como um conceito, mas sim como um fenómeno da vida social, indicando a margem do mundo habitado” (p. 41). Na perspetiva do autor, o entendimento sobre fronteira remete para uma abordagem geográfica, pois o seu significado é suportado por factos e fenómenos geográficos.

Outros estudos, como os de Gomes (2014), Patrício (2014) e Zeca (2017), realçam igualmente que o surgimento de uma fronteira está associado ao reconhecimento espacial da presença “do outro”, daí que esta seja entendida como um espaço que funciona como separação de comunidades. Nesta sequência, estes autores dão ênfase à imprecisão da ideia de fronteira no território. Patrício (2014) descreve-a como a “linha imaginária que delimita o território (terrestre, fluvial, marítimo e aéreo) de um determinado Estado, separando-o de territórios adjacentes” (p. 82). Gomes (2014) reforça ainda mais esta lógica e considera que fronteira “é um espaço vago, impreciso, mais percebido do que delimitado” (p. 260). Não obstante, importa sublinhar os casos em que a linha de fronteira se consubstancia em evidências físicas, notórias e precisas (e.g., a fronteira dos Estados Unidos da América com o México ou a de Israel com a Palestina). Na realidade, a fronteira tornou-se fundamental como prática espacial na edificação dos Estados sob a perspetiva da estabilidade, segurança e soberania, como revelam Steiman e Machado (2002).

Por fim, no contexto da globalização e da conjuntura política atual, o conceito de fronteira passou a abarcar outras referências — destacam-se as fronteiras políticas, de defesa e segurança, económicas, de cooperação, fronteiras digitais, de conhecimento e fronteiras ideológicas.

AS FRONTEIRAS AFRICANAS E MOÇAMBICANAS

Em relação às fronteiras africanas, as primeiras surgiram no contexto dos entrepostos comerciais ao longo da costa, promovidos pelos navegadores asiáticos (imigrantes de origem árabe), por volta do ano 900 d.C. (Gomes, 2014). A importância destes entrepostos comerciais é salientada por Gomes (2014) do seguinte modo:

lugares de troca, de fluxos [que] funcionaram como as primeiras fronteiras de Moçambique. Obviamente não uma fronteira que ligasse dois territórios contíguos, mas sim uma área de contato entre pessoas e de troca de mercadorias e que de certa maneira fazia a transição entre duas culturas diferentes, por meio do comércio. Esse comércio gerava alterações no território também no interior do continente. As aldeias ao longo do tempo foram se tornando mais complexas devido ao crescimento demográfico (...).

[O correspondente] poder político [das fronteiras] foi aumentando à medida que o comércio com os asiáticos se desenvolvia até ao momento em que as elites locais começaram a tomar conta das fontes de recursos minerais (Ouro e Ferro). (p. 265)

Neste sentido, pode-se perceber que as fronteiras africanas tiveram a sua génese associada à percepção da necessidade de uso e controlo do espaço geográfico. Zeca (2017) considera que “a partilha de África, na Conferência de Berlim (1884/1885), foi um momento de disputas das grandes potências, sobre quem ficaria com maiores porções do continente como sua zona estratégica e de influência” (p. 222). Este facto deu origem à tese segundo a qual as fronteiras africanas foram desenhadas arbitrariamente e de forma artificial pelas potências colonizadoras, o que propiciou a divisão de grupos étnicos entre dois ou mais Estados, sendo que por isso representam um conflito hibernado, como referem Mahavene (2020) e Zeca (2017). Por outro lado, este processo de delimitação das fronteiras africanas dificultou a implementação do princípio da “ocupação efetiva” e conduziu à sua indefinição no espaço físico. A consolidação das fronteiras efetivou-se mediante sucessivos acordos e tratados, propiciando, deste modo, a ocorrência de vários problemas de natureza política, social, antropológica e económica. A Tabela 1 sintetiza o processo histórico da demarcação das fronteiras de Moçambique.

ANO	ACORDO OU TRATADO	LINHA DE FRONTEIRA ABRANGIDA
1869	Assinatura do tratado de paz, amizades e limites entre Portugal e o Transval — República da África do Sul	
1875	Arbitragem favorável a Portugal pelo Presidente francês Mac-Mahon na disputa fronteiriça entre Portugal e Inglaterra, em que Inglaterra passou a reconhecer as coordenadas fronteiriças de 1869	Processo de delimitação da fronteira sul
1888	Reconhecimento da delimitação da fronteira com a Suazilândia, depois das reivindicações e protestos do Rei Umbandine da Suazilândia	
1891	Assinatura do tratado entre Portugal e Inglaterra para o estabelecimento de fronteiras e esferas de influência entre os territórios portugueses e britânicos na região Centro de Moçambique, em que a Inglaterra reservou o <i>interland</i> produtivo	Processo de delimitação da fronteira centro
1886	Assinatura do tratado entre Portugal e Alemanha para o estabelecimento do rio Rovuma como a fronteira norte de Moçambique com a Tanzânia	Processo de delimitação da fronteira norte

Tabela 1. Principais acordos e tratados da demarcação das fronteiras terrestres moçambicanas

Fonte. Zeca, 2017, p. 226

Outro aspeto relevante no que respeita a delimitação das fronteiras africanas é o facto de estas se caracterizarem por várias imprecisões. Estas possuem, como principais referências geográficas, elementos físicos do território tais como rios, montanhas, lagos, entre outros, geralmente com um distanciamento notável entre si ou, tal como no caso paradigmático dos rios tropicais, passíveis de sofrerem alterações muito significativas no tempo (mudanças de traçado, direção ou dimensão). Este tipo de imprecisões prevalece na maior parte da extensão da fronteira continental de Moçambique, o que abre espaço para que os problemas ou conflitos a elas associados persistam.

O estabelecimento de uma fronteira prevê, entre outros objetivos principais, separar e, simultaneamente, controlar (em termos políticos, económicos, sociais e culturais) uma determinada área. Assim sendo, através do controlo de fronteiras pode-se inviabilizar ou dificultar os fluxos de imigrantes ilegais e do contrabando de mercadorias. A porosidade que caracteriza muitas fronteiras dos países africanos, incluindo as fronteiras moçambicanas, remete precisamente para uma crise na regularização da circulação de pessoas e bens, e uma situação de colapso fronteiriço, pois segundo Silva (2018), “num cenário de colapso fronteiriço, os fluxos ilegais internacionais avolumam-se ao ponto de, comparativamente aos fluxos legais (controlados pelo Estado), estes últimos serem considerados irrisórios” (p. 332).

Neste contexto, Seda (2017) refere que

o entendimento, ao nível de alguns países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, (...) [é o] de que Moçambique é corredor de imigrantes clandestinos, de estupefacientes e de armamento bélico devido ao elevado grau de porosidade das suas fronteiras. (p. 9)

Este facto terá contribuído para fundamentar a alteração da implementação do protocolo de livre circulação de pessoas e bens na região da Southern Africa Development Community¹. Tais fluxos ilegais são particularmente importantes ao longo da fronteira entre Moçambique e Tanzânia. Com efeito, o percurso fronteiriço entre os dois países é permeável, excetuando nos pontos de travessia que são monitorizados pelas forças de defesa e segurança.

METODOLOGIA APLICADA AO ESTUDO

Na investigação empírica sobre a porosidade da fronteira entre Moçambique e Tanzânia, associada à imigração indocumentada, é dada

¹ Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

particular atenção à interação entre o(s) território(s) e a população, com o interesse de dar resposta aos desafios do país face às ameaças nacionais, regionais e globais. Tendo em consideração a especificidade do estudo, a abordagem metodológica baseia-se na conjugação e articulação de métodos quantitativos e qualitativos para a recolha e sistematização de dados primários e secundários. A relevância dos métodos qualitativos justifica-se no âmbito desta investigação, uma vez que permite conhecer com profundidade o *como* e o *porquê* da construção social por detrás dos espaços de fronteira. Nesta sequência, destaca-se o estudo de caso, baseado na observação ativa, entrevistas e outros registos efetuados no decurso de trabalho de campo (Batista et al., 2019).

A adoção do estudo de caso como método privilegiado na presente pesquisa deve-se ao facto de a imigração indocumentada ao longo da fronteira entre Moçambique e Tanzânia constituir um fenómeno sobre o qual praticamente não existem dados sistematizados, tendo este sido igualmente pouco explorado sob a perspetiva da investigação desenvolvida na tese de doutoramento. Tal como referem Canastra et al. (2015), o “carácter único e a ausência de estudos empíricos similares, faz com que o método [do estudo de caso] possa introduzir-nos numa primeira aproximação (exploratória) empírica ao objeto de estudo” (p. 12). Neste sentido, tratando-se de uma pesquisa de cariz exploratório, pretende-se adotar uma abordagem inclusiva e participativa no que se refere à recolha de informação e dados primários, procurando identificar e envolver potenciais colaboradores, estabelecer parcerias e relações de confiança. Para isso, irá recorrer-se à técnica de observação participada, a inquéritos por entrevista e à discussão junto de grupos (*focus group*).

Importa referir que, no início da investigação, foi efetuada uma visita exploratória à área de estudo, concretamente ao Posto Fronteiriço do II Congresso, no distrito de Sanga, da província de Niassa, em que foi feito um primeiro contacto com as Forças de Defesa e Segurança presentes no local e com as autoridades daquele posto administrativo. O estudo preliminar de campo foi ainda estendido aos distritos fronteiriços de Lago e Mecula, também na província de Niassa.

Por sua vez, o recurso a métodos quantitativos visa complementar a abordagem qualitativa, através do tratamento e análise de dados estatísticos resultantes da aplicação de um inquérito por questionário. Por forma a evitar erros na recolha da informação através de questionários, a sua implementação será antecedida pela formação de um conjunto de inquiridores,

com vista a familiarizá-los com este método e a habilitá-los para a respetiva aplicação. Além disso, para garantir a participação ativa e o comprometimento na recolha de dados, irá estabelecer-se um acordo visando a gratificação dos inquiridores no final da respetiva tarefa.

O rigor científico e a confiabilidade dos resultados no âmbito do trabalho empírico serão garantidos através do envolvimento dos potenciais contribuintes em todas as fases da investigação, a saber:

- Planificação pormenorizada das etapas do trabalho de campo, desde o ensaio dos instrumentos de recolha de dados, passando pela preparação de todos os sujeitos da pesquisa, até a avaliação das especificidades do ambiente em que se irá efetuar esta recolha;
- Coleta sistemática de dados, recorrendo a métodos adequados e válidos previamente definidos e aprovados pela Comissão de Ética, como é o caso dos questionários e entrevistas;
- Análise sistemática das evidências coletadas, de forma consistente e transparente, tendo em consideração os métodos qualitativos e quantitativos mais adequados, selecionados com base na revisão bibliográfica.

Para a boa prossecução desta investigação de doutoramento, o trabalho foi dividido em duas grandes fases. A primeira fase tem como objetivo estabelecer o estado da arte relativamente à temática das fronteiras e contornos do problema da imigração indocumentada como reflexo da porosidade das fronteiras terrestres, com recurso a pesquisa e revisão bibliográfica. É indispensável nesta pesquisa a consulta de bibliografia referente a questões de geopolítica regional e internacional para uma compreensão mais aprofundada do fenómeno. A consulta de documentos históricos e legislativos (leis e Boletins da República), bem como de fontes cartográficas, complementa a pesquisa, na medida em que para a compreensão dos factos presentes é necessário conhecer o passado, nomeadamente no que respeita à evolução e atribuições das mais variadas instituições de poder com competências de monitorização das fronteiras, dos fluxos migratórios e da Segurança Nacional.

Numa segunda fase do trabalho, será realizada a componente empírica do estudo baseada em trabalho de campo. Esta compreende uma etapa prévia de observação direta, dado que no estudo de fenómenos geográficos — sobretudo aqueles que foram pouco investigados — é imprescindível o conhecimento dos lugares nas suas diversas dimensões (física,

demográfica, económica, social e cultural). Com efeito, Nogueira (1991) refere que “à semelhança das Ciências Físicas e Biológicas onde a teoria não pode avançar sem experimentação, as Ciências Sociais não poderiam avançar sem a observação dos factos e fenómenos” (p. 45). Desta forma, a observação factual da porosidade da fronteira terrestre irá decorrer na província de Niassa, tendo sempre em atenção as comunidades que estejam a residir ao longo da fronteira entre Moçambique e a Tanzânia, com enfoque no Posto Fronteiriço II Congresso em Niassa. No contexto da observação direta pretende-se aferir as evidências relativas à demarcação da linha de fronteira no território. Por outro lado, na interação com as autoridades policiais pretende-se aferir qual o sistema de segurança utilizado para proceder à fiscalização da linha de fronteira, bem como debater sobre as estratégias a que os imigrantes indocumentados recorrem para contornar os postos de travessia.

A aplicação do questionário irá permitir a recolha de informações junto de um grupo representativo da população residente na área fronteiriça de estudo (cerca de 230 participantes), no que se relaciona com a respetiva perceção relativamente ao impacto da imigração ilegal no seu quotidiano e a relação que estabelecem entre a imigração ilegal e a condição (porosidade) do limite fronteiriço. Está prevista igualmente a realização de entrevistas a alguns imigrantes ilegais e aos agentes da polícia de fronteira. Entretanto, devido às condições de insegurança na área de estudo, protagonizada pelos insurgentes, que por sua vez têm condicionado o deslocamento das populações fronteiriças, poderá recolher-se os dados nos locais onde a mesma se encontra reassentada. Por outro lado, nesta fase do trabalho, admite-se a dificuldade de conseguir a colaboração dos imigrantes ilegais, polícia e população fronteiriça, por medo ou desconfiança.

Por fim, a aplicação da técnica de *focus group* dará mais consistência aos dados recolhidos, dado que esta compreende a discussão em grupo da informação obtida através dos questionários e das entrevistas, por forma a encontrar novas pistas para situações inesperadas ou que ficaram menos claras (Fortunato & Silva, 2021). No entanto, será igualmente proveitosa de realização de *focus group* junto de outros investigadores, que tenham ou que estejam a desenvolver pesquisas similares por forma a recolher mais informações, trocar ideias, discutir problemas e refletir sobre possíveis soluções.

DESAFIOS À IMPLEMENTAÇÃO METODOLÓGICA

Importa agora refletir sobre os desafios que a realização da componente empírica da tese enfrenta, por forma a ultrapassar problemas que se

perspetivam devido à temática em análise, desde a indisponibilidade para a participação nos questionários e entrevistas até à falta de segurança que se verifica nesta área geográfica. Neste contexto, as principais dificuldades que se antevêm são as seguintes:

- Escassez de informação geográfica relativa à área fronteiriça de estudo;
- Insegurança da área de estudo, devido à situação político-militar que se vive no norte de Moçambique;
- Dificuldade de acesso aos imigrantes indocumentados, acentuada pela sua necessidade de “invisibilidade”;
- Garantir a participação da população residente nas comunidades fronteiriças, dada a atmosfera geral de desconfiança;
- Garantir a participação das autoridades locais;
- Obtenção de informação fidedigna; e
- Acesso à informação da polícia de fronteira, geralmente sonogada devido ao princípio de confidencialidade no seio das Forças de Defesa e Segurança.

Para a superação das limitações descritas, foi necessário delinear algumas estratégias, entre as quais se destacam:

- Estabelecer contacto com as autoridades políticas e de segurança local, para explicar a natureza e objetivo do estudo, dada a necessidade de proteção pessoal;
- Estabelecer contacto com os líderes comunitários, por forma a participarem na seleção de jovens com domínio da língua local e com qualificação académica que lhes permita colaborar na aplicação de questionários, dada a sua aceitação no seio na comunidade a inquirir;
- Gratificar os líderes comunitários e os inquiridores para suprir eventuais necessidades básicas decorrentes do processo e estimular o comprometimento em relação à tarefa a desempenhar;
- Estabelecer contactos com instituições, por forma a obter credenciação que permita o acesso às informações detidas pelos setores que vigiam e monitorizam a fronteira, e os fenómenos a ela associados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais contributos da presente investigação de doutoramento para a área científica da geografia prendem-se com uma melhor compreensão dos processos dinâmicos (sociais, culturais e económicos) em espaços de fronteira caracterizados por uma elevada porosidade, nomeadamente no que diz respeito à imigração indocumentada, temática de extrema complexidade no contexto africano e, em particular, moçambicano. Para além das dificuldades que a obtenção de informação e dados primários envolve — constituindo estas o principal desafio que se coloca à pesquisa —, acrescentam-se ainda as limitações relativas à generalização dos resultados obtidos, pois estes referem-se a uma amostra específica num contexto particular que poderá não refletir a realidade de outras áreas fronteiriças, aparentemente similares. Não obstante, a abordagem geográfica inerente ao trabalho é relevante para a identificação de possíveis soluções para mitigar os problemas associados à imigração ilegal e para o desenvolvimento de estratégias que promovam a paz e a inclusão nas áreas fronteiriças. Realça-se neste âmbito o objetivo da produção de uma base cartográfica, com recurso a sistemas de informação geográfica, que procurará reproduzir os principais resultados obtidos com a investigação, sobretudo no que respeita a distribuição espacial das principais vulnerabilidades associadas à porosidade da fronteira em estudo.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

REFERÊNCIAS

Batista, B., Rodrigues, D., Moreira, E., & Silva, F. (2019). Técnicas de recolha de dados em investigação: Inquirir por questionário e/ou inquirir por entrevista. In P. Sá, A. P. Costa, & A. Moreira (Eds.), *Reflexões metodológicas de investigação – Recolha de dados* (Vol. 2, pp. 13–36). UA Editora.

- Canastra, F., Haanstra, F., & Vilanculos, M. (2015). *Manual de investigação da Universidade Católica de Moçambique*. Universidade Católica de Moçambique.
- Cichoski, P. (2020). RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993. *Geographia Opportuno Tempore*, 6(1), 141–147. <https://doi.org/10.5433/got.2020.v6.38992>
- Dopcke, W. (1999). A vida longa das linhas retas: Cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. *Rotas de Interesse*, 42(1), 77–109. <https://doi.org/10.1590/S0034-73291999000100004>
- Ferrari, M. (2014). As noções de fronteira em geografia. *Perspectiva Geográfica*, 9(10), 1–25. <https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161>
- Fortunato, M., & Silva, P. C. (2021). Modera, observa, escuta e foca-te na conversa de grupo – Uma reflexão crítica. In P. Sá, A. P. Costa, & A. Moreira (Eds.), *Reflexões metodológicas de investigação – Recolha de dados* (Vol. 2; pp. 37–51). UA Editora. <https://doi.org/10.34624/ka02-fq42>
- Gomes, A. (2014). Formação e dinâmicas das fronteiras no território moçambicano. *Boletim Campineiro de Geografia*, 4(2), 259–284. <https://doi.org/10.54446/bcg.v4i2.165>
- Machado, L. (1998). Limites, fronteiras e redes. In T. M. Strohaecker, A. Damiani, N. O. Schaffer, N. Bauth, & V. S. Dutra (Eds.), *Fronteiras e espaço global* (pp. 41–49). AGB.
- Mahavene, G. G. (2020). *Mudanças legislativas e concepções de imigração: Controlo e gestão de fluxos migratórios em Moçambique* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/47811>
- Nogueira, O. J. O. (1991). Migrações internas: Tentativas de se buscar uma teoria. *Análise & Conjuntura*, 6(1), 38–47.
- Patrício, M. (2014). A fronteira Moçambique Zimbabué e os NDAU: Práticas e representações transfronteiriças no distrito moçambicano de Mussurize (de 1975 à actualidade). *Cadernos de Estudos Africanos*, (27), 79–102. <https://doi.org/10.4000/cea.1480>
- Seda, F. L. M. (2017). *Gestão de fronteiras moçambicanas. Uma análise do impacto dos padrões internacionais de segurança para as regiões fronteiriças*. Escolar Editora.

- Silva, L. L. S. (2018). As condições espaço-temporais das fronteiras dos Estados. *GEOSUL*, 33(68), 313–334. <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2018v33n68p313>
- Steiman, R., & Machado, L. O. (2002). *Limites e fronteiras internacionais – Uma discussão histórica-geográfica*. Grupo Retis.
- Zeca, E. J. (2017). Limites e fronteiras na África Austral: Moçambique e processo de delimitação e desafios da reafirmação fronteiriça na região. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 6(12), 217–235. <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v6i12.6750>

Citação:

Lameco, J. A., & Caldeira, M. J. (2023). Porosidade da fronteira terrestre moçambicana — Impacto na imigração indocumentada sob a perspectiva da segurança nacional. Caso da fronteira de Moçambique com a Tanzânia. In E. C. e Silva, M. Laranjeira, P. Portela, & V. de Sousa (Eds.), *Desafios metodológicos em ciências sociais. Atas das IX Jornadas Doutorais do CECS* (pp. 114–125). CECS.

JORGE RAFAEL MARTINS GARRIDO

id9798@alunos.uminho.pt

**Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de
Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal**

LEGITIMIDADE – A ESSÊNCIA DA AUTORIDADE: PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

RESUMO

Parte imutável da autoridade, a legitimidade corresponde ao reconhecimento que um indivíduo ou grupo de indivíduos conferem a outros indivíduos, organizações e entidades, para que estas exerçam, com o consentimento dos primeiros, a autoridade legitimada por esse consentimento, influenciando e, em certos casos, coagindo os primeiros a fazer o que é solicitado ou determinado. Neste trabalho é descrito como os conceitos de “autoridade” e “legitimidade” se constituíram como o ponto de partida para um novo processo de investigação. Especifica-se o tema, discutindo-se o papel das autoridades tradicionais moçambicanas no processo de democratização do país e a forma como elas estão, ou não, integradas na estrutura de legitimação da autoridade política racional/legal de Moçambique, abordando os conceitos de autoridade e legitimidade (Weber, 1922/1978).

Em 1992, o Acordo Geral de Paz assinalou o fim da guerra civil e marcou o início do processo de democratização. Dois anos mais tarde realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias, que a Frente de Libertação de Moçambique ganhou. Os processos eleitorais seguintes ficaram marcados por taxas de participação cada vez menores e maior abstenção (Brito, 2007), colocando em causa a legitimidade da autoridade do vencedor. Por outro lado, Nuvunga (2013) refere que as autoridades tradicionais e as pessoas que olham para elas como a entidade legítima para exercer autoridade, pelo menos a nível local e, especialmente, nas áreas mais rurais de Moçambique, constituem as bases do eleitorado da Resistência Nacional Moçambicana, o principal partido da oposição.

PALAVRAS-CHAVE

autoridade; autoridades tradicionais; democratização; legitimidade;
Moçambique

INTRODUÇÃO

O processo de investigação inerente à elaboração de uma tese de doutoramento, ou qualquer outro documento académico ou científico, é algo contínuo, ou seja, não termina com a apresentação e/ou divulgação do documento em causa (Bourke, 2014). Por conseguinte, após a apresentação do documento à comunidade científica e ao mundo, o(s) autor(es) e os interessados refletem acerca do mesmo: sobre o tema, os objetivos, o conteúdo e, finalmente, sobre as conclusões. Dessa reflexão podem emergir novos caminhos, isto é, um renovado processo de investigação. De facto, tal como Bourke referiu, em 2014, “as nossas reflexões podem tomar forma de outras maneiras” (p. 1). Isto poderá querer dizer que as reflexões, baseadas nas implicações de um renovado processo de investigação, podem levar ao desenvolvimento de uma (nova) ideia, à recolha de mais dados e informação, e a outras descobertas.

O exposto no parágrafo anterior ocorreu aquando da conclusão da dissertação de mestrado, no início de 2021. O documento versava, por um lado, sobre o ramo científico específico da geografia política, através da distribuição espacial dos resultados eleitorais ocorridos na Guiné-Bissau, e, por outro lado, sobre os conteúdos presentes nos relatórios finais das Missões de Observação Eleitoral (MOE), levadas a cabo pela União Europeia (UE) no país. Os relatórios finais das MOE incluem a avaliação do processo eleitoral observado e a lista de recomendações para melhorar futuros processos eleitorais. Em pelos menos dois desses relatórios o seguinte é expresso:

a oferta de bens foi prática comum observada em todo o país. Apesar desta prática poder ser considerada como tentativa de compra de voto, ela está profundamente arraigada na sociedade; fazer ofertas ao chefe tradicional ou régulo poderá ser visto como uma forma de tentar influenciar a sua decisão sobre quem ele deverá instruir o seu povo a votar a favor, mas é, ao mesmo tempo, uma tradição antiga quando alguém vai em visita às tabancas. Aquele que faz mais ofertas ganhará, certamente, a simpatia do chefe local, contudo, o segredo de voto não garante que ele vote em conformidade com essa suposta simpatia. (Missão de Observação Eleitoral da União Europeia, 2008, p. 25)

A oferta de presentes a eleitores e chefes de tabancas pelos candidatos, embora proibido pela lei eleitoral, segue aparentemente uma prática cultural em que oficiais ou visitantes oferecem presentes quando visitam os régulos ou outros oficiais e pessoas em geral, tornando bastante difícil uma distinção entre o que é compra de voto e o que

são ofertas de cortesia. (Missão de Observação Eleitoral da União Europeia, 2014, p. 29)

Foi sobre estes dois excertos que a reflexão se centrou e seria a partir deles que o processo de investigação encontraria oportunidade e espaço para prosseguir, agora no formato de tese de doutoramento. A questão de partida primordial do doutoramento prende-se com a relação entre o que se entende por democracia, definida através das normas, dos valores e dos princípios internacionais, e as dimensões culturais de Moçambique. Pretende-se questionar o papel da autoridade tradicional no contexto da política interna e perceber de que forma ela pode contribuir para a estabilidade política, concretizando a ponte de aspetos culturais e tradicionais com a descentralização e a articulação política de Moçambique. Assim, procurou-se responder às seguintes questões de investigação:

- Qual a relação entre a democratização, a descentralização política e a cultura tradicional de Moçambique? Haverá incompatibilidade entre elas?
- Será possível um sistema híbrido de governação que inclua, tanto a “forma genuinamente africana de governança local” (West & Kloeck-Jenson, 1999, p. 455), como o respeito das normas e dos princípios que definem a democracia?
- Poderá esse sistema, através de uma melhor articulação política, permitir o aparecimento de comunidades mais resilientes à violência e à injustiça?
- Em suma, será possível alcançar a paz através do cruzamento entre a democracia e a cultura?

O doutoramento consagra, ainda, um conjunto de objetivos que se pretende alcançar com a sua elaboração:

- Contribuir para o desenvolvimento de novos conhecimentos sobre temas como a democracia, a democratização, as eleições, o poder central e a autoridade tradicional de Moçambique;
- Concretizar o enquadramento geográfico e histórico-político do país, abordando as diversidades étnica, linguística e religiosa e as questões culturais a elas associadas e especificando a focagem em torno da organização política local e da noção de “poder local”;
- Identificar eventuais pontos de fricção entre os princípios democráticos e a cultura tradicional de governação local de Moçambique;

- Projetar possíveis soluções que incluam o cruzamento das dimensões culturais com as opções políticas, de modo a que elas atuem como catalisadores de estabilidade política e de resiliência a casos de violência, promovendo desse modo a democracia e a paz em Moçambique.

Concluindo, os excertos dos relatórios finais das MOE-UE foram responsáveis por conduzirem a um novo caminho a explorar, a partir do qual o desenvolvimento de novas ideias se tornou possível, a recolha de informação necessária e a obtenção de novas descobertas inevitável.

Este artigo visa discutir e refletir sobre o processo de investigação a partir dos conceitos estudados durante a elaboração da tese de doutoramento.

O CONCEITO DE LEGITIMIDADE COMO PONTO DE PARTIDA DA INVESTIGAÇÃO

Neste artigo, o conceito de legitimidade é discutido, explicando-se como é que ele contribuiu para a condução do processo de investigação.

Em primeiro lugar, foi necessário encontrar um exemplo semelhante ao dos relatórios finais das MOE-UE na Guiné-Bissau, mas agora nos relatórios finais das MOE-UE em Moçambique. Ora, a partir da leitura e análise dos relatórios das MOE-UE em Moçambique, é possível identificar o relacionamento entre órgãos institucionais, característicos dos Estados democráticos, e as autoridades tradicionais moçambicanas, como, por exemplo, a interação que o Secretariado Técnico da Administração Eleitoral estabeleceu, em 2009, com os líderes tradicionais, para, em conjunto, melhor e mais rapidamente informarem e sensibilizarem a população das áreas rurais sobre os processos inerentes à realização de eleições (Missão de Observação Eleitoral da União Europeia, 2009).

A constatação de que figuras, instituições e órgãos do Estado característicos das democracias modernas recorrem a líderes tradicionais, entidades que à partida não são consentâneas com os princípios democráticos, para melhor comunicarem, informarem e educarem a população sobre os processos eleitorais, fez com que a reflexão, e, conseqüentemente, o processo de investigação, seguisse um caminho que envolveu o suscitar de questões em torno do real detentor da legitimidade e da autoridade/poder nas áreas mais rurais de Moçambique.

A procura por uma resposta conduziu a uma análise primária do conceito de democracia/democratização e de autoridade tradicional, no contexto concreto de Moçambique.

Consequentemente, e partindo do conceito de legitimidade, o processo de investigação seguiu dois caminhos distintos. A Figura 1 representa o sentido da reflexão e do processo de investigação seguidos.

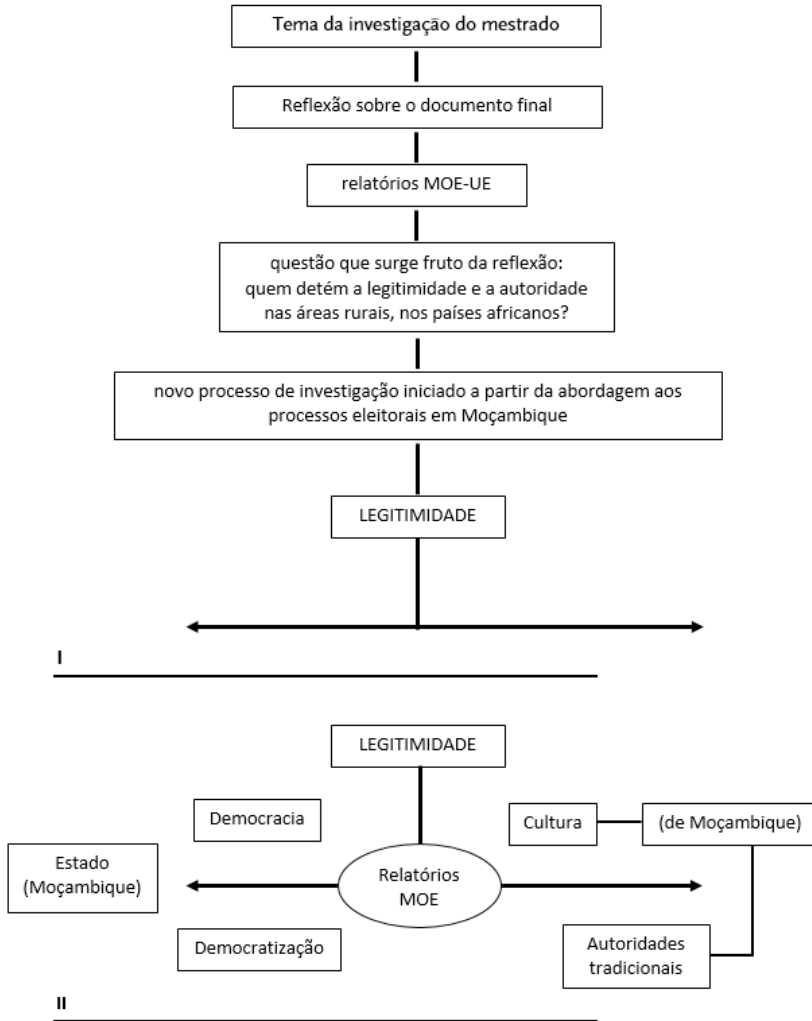


Figura 1. Sentido da reflexão e do processo de investigação

Por um lado, partindo do conceito de legitimidade, a investigação seguiu para a análise dos conceitos de democracia e de democratização. No âmbito destes dois conceitos incluem-se os processos eleitorais, e, nestes, as MOE. Posteriormente, partindo dos conceitos de democracia e de

democratização recuaria, esquematicamente, até ao conceito de Estado. A análise deste conceito é importante, pois ele remete para outro conceito: o de fronteira, essencial para a temática da legitimidade das autoridades tradicionais moçambicanas e a sua relação com órgãos e instituições estatais de cariz nacional. As fronteiras do Estado moçambicano, tal como as fronteiras de outros países africanos, foram definidas durante a Conferência de Berlim (1884–1885), da qual resultou a separação e/ou união de nações pré-existentes ao período colonial.

Por outro lado, partindo mais uma vez do conceito de legitimidade, avançou-se para a análise do conceito de autoridade tradicional e, seguidamente, para os aspetos culturais intrínsecos de Moçambique, nomeadamente no que se refere aos modos de organização social e legitimação da autoridade e relação com entidades, atores, órgãos e instituições de cariz nacional. A este nível Nuvunga (2013) refere que as autoridades tradicionais e as pessoas que as veem como a entidade com legitimidade para exercer a autoridade, pelo menos ao nível local e especialmente nas áreas mais rurais de Moçambique, constituem as bases do eleitorado da Resistência Nacional Moçambicana, o principal partido da oposição.

O ELEMENTO DE LIGAÇÃO DOS CONCEITOS

Como foi referido anteriormente, o conceito de legitimidade constituiu o ponto de partida do novo processo de investigação. No entanto, faltava algo para concretizar a ponte entre os conceitos: um elemento de ligação entre a legitimidade, construção do Estado moçambicano e o seu processo de democratização e a legitimidade, as autoridades tradicionais e os diferentes aspetos culturais endógenos do país.

O trabalho desenvolvido aquando da dissertação de mestrado revelou-se útil, uma vez mais, para encontrar tal elemento de ligação entre conceitos. Nos relatórios finais das MOE-UE na Guiné-Bissau estavam expressos alguns exemplos da relação entre agentes políticos e as autoridades tradicionais guineenses, nomeadamente durante os períodos das campanhas eleitorais. Do mesmo modo, nos relatórios finais da MOE-UE em Moçambique foram encontrados exemplos da interação entre órgãos do Estado e as autoridades tradicionais, durante os processos eleitorais (Missão de Observação Eleitoral da União Europeia, 2009, p. 20). Como tal, os relatórios das MOE são o elemento de ligação e de sustentação entre o conceito de legitimidade e os demais conceitos.

No entanto, nos relatórios finais das MOE-UE em Moçambique não é possível identificar tantos exemplos quantos os encontrados no caso da Guiné-Bissau. A falta de exemplos poderia colocar em causa a escolha dos relatórios como elemento de ligação dos conceitos. Não obstante, esta opção manteve-se, uma vez que tais documentos incluem outro tipo de conexões para temas relevantes para o desenvolvimento sustentado do processo de investigação.

DISCUSSÃO DOS CONCEITOS

Segue-se uma breve análise ordenada dos conceitos que resultaram da reflexão e do processo de investigação.

LEGITIMIDADE E AUTORIDADE

Legitimidade consiste na aceitação da autoridade por aqueles que estão sujeitos a tal autoridade, que é atribuída ao poder político e às suas instituições, ou ao poder tradicional, ou a qualquer outra entidade que a população considere legítima. Por outras palavras, legitimidade é o grau de adesão e consentimento que os cidadãos atribuem à autoridade, seja ela qual for (Fabienne, 2017). Por isso é que a legitimidade é a essência da autoridade.

Importa, também, concretizar a distinção entre poder e autoridade. O poder refere-se à capacidade de influenciar ou controlar o comportamento dos outros, através, por exemplo, da coerção, mesmo sem o consentimento generalizado da população. A autoridade refere-se ao direito de exercer o poder, direito esse que emana da legitimação pela população (Silveira, s.d.; *Sociology: Understanding and Changing the Social World*, 2010; Weber, 1922/1978). Segundo Max Weber (1922/1978), a autoridade é uma forma de poder, cujo uso é considerado justo, legítimo e apropriado por aqueles sobre os quais o poder é exercido, ou seja, a população. Em suma, se uma sociedade aprova o exercício do poder de uma forma particular, então esse poder também é autoridade legítima (*Sociology: Understanding and Changing the Social World*, 2010; Weber, 1922/1978). Weber identificou três tipos de autoridade: (a) carismática, baseada numa figura que é entendida pela população como sendo carismática; (b) tradicional, baseada em costumes e tradições que foram estabelecidos ao longo do tempo; e (c) racional-legal, baseada num sistema de regras e leis que são consideradas racionais e legítimas.

DEMOCRACIA E DEMOCRATIZAÇÃO

O facto de a legitimidade da autoridade tradicional residir, em última análise, na vontade da população e no seu consentimento, tem como implicação que este tipo de autoridade possa ser considerado como democrático, mesmo não contemplando eleições? Recorde-se que a democracia não se define única e exclusivamente pela realização periódica, livre, justa, plural e pacífica de eleições, ou seja, a democracia não se esgota nas eleições, ainda que seja comum referir-se que sem eleições não há democracia.

Assim, é possível teorizar sobre o conceito de democracia em sentido mais lato, de modo a enquadrar a legitimação informada e consciente da autoridade tradicional pelo povo. Tal conceção do termo “democracia” fundamenta-se na etimologia da própria palavra: “poder do povo”. Simultaneamente, não é possível deixar de questionar se será lícito implementar eleições em geografias onde a população informada e consciente não consente essa imposição e a alteração do regime político vigente, preferindo, em vez disso, legitimar o poder conferido à autoridade tradicional.

Decerto, a formulação de tal ideia acarreta riscos, e poderá ser instrumentalizada por líderes pseudodemocráticos como meio para não conduzirem os esforços necessários à democratização do país que governam, quando ela é vindicada pela generalidade da população. A democratização é o processo através do qual um Estado se torna mais democrático, por via da criação de instituições e órgãos estatais característicos de um regime democrático, realização de eleições, respeito pelos direitos humanos (Kauffman, 2023). O processo de democratização de Moçambique teve início 17 anos após os períodos da guerra pela libertação/independência e da guerra civil, com a assinatura do Acordo Geral de Paz de Moçambique (1992), que abriu espaço ao pluripartidarismo político e à realização das primeiras eleições gerais, em 1994 (Cabrita, 2000; Caliche, 2014; Cuco, 2016; Silva, 2016). No caso de Moçambique, o processo de democratização envolveu esforços para estabelecer instituições e práticas democráticas, incluindo eleições livres e justas. As autoridades tradicionais, principalmente as que encontram na população o âmago da sua legitimidade, adquiriram importância renovada na vida política do país, quer na administração do território e das necessidades da população, quer na resolução de problemas locais e específicos de uma determinada comunidade, especialmente nas áreas rurais.

O principal desafio perante a hipotética validação da interpretação mais abrangente do conceito de democracia expressa anteriormente será, então, o de integrar as renovadas formas de legitimação da autoridade

tradicional, com, por um lado, o sistema de criação do Estado moderno em pleno processo de democratização, e, por outro lado, com as normas e os princípios democráticos, reconhecidos pela generalidade da comunidade internacional. Afinal, o intuito do processo de democratização é tornar o Estado mais democrático, de preferência, se viável, a todos os níveis administrativos, desde o nacional, passando pelo regional, até ao nível autárquico e local e substituir todos os processos de legitimidade da autoridade tradicional por processos eleitorais. No entanto, acredita-se que é possível conciliar os dois aspetos, ou seja, um Estado, onde existam várias nações no seu interior, pode tornar-se mais democrático sem suprimir aspetos culturais intrínsecos.

ESTADO

De acordo com a Convenção de Montevideo (Convenção Sobre Direitos e Deveres dos Estados Adotada Pela Sétima Conferência Internacional Americana, 1933), “o Estado como pessoa de Direito Internacional deve reunir os seguintes requisitos: população permanente; território determinado [por fronteiras internacionalmente reconhecidas]; governo e a capacidade de iniciar relações com os demais Estados” (p. 37).

Partindo da definição genérica apresentada anteriormente, importa refletir sobre a questão das fronteiras. Neste sentido, refira-se que as fronteiras que, atualmente, delimitam e demarcam o Estado moçambicano foram definidas em 1890–1991, entre Portugal e a Grã-Bretanha, num momento em que “a forma de Moçambique deixou de ser influenciada pelos povos da região e passou a ser determinada por diplomatas na Europa” (Newitt & Newitt, 2017, p. 92). A partição de África resultou na separação de povos pertencentes à mesma nação por diferentes Estados e/ou na agregação de nações africanas diferentes numa mesma entidade estatal. É por isso que é comum referir-se que este ou aquele Estado africano é diverso e rico do ponto de vista cultural: devido às várias culturas presentes dentro do mesmo Estado, cada uma com a sua etnia, língua, costumes, modos de organização social e formas de configuração da legitimidade e da definição da entidade com a autoridade sobre o povo.

Tal diversidade suscita problemas, como, por exemplo, a propensão para o escalar de conflitos internos entre nações do mesmo Estado, fruto de rivalidades com origem na religião, costumes e culturas diferentes, mas também entraves no que se refere à implementação e maturação célere do sistema democrático. Isto sucede não só ao nível nacional, mas em todas as regiões e províncias do Estado, principalmente nas áreas mais rurais de

muitos países de África, onde perduram modos mais tradicionais de organização social, política e de configuração de autoridade e legitimidade. Pelo facto de no período colonial alguns líderes tradicionais terem auxiliado o colonizador a controlar e gerir o território, os modos tradicionais foram e continuam a ser catalogados como heranças do período colonial, ou seja, exemplos de práticas de subjugação dos africanos face ao colonizador.

No caso de Moçambique, o percurso político-ideológico seguiu o caminho ditado pelo partido da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). O marxismo-leninismo subjaz a unidade nacional como caminho para a construção do Estado moderno e independente e defende que o tribalismo e os líderes tradicionais representam resquícios do tempo colonial, pelo que é necessário torná-los irrelevantes. Samora Machel (TODA HORA, 2021), primeiro presidente não eleito de Moçambique referiu, parafraseando Robespierre, “é preciso matar a tribo para construir a nação” e “em Moçambique não há [esta ou aquela tribo], em Moçambique há moçambicanos” (00:01:13). Estas afirmações refletem a crença de Machel de que as divisões tribais e étnicas precisavam de ser superadas para construir uma nação forte e unida. Machel via o tribalismo como uma força de divisão que poderia impedir o desenvolvimento de uma identidade nacional coesa e travar o progresso do país recém-independente.

Mas, pese embora o domínio político da Frelimo verificado desde 1975, ainda hoje são inegáveis a presença e o papel dos líderes tradicionais, tanto em contexto urbano como em contexto rural (Meneses, 2009).

Concluindo, o facto de o território municipal, composto por 65 municípios (Lei n.º 10/97, 1997; Lei n.º 11/2013, 2013; Lei n.º 3/2008, 2008; Lei n.º 25/2022, 2022) ser menos extenso do que o território nacional faz com que haja, a nível local, duas geografias políticas distintas dentro do mesmo Estado:

- Geografia urbana, que inclui todos os municípios onde a autoridade é legitimada pela eleição democrática de presidentes e assembleias municipais, ou seja, nestes territórios ocorrem processos eleitorais ao nível autárquico; e,
- Geografia rural que corresponde a todo o território nacional, composto pelas várias localidades moçambicanas que não fazem parte de nenhum município e onde a autoridade encontra legitimidade ao abrigo do Artigo 1.º e Alínea a), do Artigo 5.º do Decreto n.º 15/2000, ou seja, nestes territórios não ocorrem processos eleitorais ao nível autárquico, mas a autoridade tradicional é legitimada e consentida pela população.

Esta geografia administrativa permite obter uma representação concreta da realidade política moçambicana e fornece-nos pistas sobre aspetos relacionados com os conceitos de legitimidade, autoridade e autoridades tradicionais em Moçambique.

MISSÕES DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL

No âmbito dos processos de democratização, existem organizações e entidades que, mediante o convite de um governo de um país onde ocorrerão eleições, efetuam MOE (Tribunal de Contas Europeu, 2017). No final de cada MOE é elaborado um relatório final de missão com a avaliação do processo eleitoral observado, mediante o respeito pelas normas e pelos princípios democráticos e, ainda, com a indicação das recomendações para melhorar futuras eleições (Tribunal de Contas Europeu, 2017). Além do supracitado, os relatórios finais contêm informações relevantes sobre a realidade política, social, cultural, vivida no país observado.

A partir da leitura e análise das várias MOE levadas a cabo pela UE em Moçambique é possível identificar o relacionamento existente entre órgãos institucionais característicos dos Estados democráticos e as autoridades tradicionais moçambicanas, como, por exemplo, a interação entre o Secretariado Técnico da Administração Eleitoral e os líderes tradicionais, ocorrida em 2009, com o intuito de melhor e mais rapidamente informar e sensibilizar a população, das áreas rurais, acerca dos processos associados à realização de eleições (Missão de Observação Eleitoral da União Europeia, 2009, p. 20).

Quando se procura entender a razão deste tipo de missões e o seu papel no panorama internacional contemporâneo, emergem várias questões. Susan Hyde (2011) refere que, para os líderes pseudodemocráticos conseguirem financiamento no mercado global têm, primeiramente, de enviar os sinais certos à comunidade internacional de que estão a conduzir esforços para a democratização dos seus Estados. Assim, caso um determinado líder político seja entendido, *a priori*, pela comunidade internacional como menos democrático, ele ver-se-á “obrigado” a convidar uma MOE, sob pena de lhe serem cortadas as linhas internacionais e globais de financiamento. Neste sentido, recorde-se que Moçambique foi o país onde a UE mais MOE realizou — foram sete, desde 1993 até 2019. No entanto, mesmo após o convite feito pelo Governo moçambicano para as eleições autárquicas de 2023, e apesar do nível democrático no país estar a diminuir (Aaron et al., 2021, 2022, 2023; Buyon et al., 2020), a UE não realizou mais MOE em Moçambique.

Por outro lado, e talvez como resposta ao expresso no parágrafo anterior, surgem cada vez mais exemplos de outros atores emergentes no panorama internacional, que demonstram através de ações concretas, e, aparentemente, sem compromissos envolvidos, que não é necessário ser-se democrático, ou uma plena democracia, para se implementarem grandes projetos infraestruturais, resolverem problemas estratégicos do Estado, realizarem negócios e trocas comerciais no palco global e, por fim, que não é imperativo atender aos pedidos de democratização, de cariz quase coercivo, dos atores ocidentais. Veja-se, a título de exemplo, o caso salvadorenho, nomeadamente no que se refere à atuação do Presidente Bukele e a forma como ele solucionou o problema da criminalidade no seu país, mas prejudicando a sua democracia (Nilsson, 2022). Mais uma vez, este tipo de casos pode acarretar riscos graves, já que líderes podem influenciar a população com a falsa promessa de que resolvem os problemas mais urgentes e complexos da sociedade de forma célere e eficiente, mas em detrimento dos direitos dos cidadãos. No caso salvadorenho, a população até pode aprovar a estratégia política adotada por Bukele — ele é o presidente mais popular da América Latina (CID Gallup, 2023) —, ainda que dela resulte a usurpação total dos direitos de uma parte dos seus concidadãos e uma negação parcial dos direitos dos cidadãos. Bukele foi condenado pela comunidade internacional (*El Salvador: President Bukele Pledges to Respect Human Rights*, 2019; Phillips, 2022). Mas, para a esmagadora maioria da população (afinal pode-se perguntar se isso não é o que a democracia significa, verdadeiramente) o importante é sentir liberdade e segurança na via pública.

A congratulação interna dos salvadorenhos choca com o criticismo externo da comunidade internacional, fazendo com que o mundo ocidental seja, por vezes, conotado com hipocrisia (*Amnistia Internacional Denuncia “Hipocrisia” do Ocidente*, 2023). Posteriormente, a reação natural do mundo não ocidental é procurar alternativas, quer internamente, quer no palco internacional (Aaron et al., 2022; Gopnik, 2022; Mearsheimer, 2019). Uma resposta que advém do pensamento seguinte: a população de um determinado Estado não ocidental está grata pela resolução célere do problema social, político, económico, ambiental, apesar de ter sido resolvido de forma não democrática; mas, uma vez que a comunidade internacional condena e descredibiliza os líderes desse Estado pelo método adotado, a população e o próprio Estado optam por ignorar a narrativa ocidental, que a partir deste momento passa a ser vista como hipócrita, e começam a procurar alternativas.

Em Moçambique, a procura por respostas alternativas traça um novo caminho que conduz a destinos onde a abordagem dos aspetos culturais intrínsecos do país adquire um renovado foco de interesse. Tais aspetos

interligam-se com os conceitos de legitimidade e autoridade e legitimidade da autoridade tradicional moçambicana em contexto de democratização do Estado. Invariavelmente, todos os conceitos se encontram num cruzamento de intervalos temporais que vão desde o pré-colonial, passando pelo colonial, até ao pós-colonial, a partir do qual se espera descobrir a possibilidade, ou não, de se concretizar a mescla entre os princípios democráticos reconhecidos pela generalidade da comunidade internacional, e os modos tradicionais de organização social, ao nível local, em Moçambique.

AUTORIDADES TRADICIONAIS E O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

As autoridades tradicionais são figuras que exercem funções de liderança e mediação, baseadas na tradição e na cultura locais, podendo desempenhar um papel essencial na resolução de conflitos (Meneses, 2005).

Em Moçambique, as autoridades tradicionais são reconhecidas pelo Estado por meio de legislação. A Lei de Organização Judiciária (Lei n.º 12/1978, 1978) limita a jurisdição formal ao nível distrital e exclui os tribunais de base da estrutura judicial oficial (Utter, 2021). No entanto, as autoridades tradicionais ainda podem desempenhar um papel na resolução de conflitos no seio das suas comunidades por meio de estruturas informais, como os tribunais comunitários. Este tipo de tribunal informal existente em Moçambique tem a sua origem nos antigos tribunais populares, que foram reconstituídos ao nível local como Tribunais Comunitários, no início da década de 1990 (Alfazema, 2015). Estes tribunais são compostos por juizes eleitos que são membros da comunidade e representam os cidadãos (Rainha, 2008).

É precisamente nas áreas rurais e nos centros culturais e políticos das nações pré-coloniais africanas que os modos tradicionais de resolução de conflitos permanecem mais fortes, embora, em alguns casos, operem de forma diferente à que operavam no período pré-colonial, colonial e pós-colonial — ou seja, o que era tradicional no período pré-colonial, não corresponde ao tradicional do período colonial, nem ao tradicional do período pós-colonial (Florêncio, 2003; Keese, 2010; Meneses, 2005; Newitt, 2010). Talvez por isso Buur e Kyed (2006) argumentem que quer a visão sobre as autoridades tradicionais como uma forma de autoridade africana “genuína”, legitimada por crenças e práticas tradicionais, quer a visão sobre as autoridades tradicionais como uma forma de poder “corrompida” pelo domínio colonial, são inadequadas para entender a situação atual. Ainda assim, Kate Baldwin e Katharina Holzinger (2019) defendem que as autoridades

tradicionais podem ser compatíveis com a democracia e, inclusivamente, responsáveis perante os cidadãos. Isto porque adotam processos de tomada de decisão inclusivos e têm fortes conexões não eleitorais com as comunidades que representam.

Apesar de as instituições políticas tradicionais serem regularmente consideradas irresponsáveis e ilegítimas, porque são dirigidas por líderes antidemocráticos que não estão sujeitos a sanções eleitorais (Baldwin & Holzinger, 2019), uma pesquisa sobre as práticas contemporâneas de mais de 1.400 grupos étnicos que atualmente possuem instituições políticas tradicionais, realizada com base em novas informações do conjunto de dados TradGov Group, demonstra que essas instituições possuem os seus próprios mecanismos de apuramento de responsabilidades (Baldwin & Holzinger, 2019). Por exemplo, a nomeação pode ser usada em combinação com outros processos de seleção. De uma forma mais geral, esta questão não consegue distinguir entre o mecanismo de seleção “real” e atos performativos adicionais (possivelmente). Por exemplo, na Namíbia, os chefes tradicionais são selecionados com base nos membros do clã e nas funções herdadas. Mas eles também precisam de ser reconhecidos pelos seus pares no Conselho Nacional de Líderes Tradicionais, o presidente e o Ministério do Governo Regional e Local, Habitação e Desenvolvimento Rural — o que leva a conflitos em alguns casos (Holzinger et al., 2017, p. 22).

O processo de democratização em Moçambique tem sido complexo, devido, em parte, às diferentes relações verificadas entre as autoridades tradicionais e o Estado ao longo dos períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial.

O domínio colonial português em Moçambique estendeu-se desde o século XVI até 1975. Durante este tempo, as autoridades tradicionais foram marginalizadas ou cooptadas pela administração colonial (West & Kloeck-Jenson, 1999).

Depois de alcançar a independência, em 1975, Moçambique foi governado pela Frelimo, um partido marxista-leninista que liderou a luta de libertação. Em 1978, a autoridade tradicional foi abolida por meio de uma lei destinada a reformar o sistema administrativo colonial (Decreto n.º 06/1978, 1978, como citado em Meneses, 2009). Os governos pós-coloniais viam os líderes tradicionais com desconfiança, como resquícios do passado colonial e, inclusivamente, como colaboradores dos mestres coloniais e, por isso, como impedimentos à plena implementação dos projetos de modernização e construção do Estado moçambicano.

No entanto, as autoridades tradicionais continuaram a desempenhar um papel na governação local em Moçambique, especialmente nas áreas mais rurais do país.

No ano 2000, o Governo moçambicano aprovou o Decreto n.º 15/2000 (2000) que introduziu os líderes comunitários como figura legal, definidos como “pessoas que exercem uma certa forma de autoridade sobre uma determinada comunidade ou grupo social” (Art. 1.º, n.º 1), prevenindo uma via para a inclusão formal de autoridades tradicionais no sistema político moçambicano. Assim, desde 2002, os líderes tradicionais locais são reconhecidos pelo Estado como autoridades comunitárias e como assistentes dos níveis locais do Estado em assuntos administrativos, de desenvolvimento e de segurança do Estado, contribuindo, também, para o processo de descentralização, essencial ao processo de democratização.

Neste sentido, em 2006, Buur e Kyed estudaram como a autoridade tradicional está a ser formalizada em Moçambique, através da implementação do referido decreto. De acordo com os autores, o atual quadro legal em Moçambique institucionaliza uma diferenciação rural-urbana da governação local, permitindo o reconhecimento de “autoridades comunitárias” nas áreas rurais e a representação eleita em 65 contextos urbanos (Caldeira, 2023; Mapote, 2022).

Um ano antes, em 2005, Maria Paula Meneses argumentou que “as autoridades tradicionais em Moçambique desempenham um papel nas estruturas informais de resolução de conflitos” (p. 1). Na altura, talvez devido à aplicação do Decreto n.º 15/2000 (2000), emergiu o debate sobre “a (re)emergência das autoridades tradicionais e do direito consuetudinário no cenário pós-colonial da administração da justiça” (Meneses, 2005, p. 1), em Moçambique. Tal debate viria a ser caracterizado pela existência de duas linhas de argumentação, utilizadas para explicar a razão e a importância da persistência do elemento tradicional:

- A primeira linha diz respeito à (re)tradicionalização da África. Este argumento afirma que as crises políticas contemporâneas devem ser analisadas por meio da renovação de crenças e instituições locais mais antigas;
- A segunda “defende que a ‘modernidade’ da política africana explica as políticas recentes, vistas aqui como emergentes dos constrangimentos da modernidade e da ‘globalização’, desencadeando novos contextos e novas dinâmicas” (Meneses, 2005, p. 1).

O trabalho desenvolvido pela autora compreende o Estado moçambicano como um Estado heterogêneo e procura promover uma compreensão empiricamente sólida e dinâmica das relações entre as múltiplas instâncias judiciais presentes no país, no contexto das transformações culturais na África. O trabalho subentende, ainda,

uma visão ampla da lei, incluindo práticas consuetudinárias locais/indígenas, lei religiosa, bem como a lei civil estatal e instituições e processos de aplicação, a fim de vislumbrar uma visão inovadora sobre direitos humanos, que se baseie em normas e instituições locais, culturais e legais, e prioridades estabelecidas por estruturas locais, nacionais e internacionais. (Meneses, 2005, p. 2)

CONCLUSÃO

De um modo geral, a relação entre as autoridades tradicionais e a construção do Estado e a democracia é complexa e pode variar consoante o contexto específico. Em alguns casos, as autoridades tradicionais podem desempenhar um papel positivo, ao proporcionar um elo entre o Estado e as comunidades locais, auxiliando na resolução de conflitos e mantendo a ordem social. No entanto, noutros casos, as autoridades tradicionais podem ser vistas como um desafio à construção do Estado e à democracia. Por exemplo, se as autoridades tradicionais detiverem poder e influência significativos, elas podem resistir aos esforços para estabelecer instituições e práticas democráticas. Além disso, as autoridades tradicionais podem nem sempre operar de forma democrática, uma vez que o seu poder se baseia, de um modo geral, em costumes ou tradições, e não em princípios democráticos, como eleições livres e justas. Mas, talvez seja necessário entender a legitimação consistente e informada da população dessas autoridades tradicionais como algo verdadeiramente democrático. O pensamento rege-se pela compreensão do seguinte: democracia significa poder do povo, portanto é antidemocrático impor a democracia liberal ocidental em geografias onde a população, de forma informada e consciente, escolheu — dito de outra forma, elegeu — as instituições e figuras tradicionais como as legítimas detentoras da autoridade e responsáveis pela resolução de problemas da comunidade local.

Em suma, as consequências das autoridades tradicionais na construção do Estado e na democracia dependem de muitos fatores, incluindo o contexto histórico e cultural específico, a relação entre as autoridades tradicionais e o Estado e a vontade de as autoridades tradicionais se envolverem com os processos democráticos.

A reflexão sobre o documento final da dissertação de mestrado desencadeou o processo de investigação do doutoramento, que conduziu à discussão breve dos conceitos aqui apresentada.

Finalmente, a abordagem aos conceitos servirá como trampolim para o desenvolvimento, numa fase posterior, da parte empírica da tese de doutoramento, na medida em que os conhecimentos adquiridos serão empregues aquando da programação, planeamento, preparação, concretização e condução das entrevistas. O programado passa por entrevistar vários académicos, investigadores, jornalistas que se debruçam sobre os temas relacionados com as autoridades tradicionais moçambicanas, a sua integração no sistema político nacional, a sua relação com a democracia e o processo de democratização de Moçambique.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UI/BD/151262. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

REFERÊNCIAS

- Aaron, E., Meijer, D., O’Toole, S., & Roylance, T. (Eds.). (2021). *Freedom in the world 2021: Democracy under siege*. Freedom House. https://freedomhouse.org/sites/default/files/2021-02/FIW2021_World_02252021_FINAL-web-upload.pdf
- Aaron, E., Meijer, D., O’Toole, S., Roylance, T., & Uhlig, L. (Eds.). (2022). *Freedom in the world 2022: The global expansion of authoritarian rule*. Freedom House. https://freedomhouse.org/sites/default/files/2022-02/FIW_2022_PDF_Booklet_Digital_Final_Web.pdf
- Aaron, E., Meijer, D., O’Toole, S., Roylance, T., & Uhlig, L. (Eds.). (2023). *Freedom in the world 2023: Marking 50 years in the struggle for democracy*. Freedom House. https://freedomhouse.org/sites/default/files/2023-03/FIW_World_2023_DigitalPDF.pdf
- Acordo Geral de Paz de Moçambique, 4 de outubro de 1992. https://www.ipris.org/files/6/07_Documento_Acordo_Geral.pdf
- Alfazema, A. (2015). *Os desafios dos Tribunais Comunitários na administração de justiça em Moçambique*.

- Amnistia internacional denuncia “hipocrisia” do ocidente.* (2023, 28 de março). Euronews. <https://pt.euronews.com/2023/03/28/amnistia-internacional-denuncia-hipocrisia-do-ocidente>
- Baldwin, K., & Holzinger, K. (2019). Traditional political institutions and democracy: Reassessing their compatibility and accountability. *Comparative Political Studies*, 52(12), 1747–1774. <https://doi.org/10.1177/0010414019852686>
- Bourke, B. (2014). Positionality: Reflecting on the research process. *The Qualitative Report*, 19(33), 1–9. <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2014.1026>
- Brito, L. (2007, 19 de setembro). *A democracia à prova das urnas: Elementos para um programa de pesquisa sobre a abstenção eleitoral em Moçambique* [Apresentação de comunicação]. Conferência Inaugural do IESE “Desafios para a investigação social e económica de Moçambique, Maputo, Moçambique. https://www.iese.ac.mz/lib/publication/Brito,Luis%20de_ADemocraciaAProvaDasUrnas.pdf
- Buur, L., & Kyed, H. (2006). Contested sources of authority: Re claiming state sovereignty by formalizing traditional authority in Mozambique. *Development and Change*, 37(4), 847–869. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7660.2006.00504.x>
- Buyon, N., Linzer, I., Roylance, T., & Slipowitz, A. (2020). *Freedom in the world 2020*. Freedom House. https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/FIW_2020_REPORT_BOOKLET_Final.pdf
- Cabrita, J. (2000). *Mozambique: The tortuous road to democracy*. Palgrave.
- Caldeira, A. (2023, 18 de abril). *Autarquias 2023: Recenseamento nos 65 municípios de Moçambique, incluindo Mocimboa da Praia.* @Verdade. <https://verdade.co.mz/autarquias-2023-recenseamento-nos-65-municipios-de-mocambique-incluindo-mocimboa-da-praia/>
- Caliche, J. T. S. (2014). *Democracia e desenvolvimento: O percurso de Moçambique: 1992-2010* [Tese de doutoramento, Universidade Católica Portuguesa]. Veritati. <http://hdl.handle.net/10400.14/18476>
- CID Gallup [@cidgallup]. (2023, 1 de março). *Personalidades públicas en cada país que poseen una opinión favorable* [Tweet]. Twitter. <https://twitter.com/cidgallup/status/1630729599289024512>
- Convenção Sobre Direitos e Deveres dos Estados Adotada Pela Sétima Conferência Internacional Americana, 1933, 26 de dezembro de 1933. <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/LON/Volume%20165/v165.pdf>

- Cuco, A. F. (2016). *Caminhos e descaminhos do processo de democratização de Moçambique: Democratização pacífica ou uma trégua tensa?* [Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. LUME. <http://hdl.handle.net/10183/155994>
- Decreto n.º 15/2000, de 20 de junho, Boletim da República n.º 24, Série I de 2000-06-20 (2000).
- El Salvador: President Bukele pledges to respect human rights.* (2019, 24 de junho). Amnesty International. <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/06/el-salvador-amnistia-internacional-se-reune-con-presidente-bukele-2/>
- Fabienne, P. (2017). *Political legitimacy*. Stanford encyclopedia of philosophy. <https://plato.stanford.edu/archives/sum2017/entries/legitimacy/>
- Florêncio, F. (2003). *As autoridades tradicionais Vandau, Estado e política local em Moçambique* [Tese de doutoramento, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/12208>
- Gopnik, A. (2022, 12 de setembro). *Can't we come up with something better than liberal democracy?* The New Yorker. <https://www.newyorker.com/magazine/2022/09/12/cant-we-come-up-with-something-better-than-liberal-democracy-two-cheers-for-politics-isonomia-and-the-origins-of-philosophy>
- Holzinger, K., Kern, F. G., & Kromrey, D. (2017). *Traditional institutions in Sub-Saharan Africa: Endangering or promoting stable domestic peace?* [Relatório n.º 42]. Deutsche Stiftung Friedensforschung.
- Hyde, S. (2011). *The pseudo-democrat's dilemma: Why election observation became an international norm*. Cornell University Press.
- Kauffman, C. M. (2023). *Democratization*. Encyclopedia Britannica. <https://www.britannica.com/topic/democratization>
- Keese, A. (Ed.). (2010). *Ethnicity and the long-term perspective: The African experience* (Vol. 1). Peter Lang.
- Lei n.º 10/1997, de 31 de maio, Boletim da República n.º 22, Série I de 1997-05-31 (1997).
- Lei n.º 11/2013, de 3 de junho, Boletim da República n.º 44, Série I de 2013-06-03 (2013).
- Lei n.º 3/2008, de 2 de maio, Boletim da República n.º 18, Série I de 2008-05-02 (2008).
- Lei n.º 12/1978, de 2 de dezembro, Boletim da República n.º 144, Série I de 1978-12-02 (1978).

- Lei n.º 25/2022, de 29 de dezembro de 2022, Boletim da República n.º 251, Série I de 2022-12-29 (2022).
- Mapote, W. (2022, 18 de outubro). *Moçambique: Governo aprova criação de mais 12 novas autarquias*. VOA. <https://www.voaportugues.com/a/mo%C3%A7ambique-governo-aprova-cria%C3%A7%C3%A3o-de-mais-12-novas-autarquias/6795187.html>
- Mearsheimer, J. (2019). Bound to fail: The rise and fall of the liberal international order. *International Security*, 43(4), 7–50. https://doi.org/10.1162/isec_a_00342
- Meneses, M. (2005). *Traditional authorities in Mozambique: Between legitimisation and legitimacy*. Oficina do CES. <http://hdl.handle.net/10316/11125>
- Meneses, M. (2009). Poderes, direitos e cidadania: O ‘retorno’ das autoridades tradicionais em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (87), 9–42. <https://doi.org/10.4000/rccs.1428>
- Missão de Observação Eleitoral da União Europeia. (2008). *Guiné-Bissau: Relatório final — Eleições da Assembleia Nacional Popular*. https://mulheresnopoder.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/GB_ART_34_RELATORIO_FINAL_ELEICOES_DA_ASSEMBLEIA_NACIONAL.pdf
- Missão de Observação Eleitoral da União Europeia. (2009). *União Europeia: Missão de Observação Eleitoral — Moçambique 2019: Relatório final*. Eleições gerais e das assembleias provinciais. [https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/212451/Mozambique_general&provincial-elections_15-October-_2019_EOM_final-report\(PT\).pdf](https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/212451/Mozambique_general&provincial-elections_15-October-_2019_EOM_final-report(PT).pdf)
- Missão de Observação Eleitoral da União Europeia. (2014). *Guiné-Bissau: Relatório final — Eleições presidenciais e legislativas*. https://www.eods.eu/library/eueom-guineabissau-final-report_pt.pdf
- Newitt, M. (2010). Kinship, religion, language and political control: Ethnic identity among the peoples of the Zambesi valley. In A. Keese (Ed.), *Ethnicity and the long-term perspective: The African experience* (pp. 67–92). Peter Lang.
- Newitt, M. D. D., & Newitt, M. (2017). *A short history of Mozambique*. Oxford University Press.
- Nilsson, M. (2022). Nayib Bukele: Populism and autocratization, or a very popular democratically elected president? *Journal of Geography, Politics and Society*, 12(2), 16–26. <https://doi.org/10.26881/jpgs.2022.2.03>
- Nuvunga, A. (2013). Política de eleições em Moçambique: As experiências de Angoche e Nicoadala. In L. de Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha, & A. Francisco (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013* (pp. 39–54). IESE.

- Phillips, T. (2022, 2 de junho). El Salvador accused of ‘massive’ human rights violations with 2% of adults in prison. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/world/2022/jun/02/el-salvador-human-rights-violations-bukele-amnesty>
- Rainha, P. (2008). *Republic of Mozambique – Legal system and research*. Hauser Global Law School Program. <https://www.nyulawglobal.org/globalex/Mozambique.html>
- Silva, C. (2016). As eleições e a democracia moçambicana. In *Janus 2015 / 2016 - Integração regional e multilateralismo* (pp. 34–35). OBSERVARE.
- Silveira, F. (s.d.). *Types of authority*. Lumen Learning. <https://courses.lumenlearning.com/wm-introductiontosociology/chapter/types-of-authority/>
- Sociology: Understanding and changing the social world*. (2010). University of Minnesota Libraries Publishing.
- TODA HORA. (2021, 7 de março). *Samora Machel disse que em Moçambique não há maconde, machangana, macua, machwabo...* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=SqYQFAvhJes>
- Tribunal de Contas Europeu. (2017). *Relatório especial n.º 22: Missões de observação eleitoral – Foram enviados esforços para dar seguimento às recomendações, mas é necessário um melhor acompanhamento*. União Europeia. https://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/SR17_22/SR_ELECTION_OBS_PT.pdf
- Utter, M. (2021). New rules of the game: The politicization of community courts in Mozambique. *Washington International Law Journal*, 31(1), 150–184.
- Weber, M. (1978). *Economy and society*. University of California Press. (Trabalho original publicado em 1922)
- West, H. G., & Kloock-Jenson, S. (1999). Betwixt and between: ‘Traditional authority’ and democratic decentralization in post-war Mozambique. *African Affairs*, 98(393), 455–484. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.afraf.a008063>

Citação:

Garrido, J. R. M. (2023). Legitimidade – A essência da autoridade: Processo de democratização de Moçambique. In E. C. e Silva, M. Laranjeira, P. Portela, & V. de Sousa (Eds.), *Desafios metodológicos em ciências sociais. Atas das IX Jornadas Doutorais do CECS* (pp. 126–146). CECS.

NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES

Alda Neto é professora do ensino básico e secundário e investigadora do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. É licenciada em História, variante História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e mestre em História da Arte em Portugal pela mesma faculdade, com a tese *As Casas de Brasileiros no Concelho de Paredes*. Frequenta o 3.º ciclo de estudos — doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. As publicações mais recentes são: “Os Brasileiros de Paredes – dois percursos de beneficência e de esquecimento” (*Nas Duas Margens – Os Portugueses no Brasil*; Cepese, 2008), “As Casas de Brasileiros no Concelho de Paredes – Dois Exemplos no Vale do Sousa” (*Um Passaporte Para a Terra Prometida*; Cepese/Fronteira do Caos, 2010); “O Comendador Pereira Inácio – Um Caso de Benemerência nas Duas Margens do Atlântico” (“VII Seminário Sobre Emigração Portuguesa Para o Brasil – De Colonos a Emigrantes”. 2011); “Entre a Amazónia e Portugal. A Castrália de Adriano Moreira de Castro” (*Revista de Estudos Amazónicos*, Vol. VII, 2012); “As Casas de Brasileiros: Os Movimentos Migratórios e a Construção de Itinerários no Norte de Portugal” (*Revista Forma Breve*, N.º 13, 2016). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3322-919X>

Anabela Gradim é licenciada em Filosofia pela Universidade do Porto, e mestre, doutora e agregada em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior (UBI), onde se doutorou em 2004 com a

tese *A Dimensão Comunicacional da Semiótica de Peirce*. É professora associada na UBI, onde ensina Jornalismo, Comunicação e Metodologia na Faculdade de Artes e Letras. É coordenadora científica da unidade de investigação Labcom – Comunicação e Artes, e diretora do doutoramento em Ciências da Comunicação da UBI. Os seus interesses de investigação prendem-se com o jornalismo, a comunicação de ciência, a semiótica, a retórica e o interface destas disciplinas com os meios digitais. Coordenou e participou como investigadora em 10 projetos de investigação, é autora de livros, capítulos de livros e artigos nas áreas do jornalismo, semiótica e comunicação de ciência. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6968-1957>

Carla Sousa é estudante de doutoramento em Ciências da Comunicação na Universidade da Beira Interior. É licenciada em Ciências da Comunicação e mestre com especialização em Comunicação Pública, Política e Intercultural pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Foi bolseira de investigação do projeto *EMaDeS- Energia, Materiais e Desenvolvimento Sustentável* (Operação Centro-01-0145-FEDER-000017). É membro da unidade de investigação Labcom – Comunicação e Artes. Os seus interesses de investigação incluem a comunicação de ciência, transferência de conhecimento entre universidade e empresa, comunicação política, entre outros. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1765-8514>

Cláudia Álvares é doutorada em Ciências da Comunicação pelo Instituto Universitário de Lisboa e investigadora a nível internacional, integra atualmente o European Science Foundation College of Experts. É, também, avaliadora para o European Research Council, ações COST, a British Academy, Fundação para a Ciência e a Tecnologia e Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. Foi eleita presidente da European Communication Research and Education Association para o mandato 2012–2016. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2882-5114>

Elsa Costa e Silva é professora auxiliar no Departamento de Ciências da Comunicação, na Universidade do Minho, e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Investiga nas áreas da regulação e economia dos média e da comunicação de ciência. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7215-6384>

Felipe Melhado é doutorando em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho e investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. É mestre em História Social pela Universidade

Estadual de Londrina, com licenciatura em Comunicação Social pela mesma instituição. Atualmente, dedica-se a investigar a atuação de dispositivos tecnoafetivos e a imaginar possibilidades antropofágicas de contra-afecção. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2131-3116>

Filipe Montargil é doutorado em Sociologia pela Universidade de Évora, é coordenador do mestrado em Audiovisual e Multimédia na Escola Superior de Comunicação Social. Perito externo e relator da Comissão Europeia, no âmbito do programa Horizonte Europa, na área da relação entre tecnologia e sociedade, e professor convidado da NOVA Information Management School. É, também, diretor do Living Lab on Media Content and Platforms e vice-presidente da direção do Instituto de Comunicação e Media de Lisboa. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6665-0995>

Helena Sousa é professora catedrática no Departamento de Ciências da Comunicação do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Minho e presidente do conselho do instituto desta unidade orgânica. Membro integrado do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, é coordenadora do Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura. É coeditora do *European Journal of Communication*, membro do EuroMedia Research Group, *chair* do Membership Committee da International Association for Media and Communication Research e membro eleito do International Council desta organização. Exerceu, entre outras, as funções de presidente do ICS, presidente do Conselho de Cursos, presidente do Conselho Cultural da Universidade do Minho, membro do Senado Académico, membro do Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas, membro do Conselho de Ética da Universidade do Minho. Helena Sousa coordenou vários projetos científicos e pedagógicos na área das ciências da comunicação e dos estudos culturais. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8101-0010>

Jean-Martin Rabot é doutorado em Sociologia. É docente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigador no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Os seus trabalhos incidem sobre a sociologia do imaginário, os estudos culturais e as novas tecnologias. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7688-3186>

Joel António Lameco é estudante do curso de doutoramento em Geografia na Universidade do Minho em Portugal. Obteve os graus de

bacharel, licenciado e mestre em Geografia na Universidade Pedagógica — Maputo, em Moçambique. De entre as suas áreas de pesquisa destacam-se o estudo de fronteiras internacionais, movimentos migratórios e processos de ensino e aprendizagem da disciplina de Geografia. É docente não efetivo da Universidade Joaquim Chissano e da Academia de Ciências Policiais. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9670-5061>

Jorge Rafael Martins Garrido é licenciado em Geografia e Planeamento e mestre em Geografia, com especialização em Planeamento e Gestão do território pela Universidade do Minho, tendo defendido a dissertação de mestrado intitulada *Missões de Observação Eleitoral no Sul Global – O Caso da Guiné-Bissau*, em fevereiro de 2021. De momento é doutorando em Estudos Culturais pela Universidade do Minho, onde desenvolve a sua investigação concentrando-se em temas como a democracia, a cultura e a paz. <https://orcid.org/0009-0000-5202-5953>

Manuela Laranjeira é professora auxiliar no Departamento de Geografia, na Universidade do Minho, e investigadora do Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade. Investiga nas áreas de Climatologia Urbana, Ecologia da Paisagem, Deteção Remota e Sistemas de Informação Geográfica. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6513-1963>

Maria José Caldeira é doutorada em Geografia, ramo de Geografia Humana pela Universidade do Minho. É professora auxiliar do Departamento de Geografia da Universidade do Minho. Tem como áreas de interesse e investigação a geografia das migrações, geografia social, geografia urbana e planeamento urbano. Participou em diversos projetos de investigação dos quais se destacam: a reutilização do património em espaços desindustrializados; segregação espacial dos estrangeiros na área metropolitana do Porto; integração de imigrantes no mercado laboral; migrações e governação urbana; residência secundária e planeamento inclusivo e turismo acessível. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8564-0669>

Moisés de Lemos Martins é mestre e doutor em Sociologia pela Universidade de Ciências Humanas de Estrasburgo. Fundou em 2001, o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho), do qual foi diretor. Também fundou a revista *Comunicação e Sociedade*, em 1999, e a *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, em 2013, das quais foi diretor. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3072-2904>

Norval Baitello Junior é doutorado em Comunicação pela Freie Universität Berlin. É professor titular na pós-graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e diretor do Arquivo Vilém Flusser São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7814-7633>

Paulo Ferreira é jornalista há três décadas. Atualmente, é coordenador de projetos editoriais no *Jornal de Notícias*. Doutorando na Universidade do Minho, estuda, a partir do campo da economia política da comunicação, as relações e os desequilíbrios de poder entre as plataformas digitais e as comunidades vulneráveis, com especial enfoque na comunidade LGBT. Integra a equipa de investigadores do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e do Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura, ambos da Universidade do Minho. Licenciado em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, com especialização em economia internacional. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9235-1833>

Pedro Eduardo Ribeiro é estudante de doutoramento em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho e investigador doutorando no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Tem tido como interesses de investigação a produção de sentidos e discursos por texto escrito e imagens gráficas por e através de média físicos e digitais, dentro do jornalismo e das revistas de estilos de vida. O seu projeto de doutoramento em curso intitula-se *Sentidos e discursos na imprensa de estilos de vida portuguesa: Objetificação e interseccionalidades nas Women's Health e Men's Health*. A propósito destas questões, tem vindo a apresentar trabalhos de investigação relacionados e em curso em conferências e congressos de âmbito nacional e internacional, em coautoria com a sua orientadora científica, a docente e investigadora Rosa Cabecinhas. A título ocasional, investiga e escreve no âmbito da comunicação organizacional, no seguimento do seu mestrado. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7101-0570>

Pedro M. Coelho Moço é doutorando em Ciências da Comunicação no Instituto Universitário de Lisboa, é mestre pela Escola Superior de Comunicação Social em Publicidade e Marketing com a dissertação *A Utilização da Cor em Campanhas Políticas: O Caso das Eleições Autárquicas de 2017*, onde explorou o papel da cor e das emoções no marketing político e que impacto pode ter a mudança de cor para o eleitor. Continua

a investigação iniciada no mestrado ao conjugar a comunicação política com a semiótica, na esperança de inovar esse campo científico em Portugal e contribuir para a sociedade civil. É licenciado em Arte Multimédia pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6972-446X>

Pedro Portela é professor auxiliar no Departamento de Ciências da Comunicação, na Universidade do Minho, e investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Investiga nas áreas do som e *sound-art*. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1113-3023>

Rosa Cabecinhas é docente do Departamento de Ciências da Comunicação e investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, onde coordena o Seminário “Comunicação e Diversidade”. Tem desenvolvido investigação de natureza interdisciplinar e coordenado diversos projetos nacionais e internacionais sobre memória social, comunicação intercultural e mudança social. Foi co-coordenadora da rede COST “Social Psychological Dynamics of Historical Representations in the Enlarged European Union”, rede que envolveu 166 investigadores de 30 países. Atualmente é investigadora principal do projeto *Migrações, Média e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos* e é investigadora do *Memória, Culturas e Identidades: O Passado e o Presente das Relações Interculturais em Moçambique e Portugal*, onde coordena a tarefa sobre os manuais escolares. Entre as suas obras destaca-se *Preto e Branco: A Naturalização da Discriminação Racial* (2017, 2.^a edição), *Comunicação Intercultural: Perspectivas, Dilemas e Desafios* (com Luís Cunha, 2017, 2.^a edição). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>

Vítor de Sousa é professor auxiliar no Departamento de Línguas, Artes e Comunicação (Escola de Ciências Humanas e Sociais), na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Investiga nas áreas das identidades, culturas, memórias e teorias do jornalismo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6051-0980>

Desafios Metodológicos em Ciências Sociais propõe uma reflexão sobre as opções de pesquisa científica de oito jovens investigadores em contexto de formação doutoral. Com diferentes enfoques sobre a realidade social, estas abordagens reúnem perspetivas de campos disciplinares diversos, como as ciências da comunicação, os estudos culturais, a geografia e a sociologia. Os objetos de estudo são vastos, mas há um ponto comum a todos: proporcionar novas abordagens e perspetivas para avançar no conhecimento.



CECS

centro de estudos
de comunicação
e sociedade

PUBLICAÇÃO